

4. O Estado como ideal: de 1789 a 1945

O Estado, tal como surgiu entre cerca de 1560 e 1648, não foi concebido como fim, mas apenas como meio. Durante um período de intensos conflitos civis e religiosos, sua finalidade principal era garantir a vida e a propriedade, impondo a lei e a ordem; qualquer outra coisa – como conquistar o consentimento dos cidadãos e assegurar seus direitos – era considerada secundária e tinha de esperar até que se pudesse restabelecer a paz. Isso explica por que, mesmo na Inglaterra, com sua relativamente evoluída tradição parlamentar, e ainda na época de Hobbes, a vontade do soberano era irrevogável e a liberdade, segundo ele, consistia em meras fendas entre as leis que tal soberano promulgava¹. É verdade que nem Locke nem Montesquieu, nem a maioria de seus sucessores no século XVIII, aceitavam as conclusões de Hobbes nesse aspecto; contudo, ao considerar o Estado mero instrumento para a criação de um povo civilizado, estavam em acordo total com ele. Ainda na década de 1790, Jeremy Bentham, na Inglaterra, considerou o Estado, de maneira puramente utilitária, como uma máquina cuja única missão era garantir “a maior felicidade para o maior número de pessoas”. A opinião predominante foi explicada de maneira sucinta por outro inglês, Alexander Pope: “das formas de governo, os tolos que disputem tudo o que é bem administrado é bom”.

1. Hobbes, *Leviathan*, p. 139.

Tendo em vista essas opiniões, não chegamos a nos surpreender ao descobrir que, comparadas ao que viria depois, eram bem limitadas as exigências que o Estado moderno, em seus primórdios, fazia aos súditos. Das classes altas provinham seus administradores e autoridades; das classes médias, os impostos; e das classes baixas, tanto impostos quanto buchas de canhão. Porém, o alistamento nas forças armadas era voluntário na maioria dos casos; ademais, em percentagens, nem o número de soldados alistados nem o montante de impostos arrecadados pelo Estado "absoluto" se aproximavam dos fardos infligidos por seus sucessores democráticos e liberais do século XX.

Durante os dois séculos e meio após 1700, o primeiro número praticamente dobrou: de cinco para o máximo de dez por cento da população eram recrutados em período de guerra², ao passo que a cota da receita nacional sugada pela Prússia de Frederico II, o Estado do século XVIII que mais cobrava impostos, era quase igual à cobrada pelos Estados Unidos, um dos Estados modernos que cobram menos impostos, em 1989, isto é, *antes* dos aumentos decretados pelas administrações Bush e Clinton³. É verdade que o Estado absoluto negava à grande maioria dos súditos qualquer forma de participação política, embora exigisse obediência de todos. Contudo, contanto que obedecessem – ou, pelo menos, desde que não houvesse resistência manifesta às exigências –, o Estado geralmente permitia que os súditos fizessem o que quisessem; não fazia tentativas sistemáticas de doutriná-los nem de influir em suas opiniões.

Vista de outro ângulo, a relação entre o Estado moderno nascente e seus cidadãos fundamentava-se não só em

2. Sobre os números relativos às forças militares, do século XVIII ao presente, ver J. A. Lynn, "The Pattern of Army Growth, 1445-1945", em Lynn (org.), *Tools of War* (Urbana: University of Illinois Press, 1990), pp. 100-27.

3. Sobre a tributação prussiana, ver capítulo 3, n. 55, neste volume; sobre os impostos estadunidenses modernos, ver R. B. Reich, *The Work of Nations: Preparing Ourselves for 21st-Century Capitalism* (Nova York: Vintage Books, 1991), p. 260.

sentimento, mas também em razão e interesse. A idéia de guerra justa fora abandonada por Hugo Grócio vinte anos antes do Tratado da Vestefália, e os governantes iluministas não guerreavam mais entre si por motivos de ódio pessoal. Era limitado o papel do patriotismo na motivação de soldados e civis⁴, conforme Francisco I da Áustria teria dito dos tirolezes: "hoje são patriotas por mim; amanhã, contra mim"⁵. A necessidade de evitar o surgimento de exigências revolucionárias não permitia que os governantes sobrecarregassem demais os súditos e sempre os fazia buscar recrutas estrangeiros para as forças armadas. Escócia, Gales, Irlanda, Suíça, Itália e certos Estados alemães, todos exportavam soldados; Frederico, o Grande, chegou a dizer que travava guerras de tal maneira que a população local não percebesse o que estava acontecendo⁶. Quando Napoleão derrotou os prussianos em Iena em 1806, o governador mandou espalhar cartazes anunciando que, tendo o rei perdido a batalha, a principal obrigação dos súditos era manter a calma.

Mesmo quando o Estado estava chegando à maturidade, por volta de meados do século XVIII, havia forças em ação prestes a transformá-lo de meio em fim e, mais tarde, em deus vivo. A princípio, as idéias nesse sentido, presentes nas obras de intelectuais franceses, suíços e alemães, eram inofensivas. Mas não tardou muito para que atingissem as massas, fazendo com que assumissem um tom agressivo e chauvinista, o que era mau sinal para o bem-estar da humanidade. Estimulado por essas forças e também na tentativa de limitá-las, o Estado passou a patrociná-las. Foi assim que a burocracia estendeu seus tentáculos a setores que antes estavam praticamente livres de interferência governamental – tais como educação, saúde e, por fim, esportes e tam-

4. Ver C. Duffy, *The Military Experience in the Age of Reason* (Londres: Routledge, 1987), pp. 7-10.

5. Citado em E. Hobsbawm, *States and Nationalism Since 1780* (Londres: Cambridge University Press, 1990), p. 75.

6. Frederico II, citado em J. Luvaas (org.), *Frederick the Great on the Art of War* (Nova York: Free Press, 1966), pp. 100-11.

bém bem-estar social. Quando o século XX ingressou em suas primeiras décadas, muitos Estados haviam assumido todas essas atividades e esses serviços, a ponto de proibir a existência dos que não fossem estatais; a consequência disso foi o surgimento dos regimes "totalitários", tanto de direita quanto de esquerda. Por fim, quando o Estado se tornou tão poderoso que podia decidir o que era e o que não era dinheiro, as restrições financeiras que sempre limitaram os atos dos governantes anteriores também desapareceram. A consequência mais importante de todos esses acontecimentos foi uma série violenta e progressiva de explosões, que começaram com os revolucionários franceses e as guerras napoleônicas e culminaram na era da guerra total entre 1914 e 1945.

A Grande Transformação

O homem que fez mais do que ninguém pelo início da Grande Transformação talvez tenha sido Jean-Jacques Rousseau (1712-78)⁷. De origem *petit-bourgeois* – seu pai, embora cheio de si, era relojoeiro –, Rousseau passou a maior parte da vida longe de sua Genebra natal, exilado e na penúria; quanto mais perambulava, mais falava de sua cidade, pintando-a em matizes esplêndidos e enaltecendo suas supostas virtudes. Assim como seus colegas *philosophes* da época de Locke e Leibnitz em diante, Rousseau rejeitava a idéia cristã do pecado original e defendia a concepção de que o homem era naturalmente bom. Para eles, no entanto, *patrie* era mera "comunidade de interesses provenientes dos direitos de propriedade"⁸, ao passo que, na opinião de Rous-

7. A contribuição de Rousseau para a ascensão do Estado moderno é discutida em J. L. Talmon, *The Origins of Totalitarian Democracy* (Londres: Mercury Books, 1961), cap. 3.

8. F. M. Voltaire, *Dictionnaire philosophique* (Paris: Cluny, 1920 [1776]), p. 259.

seau, era a fonte de todas as faculdades mentais e morais do indivíduo. O que formava o homem era a comunidade onde nascia e na qual passava a juventude; fora dela era impossível existir humanidade verdadeira – não existiria língua, propriedade, moralidade, liberdade, nem felicidade. Em *O contrato social* de 1762, Rousseau foi ainda mais longe, afirmando que essa comunidade tinha uma *persona* coletiva – um *moi commun* – representada pela vontade geral. Voltar-se contra o criador, da mesma forma que voltar-se contra os pais, tornou-se o pior de todos os vícios. Já o patriotismo – submissão voluntária à vontade geral e participação nessa vontade – passou a ser a mais elevada virtude e fonte de todas as outras.

Embora a transformação da *patrie* – de lugar onde se nascera no mais elevado de todos os ideais mundanos – se tivesse realizado quase de um só golpe, Rousseau, contudo, não era nacionalista. Como deixou claro nas *Confissões*, na opinião dele a essência da *patrie* não consistia em ideais sublimes, mas nos aspectos mais corriqueiros de sua existência, tais como a língua que o povo falava, as roupas que usava, os costumes que observava, as festas que celebrava, até as ruas e casas que construía em seu estilo peculiar e nas quais passava a vida. Precisamente em razão do estreitíssimo elo que ele considerava existir entre o indivíduo e a comunidade, era preciso que esta fosse pequena, não maior talvez do que a cidade-Estado ideal de Platão, à qual seu pai sempre comparava Genebra e à qual seu pensamento tanto devia. A meta de Rousseau era a descentralização, não o contrário. O mundo que ele imaginava não era nada moderno. Consistia em uma confederação informal de cidades-Estado autônomas, cada qual vivendo em relativo isolamento das vizinhas e habitada, na medida do possível, por agricultores guerreiros, porém pacíficos, que extraíssem do solo o próprio sustento. Assim, e só assim, cada uma também pode-

9. J.-J. Rousseau, "Patrie", em J. d'Alembert e D. Diderot (orgs.), *Encyclopédie* (Paris: Briasson, 1755-65), vol. XII, pp. 178-81.

ria representar o ideal supremo para seus habitantes, que dela ganhavam a vida e pela qual deveriam dar a própria vida, caso fosse necessário para defendê-la.

Foi nessa época, em reação às idéias universalistas do Iluminismo (o homem, criatura racional em essência, era igual no mundo inteiro), que surgiram as primeiras demonstrações de sentimento nacionalista em alguns países¹⁰. Os autores em questão procuravam resgatar das garras dos *philosophes* o que havia de singular na cultura de cada povo, principalmente porque a maioria destes falava e escrevia em francês. Assim, na Suíça, *Sonhos patrióticos de um suíço* (1758), de Franz Urs Baltheassar, enaltecia a vida simples, virtuosa e livre que os camponeses suíços viviam em suas cabanas na montanha. Utilizando como veículo o primeiro jornal moderno de Zurique, publicado por seu amigo Heinrich Füssli, Baltheassar tentava resgatar qualquer elemento que fosse nativo e autêntico, chegando mesmo a sugerir que as moças suíças escolhessem os maridos pelas virtudes patrióticas, não pela riqueza. Menos utópica foi a fundação da Sociedade Helvética, que representou a primeira manifestação organizada do nacionalismo suíço moderno e cujo membro mais importante foi o famoso educador Pestalozzi. A sociedade procurava resgatar costumes nativos como os trajes, a música folclórica etc., registrando-os e dando-lhes a maior publicidade possível.

Na Alemanha, durante esses mesmos anos, Justus Möser e seu jornal semanal, *Fantasia patrióticas*, desempenharam papel semelhante ao de Baltheassar. Jurista de formação – fora presidente do Supremo Tribunal de sua Osnabrück natal – e discípulo de Montesquieu, antes de se tornar crítico social, Möser fora testemunha ocular da tirania mesquinha. Sua *bête noire* eram as leis arbitrárias que tal tirania impusera aos Estados alemães; sua principal exigência, que fossem alteradas para se harmonizarem com o espírito nacional ou

10. Ver J. H. Shennan, "The Rise of Patriotism in Eighteenth-Century Europe", *History of European Ideas*, 13, 6, 1991, pp. 689-710.

Nationalgeist. Contudo, Möser diferia de seu mestre francês porque esse espírito não era um fator neutro e não era mera representação das características de cada nação nela impressas pelos fatos da raça, da geografia, do clima, da história etc. O que para Montesquieu fora apenas um fato observável, que era preciso levar em conta em nome do bom governo, transformou-se em algo de preciosidade singular; assim como Rousseau, Möser enxergava nisso tanto a fonte da vida individual quanto, o que é mais pertinente para nossos fins, o que unia diversas nações e ao mesmo tempo as separava.

O mais importante representante no século XVIII do que certo autor chamou de nacionalismo "humanitário"¹¹ foi, porém, outro jornalista alemão, Johann Gottfried von Herder (1744-1803). Precursor do Romantismo, Herder só tinha interesse incidental no direito, aquele sistema de leis pedantes das quais se cercavam todos os governantes. Seu interesse, de fato, era o *Wesen*, ou a natureza íntima de cada nação, que, na sua opinião, era nada menos que a manifestação do divino. Ele condenava a ênfase iluminista no racional e no uniforme e defendia o singular e o diferente: "ninguém, país nenhum, nenhuma história de povo nenhum, estado nenhum é igual a outro. Por conseguinte, a verdade, a beleza e a bondade não são iguais para todos. Tudo será sufocado se cada um não procurar o próprio caminho e se outra nação for cegamente escolhida como modelo". Cada nação tinha sua própria cultura e até mesmo caráter próprio. Nutrida pelo solo e pelo clima, passava de uma geração a outra e permanecia intacta durante várias gerações, mesmo que, por algum azar extremo, uma nação tivesse de ser transportada de uma localização geográfica para outra. A cultura se manifestava no vestuário, nos hábitos e, sobretudo, na língua; e, de fato, as ligações entre a língua pátria e a identidade pessoal eram tão fortes que ninguém jamais conseguia aprender uma língua estrangeira com perfeição.

11. C. J. Hayes, *The Historical Evolution of Modern Nationalism* (Nova York: Russell & Russell, 1968 [1931]), cap. 2.

Pelo contrário, "a própria civilização consiste principalmente nas potencialidades da nação e em fazer uso delas"¹².

Mais uma vez, não é demais sublinhar que, fosse qual fosse o tipo de comunidade na qual vivessem ou que tivessem em mente, esses e outros intelectuais do século XVIII não eram nacionalistas no sentido político moderno. Alguns, tendo trocado o cristianismo pelo deísmo, simplesmente estudavam as diversas culturas como meio de revelar a beleza da criação e todas as suas múltiplas formas – como um jardim com canteiros separados, cada um deles digno de ser admirado por si só. Outros, de mentalidade ligeiramente mais prática, eram motivados pela necessidade de compreender o espírito de cada nação como fundamento para eliminar leis antiquadas e criar uma ordem social justa. Alguns, como Rousseau, tinham opiniões democráticas e até revolucionárias, ao passo que outros estavam inclinados a aceitar quase todos os regimes políticos, contanto que permitissem o livre desenvolvimento da cultura. O próprio Herder entrou na história por dizer que nada era tão ridículo quanto as pretensões de superioridade de uma nação, para não falar das reivindicações de supremacia política que, em vez de incentivar o progresso da cultura, criariam uma "louca mistura de raças e nações sob uma única autoridade". Sua opinião era típica dos intelectuais alemães de sua época. Ainda em 1796, Schiller, o maior dramaturgo e poeta alemão, escreveu que os alemães deviam esquecer a idéia de se tornar uma nação e, em vez disso, educar-se para se tornarem seres humanos¹³.

Só depois de 1789, quando alguns intelectuais subiram ao poder e suas reflexões se casaram com as pretensões do Estado, é que o quadro mudou. Ao sair das escrivaninhas, o nacionalismo assumiu um caráter agressivo, belicoso; em

12. J. G. Herder, ed. *Werke*, E. Kühnemann (Stuttgart: Union deutsche Verlagsgesellschaft, 1889), vol. I, p. 402.

13. J. W. Goethe e F. Schiller, "Xenien", em *Schillers Werke*, ed. J. Peterson e F. Beissner (Weimar: Nationalausgabe, 1943), p. 321.

lugar nenhum isso foi mais verdadeiro do que na Alemanha, antes celebrada como país dos "poetas e pensadores", onde o contato íntimo com as baionetas francesas, o governo francês e os saqueadores franceses levou a uma reação violenta a partir de 1806. A vitória de Napoleão sobre a Prússia, por exemplo, transformou o filósofo Johan Gottlieb Fichte – até então um inofensivo discípulo de Kant – num orador e agitador de força notável. Em seus *Reden an die deutsche Nation (Discursos à nação alemã, 1807-1808)*, Fichte elevou o sentimento antigaulês à categoria de princípio religioso; desse ponto em diante, até ensinar francês (a língua comum do Iluminismo) às jovens era encaminhá-las à prostituição. Sua obra marca o ponto em que o nacionalismo alemão, cosmopolita de longa data e inclinado ao pacifismo, deixou de ser assim e assumiu o caráter militante e chauvinista que conservaria durante grande parte desse período até 1945¹⁴.

Durante os mesmos anos em que Fichte vociferava em sua cátedra na Universidade de Berlim, o casamento da nação com o Estado foi consumado no plano teórico por outro professor, ainda mais ilustre, Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Natural de Stuttgart, no sudoeste da Alemanha, Hegel fora educado para seguir a carreira do pai, que era pastor protestante; não obstante, durante seu período de estudos na Universidade de Tübingen conheceu o vinho, as mulheres e a música, e perdeu a fé em um Deus pessoal. Passou algum tempo trabalhando como professor particular em Berna – onde, assim como Möser meio século antes, conheceu e odiou a pequena tirania que caracterizava o que havia de pior nas cidades-Estado – e em Frankfurt até se estabelecer em Iena em 1801. A princípio recebeu bem as idéias universalistas da Revolução Francesa; em sua opinião, elas representavam a separação definitiva entre Estado e sociedade

14. Sobre Fichte e as origens do nacionalismo alemão nesse período, ver, principalmente, H. Kohn, *The Mind of Germany* (Nova York: Scribner's, 1966), pp. 68-98.

e, assim, o fim da corrupção que o *ancien régime* acarretava. Contudo, sua opinião mudou depois dos acontecimentos cataclísmicos de 1806-7, durante os quais a Saxônia foi ocupada e sua própria casa foi incendiada.

Embora fosse, em diversos aspectos, filho do Iluminismo e, assim, estivesse inclinado a acreditar na racionalidade como bem supremo, a perda da fé deixou em Hegel uma indagação: de quem era a razão que dirigia os assuntos da sociedade e do homem? Para respondê-la, ele se desviou do Deus pessoal do cristianismo para o impessoal espírito do mundo ou *Weltgeist*, criando assim uma religião secular cujo sumo-sacerdote, nem é preciso dizer, era ele próprio. O que distinguia Hegel dos outros, porém, era o fato de atribuir a razão – e, portanto, o desenrolar da história – não à humanidade nem aos indivíduos que a formavam, mas às comunidades políticas ou Estados em que viviam. Composto a sociedade civil, os indivíduos meramente se reproduziam, sem mudanças de uma geração para outra. Sua ocupação principal na vida consistia em pechinchar uns com os outros por míseras vantagens econômicas; como eram egocêntricos e caprichosos, seus atos não eram dignos da atenção do filósofo voltado para coisas mais elevadas. Os Estados, pelo contrário, eram organismos poderosos e, portanto, importantes e “mundialmente históricos”. Cada Estado era não apenas um sistema de governo, mas uma idéia encarnada que se manifestava em tal sistema. Assim como Hobbes, Hegel considerava a soberania a característica mais importante do Estado e aquela que o distinguia das outras instituições. Ao contrário de Hobbes, não considerava essa soberania como mero instrumento para imposição da lei e da ordem, porém algo dotado de alto teor ético. Não reconhecendo superior nenhum, só o Estado, de todas as instituições do planeta, tinha a liberdade de evoluir segundo sua própria natureza, uma liberdade que outorgava a seus cidadãos (contanto que cooperassem com ele) e que lhe proporcionava sua justificativa. De máquina criada para servir a este ou aquele fim, o Estado foi elevado a nada mais que

“o eco dos passos de Deus na Terra”¹⁵. A própria história se transformou, de massa amorfa de fatos converteu-se no registro de Estados nascendo, crescendo, chocando-se uns contra os outros, atingindo a maturidade e decaindo, na eterna procura de uma ordem política mais perfeita e que fosse, ao mesmo tempo, uma verdade mais perfeita. Ademais, e em nítido contraste com Locke e também com os patronos da revolução nos Estados Unidos, Hegel achava que a verdadeira liberdade do indivíduo só era possível dentro do Estado. Se o Estado fosse eliminado, o homem seria reduzido a nada, uma insignificante criatura biológica cuja vida estaria divorciada do espírito do mundo e, nesse sentido, destituída de significado ético.

Assim como Fichte, Hegel passou os últimos anos de sua vida na Universidade de Berlim, onde suas aulas eram muito admiradas mas pouco entendidas (sua maior obra, *A filosofia do direito*, levou vinte anos para vender quinhentos exemplares). Sua morte em 1831 marca o fim da Grande Transformação que fora iniciada por Rousseau; porém, enquanto Rousseau, evocando um passado primitivo, ainda falara da comunidade organizada como seu ideal, Hegel não hesitou em apontar para o Estado como o único e mais elevado representante da comunidade. Encarnando a liberdade e negando qualquer juiz acima de si mesmos, o único modo de os Estados cumprirem seu destino histórico era lançar-se contra outros Estados por meio da guerra, que, assim, se tornou o principal instrumento para a manifestação do espírito histórico mundial; sem ela, tudo se inclinava a afundar no egoísmo e na mediocridade¹⁶. Por isso, era preciso que cada Estado se tornasse o mais forte possível. Embora considerasse que a tarefa do Estado era proteger a cultura nacional e criar um ambiente adequado a seu desen-

15. Hegel's *Philosophy of Right*, trad. T. M. Knox (Oxford: Clarendon, 1952), p. 279.

16. Ver S. B. Smith, “Hegel's Views on War, the State and International Relations”, *American Political Science Review*, 7, 1983, pp. 624-32.

volvimento, Hegel não teria sido Hegel se não estivesse presente em seu pensamento uma tendência a adorar a política do poder como tal.

Os nacionalistas posteriores a Hegel muitas vezes questionaram a idéia de que a Prússia de cerca de 1820 era o melhor dos Estados possíveis, preferindo conceder tal distinção a seus respectivos países. Alguns, como o francês François Guizot e o italiano Giuseppe Mazzini, eram liberais radicais; se não foram, a rigor, a favor da democracia popular, pelo menos fizeram o possível para combinar a grandeza nacional com a liberdade individual. Outros, em especial na Alemanha e no leste europeu, mas com forte representação também na França, discordavam disso.

Totalmente dispostos a eliminar a liberdade individual se esta deixasse de servir às metas nacionais, adotavam uma perspectiva autoritária e reacionária, ou populista e revolucionária¹⁷. Quaisquer que fossem suas opiniões acerca do tipo de regime mais apropriado para suas respectivas culturas nacionais, quase sem exceção concordavam com Hegel no tocante à necessidade de que seus próprios Estados gerassem sua independência e seu poder. Se possível, isso devia ser feito em harmonia com os outros, conforme principalmente Mazzini desejava; porém, se preciso, podia ser à custa dos vizinhos e recorrendo ao uso das forças armadas necessárias para conquistar a libertação nacional (também dos compatriotas que então viviam em outros Estados), fronteiras naturais, um lugar ao sol, ou qualquer outra expressão que se pudesse criar para justificar a expansão territorial. Tudo isso ajudou a incentivar o tipo de rivalidade entre Estados que seria característica tão importante do período entre 1848 e 1945 e que, ao pegar fogo, acabou por levar às duas guerras mundiais, bem como a uma sucessão de guerras menores.

17. Sobre as formas que o nacionalismo assumiu em países diversos, ver J. Breuilly, *Nationalism and the State* (Nova York: St. Martin's, 1982), principalmente pp. 43-118.

Nascido em meio às visões oníricas de uns poucos intelectuais e, em seguida, vestindo-se com um respeitável manto acadêmico, o nacionalismo não teria conquistado a força que conquistou se não tivesse se transformado também em movimento de massa. O primeiro Estado a deliberadamente mobilizar as massas para seus próprios fins foi a França revolucionária; pode-se avaliar a magnitude da tarefa pelo fato de que, em 1789, o país ainda estava dividido em oitenta províncias, cada uma das quais com suas próprias leis, seus próprios costumes e suas próprias tradições políticas. Os sentimentos patrióticos que pudessem existir no povo em geral eram quase totalmente locais; segundo a Academia Francesa, "o país do francês [era] simplesmente aquela parte do país onde ele nascera"¹⁸. Para piorar, estimava-se que só entre um e treze por cento dos quase 27 milhões de franceses que viviam entre as 1.792 fronteiras do país sabiam falar francês "corretamente". Mesmo na região da *langue d'oïl*, era falado somente nas cidades e nem sempre na periferia, ao passo que no sul não se falava francês em lugar nenhum. Isso era um claro obstáculo à unidade do Estado e, em especial, à sua versão mais centralizada e militante, como a que pretendiam os jacobinos. Em seu "Relatório sobre a necessidade de eliminar o patoá e universalizar o uso da língua francesa" (1794), Henri Gregoire, clérigo e também membro radical da Convenção Nacional, disse que só quando todos os cidadãos falassem a mesma língua poderiam desfrutar acesso igualitário à cidadania do Estado¹⁹.

Os governantes da França entre 1789 e 1815 tomaram poucas providências concretas para corrigir as supostas deficiências lingüísticas dos compatriotas (nisso demonstraram mais bom senso do que alguns de seus sucessores que, tentando ir além, simplesmente fizeram papel ridículo). O

18. Citado em J. M. Thompson, *The French Revolution* (Oxford: Blackwell, 1944), p. 121.

19. Citado em M. de Certau et al., *La Revolution française et les patois: l'enquête de Gregoire* (Paris: Galimard, 1975), p. 295.

que fizeram, porém, foi o bastante. Eliminaram as antigas divisões administrativas e criaram uma burocracia centralizada com estrutura uniforme e repartições em todo o país. Também criaram um serviço militar geral para todos os varões dos 19 aos 26 anos de idade; um código legal abrangente, com autoridade sobre todos os franceses, independentemente de classe social, credo ou província de residência; e um novo sistema educacional secundário e superior dirigido pelo Estado e que, em muitos aspectos, não tinha precedentes na história. Não menos importante, a turbulência provocada pela revolução e a série de guerras em que a república se envolveu nos primeiros três anos de sua fundação levaram a que os franceses originários dos quatro cantos do país se reunissem em torno de um propósito comum e se misturassem entre si como nunca antes. Pela primeira vez, porém decerto não a última, a guerra se tornou o crisol da nação e também do Estado onde ela se organizou.

Para reforçar suas pretensões, a república iniciou uma série de enormes festas populares, nas quais procurava celebrar a si mesma e com as quais esperava substituir as antigas festas religiosas. A primeira aconteceu em novembro de 1789, quando cerca de 12 mil pessoas de diversas cidades e aldeias do Languedoc e Dauphine se reuniram mais ou menos espontaneamente em Etoile-sur-Rhône e prestaram o juramento de "oferecer nossos braços e nossa riqueza à pátria comum... correndo em auxílio dos nossos irmãos de Paris ou de qualquer outra cidade da França que esteja em perigo". De janeiro a maio do ano seguinte, houve reuniões semelhantes em Pontivy e Lyon, culminando num ajuntamento em massa em 14 de julho de 1790, Dia da Bastilha, assim instituído como aniversário da revolução. No Champ de Mars, recém-designado local de paradas nas proximidades de Paris, reuniram-se 300 mil "patriotas" de toda a França para a *Fête de la Fédération*. Foi presidida por Talleyrand, aristocrata membro da Assembléia Nacional, que fora bispo de Autun no antigo regime mas virara a casaca (não pela última vez) e se tornara um dos mais veementes revolucionários.

Diante do som incongruente das massas e do disparo de canhões, a assembléia jurou renunciar às diferenças regionais. De então em diante, não haveria mais filhos de Dauphine, Artois, Vendéia etc.; somente franceses que se uniram no juramento à Constituição. Durante os nove anos seguintes, a cerimônia passou a repetir-se anualmente, quase sempre assumindo formas esquisitas, como quando Robespierre coroou a Deusa da Razão, plantou a árvore da liberdade e coisas do gênero. Também serviu de modelo para incontáveis cerimônias menores realizadas nas cidades das províncias.

Não satisfeitos com as cerimônias ocasionais, os patronos da república marcaram o evento com a adoção de uma nova bandeira nacional – a tricolor – bem como de um novo calendário nacional, que começava no ano 1. Criado pelo poeta Fabre d'Eglantine, dividia o ano deliberadamente em semanas de dez dias, em vez de sete; não se poderia inventar melhor maneira de oferecer aos cidadãos indicação mais clara possível do poder do Estado de alterar seus hábitos de trabalho e de administrar sua vida. Arrancando mais uma folha do livro da desacreditada Igreja, em 1795 a França se tornou o primeiro país a ser abençoado com um hino oficial para uso em comemorações públicas. A *Marselhesa*, marcha singularmente emocionante, fora composta em 1792 pelo capitão de artilharia Claude Joseph Rouget de Lisle, que estava estacionado em Estrasburgo na época. Recebeu seu nome de um contingente militar oriundo de Marselha e que a cantou ao marchar rumo a Paris. Foi proibida por Napoleão, que temia que a mensagem principal, isto é a necessidade de lutar contra "a sangrenta bandeira da tirania", viesse a ser interpretada como menção a seu próprio regime; restaurada pelos orleanistas em 1830, foi proibida pela segunda vez por Napoleão III e oficialmente reinstituída em 1871. Cada vez mais cercada por seus equivalentes em outros países, manteve-se popular desde então, sendo cantada em festividades públicas entre gestos que antes estavam reservados a hinos religiosos.

Durante a revolução e o primeiro império, a poesia, a literatura e as artes plásticas foram sistematicamente mobi-

lizadas para glorificar *la patrie* e o imperador que a assumiu e permaneceu no seu comando. Chegou-se a criar um estilo arquitetônico especial, conhecido como *architecture parlante*; do Arco do Triunfo em diante, ainda se pode ver seus resultados em todo o território francês. Pintores como David celebraram as façanhas de Napoleão – ao ponto de retratá-lo barbudo para salientar que ele passava os dias e as noites a serviço da França. Assim como muitas outras coisas que o imperador fazia, a arte que ele promovia costumava ser opressiva. Do início ao fim, não havia lugar para a sutileza na comunicação da mensagem e ainda menos espaço para dúvidas em relação à supremacia do Estado.

Enquanto a França se tornava o primeiro país onde a causa nacionalista se casava com a do Estado, em outros lugares os avanços geralmente seguiram outro modelo. Onde nação e Estado não coincidiam, como acontecia em grande parte da Europa entre 1815 e 1860, os governantes tinham mais motivo para temer o nacionalismo popular do que para incentivá-lo. Conseqüentemente, o nacionalismo surgiu sem eles e, em muitos casos, contra eles, acabando por dar fim ao que restava da antiga idéia de que governantes e Estado eram uma coisa só. O mais notável caso em questão foi a Alemanha, inflamada por um patriotismo frenético durante as guerras de libertação mas, depois disso, novamente dividida em 38 estados – excluindo-se a Áustria, que, embora membro da Federação, ou *Bund*, em grande parte não era alemã. Os primeiros representantes do nacionalismo alemão pós-napoleônico eram pessoas como Friedrich Ludwig Jahn e Ernst Moritz Arndt. Assim como Hegel, ambos tiveram formação pietista; assim como ele, ambos foram levados pelos acontecimentos de 1806-15 a deixar de lado sua apatia política anterior e transformar-se de patriotas sonhadores, de mentalidade religiosa, em ardentes advogados da pátria alemã. Além de fazer discursos nacionalistas, começaram a planejar e organizar festividades cuja finalidade era advogar a unidade nacional e celebrar as façanhas do povo alemão desde os tempos em que seus ancestrais triunfaram sobre

as legiões romanas. O movimento firmou-se rapidamente; por volta de 1817, o famoso Festival de Wartburg atraiu multidões, e toda uma liturgia foi criada praticamente do nada. Inspirou-se na liturgia da Igreja protestante, também com hinos como *Deutschland über Alles*, desfiles e pregação; mas diferia dela em pontos importantes como a tendência de realizar os cultos ao ar livre e não em ambientes fechados, a exibição de bandeiras nacionais e a substituição dos sinos pelas cornetas. Ao festival realizado em Hambach em 1832 compareceram 30 mil estudantes, e isso antes da criação dos modernos meios de transporte e de comunicação, que permitiram a realização desses encontros em escala verdadeiramente nacional²⁰.

A princípio, essas reuniões populares, nas quais se bebia muita cerveja e havia algumas janelas (e cabeças) quebradas, eram vistas pelas autoridades com desconfiança. Elas as consideravam como ninhos do jacobinismo, enviavam espiões à paisana para vigiar os participantes e mandavam prender os líderes. Contudo, a partir de meados do século, a direção dos ventos mudou. Cada vez mais nacionalizado, o Estado apropriou-se das reuniões e transformou-as para que servissem a *seus fins*. Naturalmente, nem todas as tentativas de fazê-lo tiveram êxito. Planejar um festival e fazer com que parecesse espontâneo nunca foi fácil, em especial se a finalidade é demonstrar respeito pelas autoridades, em vez de expressar oposição ou ser uma simples válvula de escape. Por exemplo, o *Sedantag*, instituído por lei para comemorar a batalha de 1870, e programado para acontecer todos os anos no primeiro dia de setembro, foi um ato autoritário demais e não conquistou o entusiasmo popular. O povo, até mesmo o alemão, preferia ocasiões que propiciassem maior participação popular. Para preencher a lacuna, o Estado achou necessário recorrer a paradas e a outras exibições militares.

20. Sobre a história e a importância dessas festividades, ver G. Mosse, *The Nationalization of the Masses* (Nova York: Fertig, 1975), pp. 73-160.

Nessa época, a Revolução Industrial, que começara um século antes na Inglaterra, já tinha chegado havia bastante tempo no continente e estava a todo vapor. Dedicada ao perpétuo desenvolvimento econômico, a sociedade industrial significou mudanças e uma constante dança das cadeiras, em que as pessoas conseguiam e perdiam empregos e se faziam ou se perdiam fortunas. Mas também levou a um grande aumento da capacidade individual de ir e vir; com a disseminação das estradas de ferro a partir da década de 1830, os laços que até então ligavam o homem comum à comunidade onde nascera se romperam pela primeira vez. Assim, a sociedade industrial enfraqueceu ou destruiu as instituições mais antigas nas quais as pessoas conviviam, tais como as famílias estendidas, os clãs, as tribos, as aldeias, as guildas, e até as comunidades urbanas relativamente pequenas que, entre seus muros, existiram durante séculos e que, agora, assumiam dimensões monstruosas em razão do influxo de recém-chegados do interior²¹. Sua extinção deixou o povo sem raízes, desnudo, exposto como nunca às vastas "forças do mercado" que pareciam governar sua vida e sobre as quais não podia exercer o menor controle. Nesse cenário, já por volta de meados do século, a "alienação" era reconhecida como problema social da maior importância, para o qual tanto revolucionários quanto conservadores ofereciam todos os tipos de soluções²².

Para enfrentar o desafio, o Estado, abraçando o nacionalismo, procurou deliberadamente usar a situação em benefício próprio e começou a cantar louvores a si mesmo por todos os meios possíveis. Já iam longe os dias em que coisas como comida nacional, costumes nacionais e hábitos nacionais podiam ficar a cargo de meras sociedades patrió-

21. Uma excelente análise pioneira dos efeitos alienadores da moderna sociedade industrial é K. Marx e F. Engels, *The German Ideology* (Nova York: International Publishers, 1932 [1844]), pp. 23 ss.

22. Sobre os vínculos do nacionalismo com a Revolução Industrial, ver E. Gellner, *Nations and Nationalism* (Oxford: Blackwell, 1983), principalmente cap. 3.

ticas; por meio de seu sistema educacional, sobre o qual entraremos em pormenores na próxima seção, o Estado procurou controlar não só esses aspectos, mas também a "cultura" na forma de história, pintura, escultura, literatura, teatro e música. Tudo isso deixou de ser assunto de indivíduos isolados ou de fazer parte da iniciativa humana normal. Pelo contrário, tornaram-se atividades classificadas como inglesas, francesas, alemãs ou russas, conforme o caso; quase sempre sob os auspícios de algum ministério da cultura (que poderia ou não ser também ministério da educação), eram subsidiadas e estudadas principalmente como meio de exaltar o patrimônio nacional.

Por ser uma das maiores expressões da liberdade e da espontaneidade humanas, o esporte também se tornou nacionalizado. Se antes era organizado em escala local – quando as lutas, as corridas e o atletismo serviam para animar as feiras populares, e as escolas vizinhas às vezes faziam competições entre os alunos –, agora passara a ser controlado pelo Estado para atender a seus objetivos, incluindo as preparações para a guerra²³. Ademais, a proliferação das estradas de ferro viabilizou a organização de competições, primeiramente nacionais e, depois, internacionais, com times representantes de diversos Estados. A largada foi em 1896, quando foram realizados os primeiros Jogos Olímpicos em Atenas. A partir de então, quanto maior o prestígio de algum evento esportivo, maior era a probabilidade de que começasse com o hastear de bandeiras nacionais e terminasse com a execução dos respectivos hinos nacionais, para não

23. A. Krieger, "Sieg Heil to the Most Glorious Era of German Sport: Continuity and Change in the Modern German Sports Movement", *International Journal of the History of Sport*, 4, 1, 1987, pp. 5-20; J. Tollener, "Formation pour la vie et formation pour l'armée: la Fédération nationale des sociétés catholiques de gymnastique et d'armes de Belgique, 1892-1914", *Stadion*, 17, 1, 1991, pp. 101-20; L. W. Burgener, "Sport et politique dans un état neutre: l'instruction préliminaire en Suisse, 1918-1947", *Information Historique*, 48, 1, 1986, pp. 23-9; M. Spivak, "Un concept mythologique de la Troisième République: le renforcement du capital humain de la France", *Information Historique*, 4, 2, 1987, pp. 155-76.

falar das exibições de brutalidade nacional que não raro aconteciam entre as competições.

Da Argentina à Espanha²⁴, a segunda metade do século XIX também testemunhou a invenção de uma série de novas festividades: Dia da Independência, Dia Nacional, Dia das Forças Armadas, Dia da Bandeira, Dia dos Heróis, Dia de Homenagem aos Mortos na Guerra, Dia da Vitória, Dia da Grande Jornada (para os bôeres da África do Sul), ou qualquer outro nome que lhes dessem. Algumas dessas festividades fundiram-se com festas religiosas e festas reais já existentes. Outras, em geral menos bem-sucedidas a longo prazo, foram criadas do nada. A festividade principal invariavelmente acontecia na capital, com a presença do chefe do governo, ouvindo e pronunciando discursos. Mas cada cidade, município e aldeia se sentia na obrigação de preparar uma cópia modesta da original; quanto mais importantes os dignitários do Estado que se propusessem a comparecer, mais bem-sucedido era o evento e maior sua glória. Dependendo da ocasião, havia um feriado comemorado com desfiles, de preferência das forças armadas²⁵; como, porém, estas não podiam estar presentes em toda parte, se fosse necessário, desfilava alguma instituição menos augusta, como a associação local de atiradores de elite ou um clube de ginástica. Também havia toques de retreta, corais, jograis, bandeiras, faixas, algum tipo de pira sagrada a ser acesa em estilo cerimonial, transportada e apagada e, naturalmente, os inevitáveis fogos de artifício. Para concluir as formalidades, ofereciam-se às massas festas ao ar livre bem como oportunidades de beber, dançar e farrear, enquanto os que conseguiam e queriam pagar podiam desfrutar de apresentações

24. L. A. Bertoni, "Construir la nacionalidad: héroes, estatuas y fiestas patrias 1887-1891", *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana*, 5, 1992, pp. 77-111; M. A. Civera, "Origen y desarrollo de la fiesta de la Hispanidad", *Historia y Vida*, 25, 295, 1992, pp. 92-101.

25. Ver J. P. Bois, "L'armée et la fête nationale, 1789-1919", *Histoire, Economie et Société*, 10, 4, 1991, pp. 505-27, sobre o modo como as forças armadas passaram a dominar principalmente o Dia da Bastilha.

teatrais e orquestrais com comovente teor patriótico. Nas últimas décadas anteriores a 1914, a existência de qualquer Estado sem tais comemorações se tornara quase impensável. Sonhando com uma futura pátria judaica, Theodore Herzl, fundador do sionismo, ficou fascinado com o problema; seu diário estava repleto de descrições de espetáculos imaginários, quanto mais grandiosos, melhor²⁶. Embora todos os Estados participassem de alguma maneira, os verdadeiros mestres desse tipo de coisa foram os regimes comunista, fascista e, sobretudo, nazista do pós-guerra. Em suas mãos, as festividades se transformaram em acontecimentos gigantescos, como o Dia da Revolução de Outubro, o Dia do Trabalho, o Dia da Marcha sobre Roma, o Dia de Homenagem aos Heróis Mortos na Guerra, o Dia da Festa de Nuremberg, o Dia dos Trabalhadores Alemães, o Dia do Solstício de Verão etc. Ainda mais que suas equivalentes em outros países, essas festividades logo perderam toda a espontaneidade que possam ter tido no início. Tendo-se tornado ritualísticas, estavam fadadas à repetição com uma monotonia horrível, ano após ano²⁷. O número de participantes, não dos que compareciam voluntariamente, mas dos que eram arrebanhados pelas autoridades, cresceu a dezenas ou mesmo centenas de milhares, todos marchando, cantando e fazendo reverências em uníssono, para não falar dos outros milhões que recebiam a mensagem por intermédio dos novos meios técnicos, o rádio e o cinema controlados pelo Estado. Às vezes, como no caso da Praça Vermelha de Moscou e da Piazza Venezia de Roma, as festividades usavam estruturas já existentes ou as adaptavam para os novos fins. Em outros locais, erguiam-se estruturas completamente novas, como o Zeppelinfeld nas proximidades de Nuremberg e os numerosos teatros gigantescos ao ar livre, que os nazistas construíram por todo o país.

26. Theodore Herzl, *The Complete Diaries of Theodore Herzl*, ed. R. Patai (Nova York: Herzl Press, 1960), vol. I, pp. 27, 33, 39, 43, 67.

27. Sobre as ponderações do próprio Hitler sobre esse assunto, ver A. Speer, *Erinnerungen* (Berlim: Propylaen Verlag, 1969), pp. 67 ss.

Conforme esses eventos foram criados para demonstrar, nessa época o culto ao Estado atingira tal ponto que se estava abandonando a distinção original entre ele e a sociedade civil. Embora apresentasse o Estado como idéia, Hegel nunca o considerou o *único* ideal; pelo contrário, sempre salientara a necessidade da manutenção de instituições privadas fortes que se equilibrassem entre si e com o Estado, para viabilizar a liberdade²⁸. Essa parte da mensagem de Hegel estava fadada a ser ignorada, para não dizer desvirtuada, por seus sucessores totalitaristas, tanto da direita quanto da esquerda do espectro político do século XX. Cada um à própria maneira, comunistas e fascistas tentavam abolir a sociedade civil, de suas instituições, só permitiram que sobrevivessem as que o Estado podia controlar e que se engajavam nos seus fins (ou, para usar a expressão nazista, que fossem *gleichgeschaltet*)²⁹. Na teoria, e às vezes não só na teoria, cada associação de filatelistas desenvolvia suas atividades tendo em vista alguma finalidade política, e todo *Hausvater* (chefe de família, em alemão) se tornou uma miniatura do *Führer*, berrando ordens para a infeliz família. Os cidadãos tinham de se dirigir uns aos outros da maneira aprovada pelo Estado e assinar suas cartas com palavras aprovadas pelo Estado; quem tentasse expressar alguma opinião que não fosse a oficialmente aprovada poderia acabar num campo de concentração administrado pelo Estado. Conforme Mussolini escreveria em seu artigo sobre o fascismo na edição de 1935 da *Encyclopaedia italiana* (ela própria, naturalmente, projeto estatal) – “tudo dentro do Estado, tudo pelo Estado, nada contra o Estado”. Na Alemanha nazista, segundo o ministro da propaganda Joseph Goebbels, o único

28. Sobre as opiniões de Hegel acerca da sociedade civil, ver S. Avineri, *Hegel* (Londres: Cambridge University Press, 1972), pp. 141-7, 161-75; e H. Ottman, “Hegel’s Philosophy of Right: Changing Paradigms for Its Interpretation”, *Clio*, 13, 4, 1984, pp. 315-30.

29. A melhor história dos regimes totalitaristas no setor da relação entre o Estado e a sociedade civil ainda é H. Arendt, *The Origins of Totalitarianism* (Nova York: Meridian Books, 1951), esp. cap. 12, “Totalitarianism in Power”.

momento em que o indivíduo estava livre do controle estatal era nos sonhos.

Devemos admitir que os países liberais, como a França e, em especial, a Inglaterra, nunca foram tão longe quanto as nações totalitárias. Seguindo a tradição instituída por Locke e Montesquieu, definiam a liberdade de outra maneira; nem esqueceram totalmente – apesar dos inúmeros excessos praticados durante alguns dos períodos revolucionários da França – a necessidade de proteger indivíduos e instituições *contra* a vontade arbitrária do Estado. Porém, no fim das contas, era apenas uma diferença em grau. Além de ter existido na França um movimento fascista importante no século XX, a *Action Française*, a versão “forte” do hegelianismo tinha seus adeptos até na Inglaterra, onde se dizia que “o nome do pequeno território que compreendia Weimar e Iena instigava a imaginação de milhares de jovens de ambos os sexos, da mesma maneira que o nome de Jerusalém tocava os corações dos homens séculos atrás”³⁰. Se para Voltaire o patriotismo era o último refúgio do canalha, depois de 1789 só os socialistas duvidavam de que ele representasse a mais elevada virtude ou que a lealdade ao Estado, na sua qualidade de expressão organizada da sociedade, fosse o dever primordial do patriota. O significado da própria palavra mudou, de alguém que “toma para si a obrigação de cuidar do bem-estar da humanidade” (definição da *Encyclopédie*) para uma pessoa disposta a lutar (alguns diriam fazer estragos) pelo bem do Estado. Quando a traição ao Estado tomou o lugar do crime de lesa-majestade como crime supremo, as outras formas de traição perderam a importância ou desapareceram. Assim, na Alemanha, a *Landesverrat* superou *Hochverrat*; ao passo que, na Inglaterra, a *petite trahison*, também conhecida como assassinar o marido e considerada um crime mais hediondo do que o simples assassinato da esposa,

30. R. B. Haldane, “Hegel”, *Contemporary Review*, 67, fevereiro de 1895, p. 232; ver também B. Bosquianet, *Philosophical Theory of the State* (Londres: Macmillan, 1899).

acabou sendo apagada do livro das leis durante a década de 1830³¹.

De importância muito maior para a vida da maioria era o fato de que, em nome de todos esses sublimes ideais, o Estado apropriou para si o *direito* de exigir de seus membros os maiores sacrifícios. O perigo que Voltaire temia, a saber, que o excesso de "patriotismo" levasse à guerra, se realizara com abundância durante os períodos revolucionários francês e napoleônico. Durante as décadas anteriores a 1914, anarquistas, socialistas e pacifistas de muitos países se empenharam muito para construir pontes internacionais de todos os tipos e, assim, evitar que os Estados mais importantes brigassem uns com os outros. Contudo, quando houve o apelo ao sacrifício, as barreiras que eles tentaram erguer se revelaram mais frágeis do que os próprios Estados haviam previsto e foram destruídas com facilidade³². Com pouquíssimas exceções, os soldados em potencial apinhavam-se nos centros de mobilização, e os parlamentos, mesmo naqueles onde era forte a representação socialista, votaram a favor de verbas para a guerra. O resultado supremo do casamento entre o nacionalismo e o Estado seria a carnificina em escala e intensidade que os membros de organizações políticas anteriores não poderiam ter imaginado. Antes de passar a essa história, porém, é necessário conhecer alguns dos meios mais concretos pelos quais o Estado chegou a dominar a sociedade civil.

Disciplinando o povo

A transformação do Estado, de instrumento em ideal, jamais teria acontecido se ele não tivesse também fortaleci-

31. Ver M. E. Dogget, *Marriage, Wife Beating and the Law in Victorian England* (Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1992), p. 49.

32. Ver M. Ferro, *The Great War 1914-1918* (Londres: Routledge, 1969), cap. 1; e A. Offner, "The Working Classes, British Naval Plans and the Coming of the Great War", *Past and Present*, 107, maio de 1985, pp. 225-6.

do seu domínio sobre a sociedade muito além do que seu predecessor moderno tentou fazer. Escrever livros sobre folclore, fazer discursos patrióticos e realizar festividades nacionais, mesmo com a presença de reis, presidentes e primeiros-ministros, não é nada demais. Com o tempo, o que importa não são as comemorações periódicas nem as ponderações de um punhado de intelectuais, mas a faina cotidiana da grande maioria dos governados. Garantir que a faina diária estivesse de fato sob seu controle e, na medida do possível, a seu serviço era a meta de todos os Estados pós-1789, tanto na Europa quanto, cada vez mais, em outros continentes, sendo a polícia e o aparato carcerário, o sistema educacional e os serviços da previdência social os meios mais importantes para esse propósito.

Como demonstramos em seção anterior, duas das características mais peculiares do Estado moderno são suas forças policiais especializadas e o sistema carcerário. Aquelas se tornaram necessárias em razão da Revolução Francesa e da *levée en masse* que ela foi a primeira a apresentar. Este era um instrumento burocrático estatal típico, que pressupunha uma multidão de fichas, regulamentos, carcereiros, médicos, assistentes sociais, psicólogos e, naturalmente, as estruturas fortificadas onde seus infelizes internos eram encarcerados. Embora a ligação entre eles e o Estado seja, portanto, forte e íntima, ambos também expressam o fato de que, terminadas as guerras napoleônicas, a natureza do problema de segurança interna que o Estado enfrentava passou por mudança decisiva.

Desde o tempo dos primeiros impérios – e também como demonstrou a instituição das tiranias nas cidades-Estado antigas e medievais de Corinto, Siracusa, Roma, Milão e Florença *inter alia* –, tradicionalmente, as pessoas que mais precisavam de supervisão eram os grandes. Nas palavras de um especialista do século XVI, "os ricos relutam em submeter-se ao governo porque são afortunados"; ainda que o solitário assassino tivesse êxito no assassinato de um rei ou magistrado, em geral só podiam realizar mudanças políticas

os que se "distinguiam por berço nobre e posição influente"³³. Com a instituição do Estado moderno, essa proposta foi, aos poucos, perdendo a validade. Quando os laços feudais se enfraqueceram e a Igreja perdeu o direito de governar, a mudança para o governo "legítimo" significou que os governantes não tinham nada a temer dos súditos mais poderosos. Por outro lado, a propriedade privada tornou-se o cimento no qual se assentavam todas as relações externas à família nuclear (e, não raro, também dentro dela). Desde os tempos de Bodin e Hobbes, a proteção da propriedade privada transformou-se numa das principais funções do soberano³⁴. Reciprocamente, o próprio êxito do precursor do Estado moderno era explicado, em parte, por sua disposição e capacidade de proteger as propriedades de seus correligionários.

Com Locke e Montesquieu, a necessidade de defender a propriedade contra todos os invasores – fossem não-proprietários ou o próprio governante – foi elevada à categoria de princípio primordial da teoria política. Aquele transformou o direito à propriedade em lei inalienável da natureza, chegando ao ponto de definir a própria vida como "posse" da qual não se devia privar ninguém sem causa. Este dedicou algumas das partes mais críticas de sua obra a uma explicação minuciosa dos modos como se devia garantir tal direito na prática. Na época, o primeiro Estado a adotar explicitamente esse princípio como um de seus pilares foi a Inglaterra, após a Revolução Gloriosa de 1688. Os próximos foram os Estados Unidos, assim que adotaram sua Constituição, e a França, na Declaração dos Direitos do Homem (1789). Na Prússia, a inviolabilidade da propriedade privada surgiu de maneira gradual durante o século XVIII e foi coroada pelas reformas de 1807-13. Não é de admirar que, no decorrer do

33. Botero, *The Reason of State*, p. 83.

34. Ver C. B. McPherson, *The Political Theory of Possessive Individualism: Hobbes to Locke* (Londres: Oxford University Press, 1962), principalmente pp. 264-5, 197-221, 247-8.

século XIX, os grandes – que, tendo-se dissolvido todos os outros laços sociais, se traduziam em ricos em noventa por cento dos casos – quase sempre se encontravam do lado do Estado. A não ser no caso de alguns príncipes anarquistas russos, como Bakunin e Kropotkin, podia-se contar com eles para resistir a qualquer tentativa de perturbar a ordem existente, chegando-se ao ponto em que Marx, em 1848, pôde definir o próprio Estado como nada mais que uma comissão criada pela "burguesia inteira" para administrar os assuntos em seu nome³⁵.

Tendo assim conquistado a aquiescência, não raro até o apoio entusiástico, das classes proprietárias, o Estado do século XIX empenhou-se em estender *sua* lei e *sua* ordem àquelas partes da população que, até então, em geral eram tidas como aquém de sua consideração. Anteriormente, na maioria dos países, o crime nas classes sociais mais baixas era entendido como "depravação" dos indivíduos. Por mais lamentável do ponto de vista moral, não representava risco para a sociedade, ainda mais porque em sua maioria assumia a forma de brigas sem importância entre vizinhos pobres. Como o surgimento do Estado moderno desarmou as classes altas e a industrialização levou um grande número de destituídos a se concentrar nas cidades, que cresciam rapidamente, essa situação mudou. Os acontecimentos de 1789-94 tinham demonstrado o que o populacho, contanto que devidamente entusiasmado e conduzido, era capaz de fazer ao mais poderoso e mais bem-organizado Estado da história até então. Durante as décadas seguintes a 1815, a "questão social" emergente passou a ser considerada uma ameaça à estrutura do poder constituído; e, com ela, a disciplina funcional que o capitalismo e a indústria modernos exigiam.

Qualquer que fosse sua motivação, durante as duas décadas seguintes a 1810, um país após o outro passou a imi-

35. K. Marx e F. Engels, *The Communist Manifesto*, ed. A. J. P. Taylor (Harmondsworth: Penguin Books, 1967 [1848]), p. 82.

tar Napoleão, criando novas forças policiais e centralizando as existentes. Para mencionar apenas alguns dos acontecimentos mais importantes, entre 1815 e 1825 foram abolidas as antigas "guardas de cidadãos" (*Bürgergardien*) municipais da Prússia para lidar com crimes de pouca importância. Quem assumiu seu lugar foi a polícia e (nos distritos rurais) os gendarmes, ambos pagos e mantidos exclusivamente pelo Estado. Em meados do século, as cidades provincianas típicas da Prússia eram protegidas com aproximadamente um policial para cada 3 mil habitantes; na época da Primeira Guerra Mundial, esse número aumentara para mais de um para cada mil habitantes³⁶. Em 1811 na Rússia, o czar Alexandre I, que queria exterminar a deslealdade, já prevenindo uma provável invasão francesa, criou o Ministério da Polícia, aproveitando uma parte do já existente Ministério do Interior³⁷. Rebatizado de "terceiro departamento" por Nicolau I, praticamente recebeu carta branca para recolher "informações relativas a todos os acontecimentos, sem exceção": no início da década de 1840, já estava tão descontrolado que pôs o filho do próprio imperador sob vigilância, sem o conhecimento do pai³⁸. Esse ministério assumiu diversas roupagens e permaneceu em atividade enquanto durou o regime czarista. Acabou servindo de modelo para seus sucessores ainda mais notórios: Cheka, OGPU, NKVD e KGB.

Dentre os principais países da Europa, o que tinha tradições liberais mais fortes era a Inglaterra. Embora houvesse parlamentares que protestassem com frequência contra suas

36. Números de A. Luedtke, *Police and State in Prussia, 1815-1850* (Cambridge: Cambridge University Press, 1989), pp. 41-2, 86; e E. Glovka Spencer, *Police and the Social Order in German Cities* (DeKalb: Northern Illinois University Press, 1992), pp. 166-7.

37. Sobre as origens da polícia russa, ver P. S. Squire, *The Third Department: The Establishment and Practices of the Political Police in the Russia of Nicholas I* (Cambridge: Cambridge University Press, 1968), pp. 29 ss.

38. W. Bruce Lincoln, *Nicholas I, Emperor and Autocrat of All the Russians* (DeKalb: Northern Illinois University Press, 1989), p. 89.

conseqüências sobre a liberdade, ali também o crescimento e a centralização das forças policiais regulares administradas pelo Estado foram bem rápidos; em 1829, a cidade de Londres recebeu seus *bobbies* (em homenagem ao ministro do interior Robert Peel). Em 1835, o Parlamento ordenou que todos os municípios constituintes seguissem o exemplo de Londres e, 21 anos depois, o County and Borough Police Act tornou obrigatórias em todo o país as forças policiais. Enquanto isso, as estradas, as ferrovias e o telégrafo começavam a acabar com o isolamento das forças policiais locais, tanto na Inglaterra quanto no exterior. Durante a década de 1870, o pagamento à polícia, a disciplina e os critérios para admissão foram retirados das mãos das autoridades locais e entregues ao Ministério do Interior; outro fato marcante aconteceu em 1890, quando se tornou lícito trocar policiais, ou mesmo unidades inteiras, entre uma força local e outra. Por volta de 1906, não menos que um terço dos assuntos do Ministério do Interior estava sob responsabilidade de seu departamento criminal – que, nessa época, cuidava de tudo, do controle de garçons estrangeiros a pequenas contravenções. Mesmo assim, comparada ao que acontecia em outros países, a Inglaterra estava bem atrasada. Por exemplo, foi somente em 1929 que as diretrizes para captura foram normatizadas em todo o país.

Na época em que esses avanços estavam acontecendo, o Estado, invenção originalmente européia, iniciara a marcha de conquista que o tornaria senhor do mundo. O processo de expansão será estudado adiante, neste volume; agora precisamos apenas salientar que o sistema inglês de forças policiais profissionais foi exportado para as colônias mais importantes, que naturalmente pediram aos colonizadores uma solução para seus problemas. Nos Estados Unidos, o mais importante país fora da Europa, Nova York se tornou a primeira cidade a criar uma força policial municipal em 1845. A princípio tinha 800 homens, mas logo se tornou insuficiente para a população que, nas duas décadas seguintes,

cresceu de 400 mil para 650 mil habitantes³⁹. No ano de 1865 foi criado o serviço secreto, primeira força policial nacional, cuja missão era proteger o presidente. Em 1905, a Pensilvânia tornou-se o primeiro estado dos EUA a criar uma polícia estadual. Medida que mais tarde foi imitada por Nova York (1917), Michigan, Colorado e West Virginia (1919) e Massachusetts (1920). Em 1920, o Bureau of Investigation, que mais tarde passou a chamar-se Federal Bureau of Investigation ou FBI, já estava com doze anos de idade. Foi criado pelo Executivo, a despeito das objeções do Congresso, pois alguns de seus membros temiam que seus próprios negócios fossem investigados. A princípio sua missão era investigar processos antitruste, diversos tipos de fraudes e certos crimes cometidos em propriedades do governo ou por funcionários do governo. Assim como todas as instituições burocráticas, expandiu sua organização até abranger toda uma série de crimes "federais".

Com suas forças na ativa, aqueles e outros estados dos EUA passaram a impor a ordem no interior e nos bairros urbanos de classe baixa, que antes estavam quase totalmente fora de seu alcance. Fazendo a ronda nas ruas, supervisionando supermercados, cervejarias e bordéis (tomando porém o cuidado de evitar os freqüentados pelas próprias autoridades do Estado), a polícia logo fez sentir sua presença, embora isso acontecesse mais na Europa do que nos Estados Unidos, com seus amplos espaços abertos e sua sociedade de pioneiros. Mais uma vez, a Inglaterra, com suas tradições relativamente liberais, é um bom termômetro. O número de processos aumentou sete vezes entre 1805 e 1842; comparado à população, foi um aumento de 4,5 vezes. Em razão da ênfase na ordem pública – por exemplo, a Lei da

39. Ver J. F. Richardson, *The New York Police: Colonial Times to 1901* (Nova York: Oxford University Press, 1970), pp. 82-123. Há algumas comparações numéricas da força das polícias municipais inglesas na época em F. C. Mather, *Public Order in the Age of the Chartists* (Manchester: Manchester University Press, 1959), pp. 111-17.

Vadiagem de 1824 tornou possível processar as pessoas pelo mero fato de estarem na rua –, não é de surpreender que a grande maioria dos indiciados pertencesse às classes baixas. Os resultados merecem a qualificação de impressionantes. Depois de 1848, raramente era necessário chamar soldados para acabar com tumultos etc.; na Inglaterra, entre 1850 e 1914 (quando a curva mudou de direção e se tornou horizontal), o índice de arrombamentos por 100 mil habitantes caiu 35 por cento; o de homicídios, 42 por cento; e o de agressões, 71 por cento⁴⁰. Usando como desculpa a necessidade de disciplinar o povo, o Estado começou a conquistar distritos urbanos inteiros, que antes estavam fora de alcance, e recriá-los à sua imagem.

Embora suas forças policiais estivessem impondo ao povo normas aceitáveis de comportamento, o Estado do século XIX achou que chegara a hora de invadir-lhe o intelecto também. Durante a maior parte da história, a educação estivera quase totalmente a cargo da família e da Igreja. Esparta, naturalmente, foi uma exceção notável: reproduzindo os costumes de sociedades tribais anteriores, os meninos eram afastados dos pais aos seis anos de idade e criados em casernas, das quais só saíam para se casar. Pessoas importantes de outras cidades-Estados às vezes também fundavam escolas, mas faziam-no para demonstrar sua generosidade aos concidadãos; fazia parte das liturgias a que estavam sujeitos, e não de uma tentativa abrangente de controlar o pensamento dos jovens⁴¹. Os impérios carolíngio, inca, otomano e chinês ostentavam escolas imperiais; mas os alunos que recebiam eram quase exclusivamente parentes dos funcionários da corte e, talvez, alguns dos aspirantes a membros da burocracia. Fosse qual fosse o sistema, e, repito, com a exceção bem parcial das antigas cidades-Estado, a grande

40. Números de *Cambridge Social History of Britain* (Londres: Cambridge University Press, 1993), p. 290.

41. Ver A. R. Hands, *Charities and Social Aid in Greece and Rome* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1959), pp. 111-7.

maioria do povo tinha de resolver sozinho seu problema de educação da maneira que lhe fosse possível. Durante toda a história, isso significou que principalmente a população rural não recebeu educação quase nenhuma.

Há propostas de criação de um sistema educacional administrado pelo Estado nas obras de autores utópicos do século XVII como Valentin Andrea e Gerrard Winstanley, que já conhecemos como defensor do aparato nacional de coleta de informações. Talvez influenciado pelo exemplo espartano, e também por Platão, Andrea queria que as crianças de ambos os sexos fossem afastadas dos pais aos seis anos de idade e criadas em colégios internos. Winstanley sugeria que a "comunidade" assumisse a responsabilidade de assegurar que nenhum futuro cidadão deixasse de receber a educação moral e profissional necessária para ganhar a vida, embora não tenha explicado como fazer isso. No decorrer do século XVIII, multiplicaram-se os projetos desse tipo. Todos queriam que a educação saísse das mãos da Igreja; mas, enquanto alguns eram motivados pelo que hoje chamaríamos de ponderações patrióticas e nacionais, outros apenas expressavam o desejo de fornecer à burocracia emergente um fluxo constante de escriturários obedientes. O primeiro tipo foi exemplificado por Rousseau, que, em seu *Considérations concernant le gouvernement de Pologne* (1772), afirmou que a meta da educação devia ser levar os alunos a inverter as palavras *ubi bene ibi patria* (onde te sentes bem, aí é a tua Pátria)⁴². O segundo incluía diversos projetos minuciosos apresentados pelos teólogos prussiano e bávaro Konrad von Zeydlitz e Heinrich Braun a seus respectivos senhores reais durante a década de 1780.

Enquanto durou o velho regime, propostas como essas e outras semelhantes tiveram pouco resultado. Concentrando-se no lado negativo, a maioria dos monarcas contentava-se em assegurar que não se ensinasse nada nas escolas

42. J.-J. Rousseau, *The Government of Poland* (Indianapolis: Bobbs Merrill, 1977), p. 14.

das igrejas que pudesse destruir sua própria situação; além disso, era simples questão de fornecer verba e, às vezes, prédios para a instrução em quaisquer disciplinas que, por um motivo ou por outro, aguçavam seu interesse. Assim, Luís XIV, incentivado por Colbert, deu apoio a uma Académie Politique de vida curta, bem como a algumas faculdades técnicas, a mais importante das quais mais tarde se transformou na École des Ponts et Chaussées⁴³. Outro campo que chamou a atenção dos poderes constituídos foi a formação de oficiais. Anteriormente, os oficiais eram pessoas que, trabalhando com capital próprio ou com capital fornecido por terceiros, recebiam "comissões" dos governantes para recrutar soldados. Com o surgimento das forças armadas permanentes, por volta de 1648, o sistema mudou: tornaram-se comuns as escolas de cadetes destinadas aos filhos da nobreza empobrecida; cada um dos principais Estados (com exceção da Inglaterra, onde a forma adotada pelos comandantes de regimentos para alistar oficiais não incluía vaga para a educação) fundou pelo menos uma. Em fins do século XVIII, tinham-se espalhado da Europa para os novos Estados do outro lado do Atlântico. Ali, duas delas – a de West Point e a de Annapolis – estavam se preparando para um grande futuro⁴⁴.

O primeiro governante a ter interesse prático na educação dos súditos em geral foi Frederico Guilherme I da Prússia. Em 1717 ele declarou ter descoberto que as crianças eram "flagrantemente ignorantes... do que é mais necessário a seu bem-estar e salvação eterna"; naquele momento foi decretado que todos os pais deviam mandar os filhos para a escola, mas como nada se fez para acompanhar o assun-

43. G. Thuillier, "L'Académie politique de Torcy, 1712-1719", *Revue d'Histoire Diplomatique*, 97, 1-2, 1983, pp. 54-74; F. B. Artz, *The Development of Technical Education in France* (Cleveland: Society for the History of Technology, 1966), cap. 1.

44. Sobre as origens das escolas de oficiais, ver M. van Creveld, *The Training of Officers: From Professionalism to Irrelevance* (Nova York: Free Press, 1989), cap. 1.

to, os resultados foram, quando muito, mínimos. Frederico, o Grande, em seu *Landschulregiment* (1763) decretou que todas as crianças entre os cinco e os treze anos de idade deviam freqüentar a escola; nove anos depois, reservou 200 mil táleres para pagar aos professores e resgatar seus recém-conquistados súditos pomerânios do que chamava de "sua escravidão polonesa"⁴⁵. Mais uma vez, não aconteceu quase nada, entre outras razões porque os pais eram pobres demais e as autoridades locais não estavam dispostas a arcar com os custos. Por exemplo, ainda em 1792, só uma de cada seis aldeias da Prússia oriental tinha escola. Na Prússia ocidental, a percentagem era ainda menor. Em todo o reino, as escolas que existiam costumavam concentrar-se nos domínios reais, ao passo que os *junkers* prussianos pouco faziam para educar os servos. Frederico, contudo, concluiu o trabalho do pai ao levar a educação secundária e universitária para o controle de um ministério do Estado. Foi instituído um exame de saída da escola conhecido como *Abitur*, que se tornou condição para admissão tanto nas universidades quanto nos escalões da administração prussiana. No decorrer do século XIX, também se tornou pré-requisito para quem aspirava ser oficial das forças armadas.

Enquanto a Prússia marcava passo, a Baviera agia. A Paz de Luneville (1801) deu fim à antiga *sancta Bavaria* que existia desde 1648. O país não só foi arrastado para uma aliança firme com a França napoleônica, mas a anexação dos territórios que antes pertenciam à Áustria trouxe consigo uma infusão em massa de protestantes e judeus que o velho sistema não poderia assimilar. Conseqüentemente, em outubro de 1802, o Conselho de Assuntos Eclesiásticos foi abolido e fundou-se um ministério da educação, o primeiro desse tipo no país. Além de condicionar a entrada no funcionalismo público à conclusão do secundário, como na Prússia, as autoridades da Baviera instituíram o estudo obrigatório para

45. M. Baer, *Westpreussen unter Friedrich dem Grossen* (Osnabrück: Zeller, 1965 [1909]), vol. I, p. 550.

todas as crianças; a obediência seria garantida pela emissão de um certificado de conclusão de curso que seria exigido para obter permissão para a compra de imóveis, exercício de profissão ou casamento. A maior parte dos custos seria coberta por taxas pagas pelos pais, e o resto seria proveniente das propriedades da Igreja, que estavam sendo secularizadas o mais depressa possível. Uma lei de 1804 foi ainda mais longe e colocou todas as escolas sob a supervisão do Estado, tornando-as não-confessionais. O currículo ganhou nuances seculares, utilitárias. Uma vez instituído, permaneceu em vigor até a próxima onda de reformas, que o eliminou durante a década de 1860⁴⁶.

Embora na Baviera o compromisso com a educação tenha se enfraquecido após a Restauração, na Prússia aconteceu o contrário. Graças ao empenho de Frederico Guilherme III, que se envolveu pessoalmente na questão, em 1808 foi criado um departamento da educação; nove anos depois, sua importância foi formalmente reconhecida ao ser elevado à categoria de ministério. Com a educação superior e secundária já sob seu controle, mal terminaram as guerras de libertação, e dispondo de vastos recursos, o gabinete começou a fundar escolas às centenas. As verbas provinham, em parte, dos próprios pais e, em parte, de contribuições feitas pelo governo local. O sistema recebia meninas e meninos, não só alemães, mas também poloneses e até judeus, verdadeira inovação para a época. A tarefa de fornecer professores coube aos 28 colégios internos especialmente organizados e sustentados pelo governo. Em Königsberg, tamanha era a escassez de professores qualificados que os órfãos de instituições estatais eram sumariamente designados futuros educadores e, assim que concluíam sua formação, lançados sobre seus colegas mais jovens.

46. Ver, acerca dessas reformas, K. A. Schleunes, *Schooling and Society: The Politics of Education in Prussia and Bavaria, 1750-1900* (Oxford: Berg, 1989), pp. 43-4; e G. Zuber, "L'école primaire de la Prusse à la veille de la fondation du Reich", *Revue d'Allemagne*, 20, 3, 1988, pp. 311-21.

A "transformação do Estado em instituição educacional de larga escala", como declarou um funcionário encarregado do currículo⁴⁷, não tardou a dar frutos. Por volta de 1837, oitenta por cento das crianças prussianas estavam na escola e, para que pudessem fazê-lo, foram aprovadas as primeiras leis relativas ao trabalho infantil. Em meados do século, oitenta por cento da população adulta estava alfabetizada, enquanto na Inglaterra e na França apenas 50-65 por cento dos adultos sabiam ler e escrever; dos recrutas do exército prussiano, só um a cada dez não tinha freqüentado a escola⁴⁸. A Constituição de 1849 tomou as últimas providências e transformou todos os professores – inclusive os professores universitários, alguns dos quais tiveram de ser arrastados pelo pescoço – em funcionários públicos. Depois de 1871, e aproveitando-se do fato de que os Estados restantes já exerciam havia muito o controle de suas escolas, o sistema foi ampliado para toda a Alemanha. Quando os liberais viraram a casaca e deram apoio a Bismarck, já não havia mais dúvida de que o objetivo da escolarização era ajudar o Reich a se tornar bom e forte, e o rumo da educação na Alemanha encontrava-se bem definido, em linhas que só seriam alteradas, quando muito, depois de 1945.

Por motivos que não podemos examinar aqui, outros países estavam muito mais atrasados. Em 1796, 1797 e 1807 foram apresentados projetos de lei ao Parlamento inglês que teriam levado à criação de escolas paroquiais; todos foram rejeitados, porém, e só em 1883 reservou-se a mísera quantia de 20 mil libras "para auxílio à educação das classes mais pobres"⁴⁹. Em 1858 as verbas tinham aumentado para 700 mil libras, quantia que não era desprezível (entre outras coisas,

47. Johann Suevren, citado em G. Giese, *Quellen zur deutschen Schulgeschichte seit 1800* (Göttingen: Musterschmidt, 1961), p. 92.

48. P. Flora, "Die Bildungsentwicklung im Prozess der Staaten und Nationenbildung", em P. C. Ludz (org.), *Soziologie und Sozialgeschichte* (Opladen: Westdeutscher Verlag, 1972), p. 432.

49. Sobre a ascensão da educação dirigida pelo Estado na Inglaterra, ver E. Midwinter, *Nineteenth-Century Education* (Londres: Longman, 1970), pp. 32 ss.

servia para a formação de 14 mil futuros professores), mas ainda era muito menos que os 24 milhões de libras gastos com defesa no mesmo ano. Enquanto isso, as propostas para a instituição de educação universal e compulsória controlada por um ministério da educação continuavam a ser derrotadas. Diante da oposição dos contribuintes, as providências para oferecer instrução a segmentos maiores da população eram bem lentas. Em sua maior parte, limitavam-se a comissões parlamentares de inquérito que investigavam como eram gastas as verbas aprovadas.

Em geral, e apesar da existência de um sistema político muito mais centralizado, o mesmo acontecia na França. A maior contribuição de Napoleão para o sistema educacional francês consistiu nas duas "grandes escolas" – a *École Polytechnique* e a *École Supérieure d'Administration* – que fundou. Ele também criou uma série de *lycées*, destinados às crianças da classe média e administrados à maneira militar; contudo, seu interesse na educação fundamental era limitado e, em vez de mandar expandi-la, contentou-se com as instituições existentes sob supervisão do Estado. Em seu mandato de secretário da educação de Luís Felipe, o historiador François Guizot mandou abrir uma escola fundamental em cada comunidade. Contudo, a implantação foi aleatória, e os poucos institutos postos em funcionamento eram administrados em conjunto pelo Estado e pelo padre da paróquia.

Nessa época, o que reanimou ambos os países – e outros também – a entrar em ação foi a série de vitórias militares prussianas que começaram em 1864. Em 1866, Von Roon, ministro da guerra, informou ao rei Guilherme I que "o vitorioso de Königgrätz foi o professor da *Volkschule* prussiana"⁵⁰. A intenção de Von Roon talvez fosse roubar ao funcionalismo em rápida ascensão de Von Moltke parte de sua glória; contudo, a frase serviu de dica para outros países. A primeira providência, tomada na França, foi fundar uma *école nor-*

50. R. Rissman, *Deutsche Pädagogen des 19. Jahrhunderts* (Leipzig: Minkhardt, 1910), p. 219.

male primaire em cada *département*. Em poucos anos já tinham produzido exércitos de professores e iniciado a missão de transformar todos os homens franceses em patriotas ardentes, dispostos a dar a vida (ninguém pensava em obrigar, muito menos pedir, a uma mulher que desse sua vida) pela Alsácia-Lorena⁵¹. Seguiram-se outras providências, até a coroação do processo com a instituição da educação gratuita universal e compulsória em 1882⁵². O maior responsável pela aprovação do projeto no Parlamento foi o primeiro-ministro Jules Ferry. Não por acaso, ele também teve um papel importante na expansão do império colonial francês para a Tunísia, Madagáscar, Tonkin e o Congo francês.

Diante do “desafio da Alemanha”⁵³, outros Estados acharam que sua única opção era acompanhar a tendência. A educação universal compulsória – que, mais cedo ou mais tarde, estava fadada a tornar-se também gratuita – chegou ao Japão (onde fez parte do processo conhecido como Restauração Meiji) em 1872. A vez da Itália chegou em 1877, a da Inglaterra em 1890 e a da Espanha em 1908. Porém, embora na Alemanha o currículo fosse criado pelos Estados que compunham o império, o sistema político da maioria dos outros países costumava ser mais centralizado; a consequência disso foi que, por volta da virada do século, dizia-se que o ministro francês da educação, por exemplo, sabia dizer o que se ensinava em cada uma das cem mil salas de aula com um simples olhar para o relógio. Quando terminou a Primeira Guerra Mundial, tal medida fora adotada até por muitos

51. Sobre a nacionalização das escolas francesas, ver J. F. Scott, *Patriots in the Making* (Nova York: Macmillan, 1916).

52. S. T. Greshman, “Good Workers and Good Soldiers: Attitude Formation in the Primary Schools of the French Third Republic, 1880-1914”, *Proceedings and Papers of the Georgia Association of Historians*, 6, 1985, pp. 32-42; M. Garnier et al., “The Strong State, Social Class, and Controlled School Expansion in France, 1881-1975”, *American Journal of Sociology*, 95, 2, 1989, pp. 279-306.

53. A. M. Kazmias, *Politics, Society and Secondary Education in England* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1966), pp. 107 ss.

países da América Latina⁵⁴, embora de então até os dias de hoje tenha ficado, em geral, só no papel.

Isso não aconteceu nos países mais desenvolvidos, onde a reforma atingiu praticamente todos os seus objetivos. Em 1895, 82 por cento de todas as crianças inglesas em idade escolar estavam, de fato, na escola, e o sistema já começava a oferecer algum atendimento médico e também refeições subsidiadas. As vésperas da Primeira Guerra Mundial, a reformadora social Beatrice Webb emocionou-se com o quadro “utópico” perante seus olhos: “7 milhões de crianças saem de casa todos os dias, limpas e penteadas... atravessam ruas, estradas e florestas solitárias... para se apresentarem no horário determinado em suas 30 mil escolas, onde cada uma delas encontra um lugar só seu, com livros, quadro-negro e professores”⁵⁵. A realidade decerto era menos idílica. Já na década de 1880, escoltar gazeteiros até a escola – e, às vezes, prender os pais por não obrigar os filhos a ir às aulas – se tornara serviço policial rotineiro nos países “mais ordeiros”, como a Alemanha.

Talvez por ser mais alto o preço por aluno, a situação no tocante à educação secundária e superior era mais variável. Na década de 1880, o Estado começou a fornecer verbas para pagar os estudos dos filhos (muito mais tarde, de filhas também) dos pobres que queriam cursar o colegial e, mais uma vez, a Inglaterra nos oferece uma boa ilustração. A partir de 1902, quando uma organização centralizada tomou o lugar das antigas juntas escolares, 56 de cada mil vagas das escolas pagas tinham de ser oferecidas gratuitamente. Vinte e sete anos depois, esse número dobrou; em 1932, entrou em vigor uma investigação de recursos para distinguir entre os pais que podiam pagar pela educação dos filhos e aque-

54. C. Newland, “La educación elemental en Hispanoamérica: desde la independencia hasta a la centralización de los sistemas educativos nacionales”, *Hispanic American Historical Review*, 7, 2, 1991, pp. 335-64, oferece um panorama desses acontecimentos.

55. Citado em A. Trop, *The Schoolteachers* (Londres: Heinemann, 1957), p. 195.

les que não podiam. Embora muitos outros países tenham tomado providências paralelas, a educação secundária continuou limitada, de maneira geral, aos filhos das classes médias e só depois de 1945 se transformou em algo semelhante à educação universal e gratuita. Na maioria dos países, a idade de deixar a escola, que antes era 11 anos de idade, foi elevada para 14 e, depois, para 16, um limite que nem mesmo o Estado moderno ousa atravessar, apesar de toda sua prepotência e de seu aparato de coerção sem precedentes.

Já que a educação superior requer um corpo docente altamente especializado, em geral os governos estavam menos capacitados para controlá-la. Relativamente poucos países seguiram o exemplo da Alemanha de transformar todas as universidades em instituições estatais e todos os professores efetivos em *Beamter* (funcionários públicos). Em outros lugares, o governo geralmente subsidiava as universidades; na Inglaterra, por exemplo, no período entre as guerras mundiais, o governo bancava entre um terço e metade de sua receita. Surpreendentemente, um dos primeiros países a criar universidades "estaduais" foram os Estados Unidos. A primeira a abrir as portas foi a Rutgers, universidade do estado de Nova Jersey, em 1766. Em seguida veio a Universidade da Geórgia em 1785, a Universidade de Vermont em 1791, a Universidade do Tennessee em 1794 e a Universidade de Cincinnati em 1819⁵⁶. Muitas dessas universidades públicas foram construídas em locais distantes demais e de povoamento recente demais para estar à altura das particulares. Talvez, o que não é de surpreender, seu prestígio (e, provavelmente, seus padrões educacionais) tenha ficado a dever às particulares desde o tempo em que foram criadas até os dias de hoje. Embora a maioria das universidades, exceto nos países totalitaristas, tivesse permissão para decidir seu próprio currículo, o mesmo não acontecia com as escolas secundárias e, *a fortiori*, fundamentais. Conseqüentemente, a

56. *World Almanac and Book of Facts, 1998* (Mahwah: K-III Reference Corporation, 1998), pp. 234-8.

instrução que ofereciam não raro estava sujeita às exigências políticas do momento; dependendo de quanto os Estados temiam seus cidadãos ou neles confiavam, ora as matérias práticas ganhavam ênfase, ora as teóricas. Embora as escolas de todos os países costumassem substituir a religião pela história (nacional), as escolas alemãs e francesas, em especial, foram presas da briga entre Igreja e Estado. Na Alemanha, Bismarck travou a *Kulturkampf* de 1872 em diante; na França, subiu ao poder um governo radical em 1900 que fechou todas as escolas religiosas até 1914, quando tiveram permissão para reabrir. Numa época em que era cada vez maior o número de pessoas a ter direito ao voto, o desejo do Estado de dominar o currículo tinha como parte de sua motivação a necessidade de "educar nossos mestres" (conforme afirmou um primeiro-ministro inglês em 1867). Contudo, a democratização não explicava por que, em praticamente todos os países, cada vez mais crianças eram obrigadas a estudar a língua "nacional" à custa da própria língua nativa – muito pelo contrário. Também não explica as constantes paradas, saudações à bandeira, cantoria de hinos e culto aos heróis que aconteciam em muitos lugares, para não falar da necessidade de "incentivar a lealdade a um Kaiser, um exército e uma marinha" (Alemanha); auxiliar a "raça" em sua "luta pela vida" (Inglaterra); e evitar que "o poder da defesa nacional fique devendo ao de outros países" (Estados Unidos)⁵⁷.

Por fim, porém também importante, depois de estabelecer um domínio firme sobre o intelecto dos jovens, o Estado passou à tentativa de conquistar a lealdade dos que tinham idade suficiente para perceber que seus verdadeiros interesses consistiam não em circo, mas em pão. Em geral,

57. Palavras, com datas ao redor de 1900, de autoridades importantes dos três países, citadas em Schleunes, *Schooling and Society*, pp. 172, 226 (Alemanha), 230 (Inglaterra) e 236 (Estados Unidos). Sobre a nacionalização da educação conforme aplicada principalmente na Inglaterra, ver também L. Simpson, "Imperialism, National Efficiency, and History, 1900-1905", *Journal of Educational Administration and History*, 16, 1, 1984, pp. 28-36.

o início do século XIX fora o apogeu do *laissez faire*. Muitas das antigas instituições estavam mortas. Depois de finalmente conseguir traçar um claro limite entre governo e propriedade, o Estado não estava disposto a impor limites sobre o que se poderia fazer em nome da propriedade. Contudo, já na década de 1830, os ventos começaram a mudar. Na Inglaterra, o país mais industrializado do mundo, havia nada menos que 39 comissões nomeadas para investigar a situação dos pobres só entre 1831 e 1842. O que revelaram foram massas de pessoas vivendo na miséria, crianças tratadas com desleixo que, para mantê-las quietas enquanto os pais estavam trabalhando, recebiam ópio em vez de educação; catorze horas de trabalho por dia para jovens e velhos; condições de trabalho que, em muitos casos, só podiam ser qualificadas como aterradoras; salários que, mesmo nas melhores situações, mal eram suficientes para manter o corpo e a alma juntos; e não existia seguro contra desemprego, acidentes, doenças e velhice⁵⁸. Alguns reformadores foram motivados por uma preocupação genuína com o bem-estar do povo; outros, talvez mais numerosos, pelo medo das conseqüências revolucionárias, caso não se fizesse nada. Qualquer que tenha sido a causa, os Estados começaram a pôr as mãos na vida social e econômica, de tal maneira, e em tal medida, que as comunidades políticas anteriores jamais teriam imaginado.

Em 1834 foram aprovadas na Inglaterra as primeiras Leis Fabris, que proibiam o trabalho de crianças com menos de nove anos e limitavam a doze horas por dia o período de trabalho de pessoas com menos de dezoito anos. Conforme se deduz do nome, a princípio só se aplicavam a fábricas; passaram a abranger as minas em 1842, a marinha mercante em 1876 e as rodovias em 1889. Em 1844, uma lei proibiu as

58. Um relato clássico da vida das massas é F. Engels, *The Conditions of the Working Class in England* (Londres: Allen Unwin, 1936 [1846]). Há um sucinto tratamento moderno em H. Haerder, *Europe in the Nineteenth Century, 1830-1880* (Londres: Longman, 1966), cap. 6.

mulheres de trabalhar mais de doze horas por dia – essa foi a primeira de uma longa lista de leis que o Estado moderno, declarando que as mulheres eram fracas e precisavam de proteção especial, promulgou a seu favor. Já em 1847, o Parlamento aprovou a lei da jornada de dez horas; contudo, ela só foi aplicada a todas as fábricas a partir de 1874, ao passo que outros trabalhadores, principalmente os empregados em lojas e no serviço doméstico, só começaram a ter horário de trabalho limitado no início do século XX. Para impor essas leis, bem como as regulamentações de segurança que começaram a ser promulgadas a partir da década de 1840, foi criado um sistema de inspeção. No início, quase sempre encontrava resistência, não só da parte dos patrões, que se ofendiam com a intromissão, mas também dos próprios trabalhadores, que não queriam limites à capacidade de ganhar dos membros mais jovens da família. Outros países seguiram o exemplo da Inglaterra, embora com relutância e quase sempre após intervalo considerável. Por exemplo, a Alemanha só adotou as doze horas por dia depois da unificação em 1871; a França, onde a situação, em alguns aspectos, era pior do que em qualquer outro lugar, ainda mais tarde.

Com as condições de trabalho passando cada vez mais para seu controle, o Estado começou a expandir seu poder para dentro das outras esferas do bem-estar público. Em 1834, na Inglaterra, foi abolido o velho sistema Speenhamland de auxílio aos pobres, oriundo dos tempos da rainha Elisabete. Além de representar um ônus excessivo para cada paróquia, sua natureza descentralizada era incompatível com as alterações demográficas provocadas pela urbanização. Em seu lugar surgiram asilos de propriedade do Estado que recebiam as pessoas com base numa investigação de recursos. Na tentativa de manter baixos os custos, eram administrados de maneira semelhante às prisões, com o máximo possível de rigidez deliberada. As famílias eram separadas, e a maioria das formas de diversão inocente, como fumar ou jogar, era proibida, ao passo que o trabalho era pesado e desagradável. O objetivo da reforma – a saber, cortar os custos

– foi atingido; até a década de 1860, as verbas dedicadas ao bem-estar social caíram mesmo. Precisamente por esse motivo, é provável que tenha feito pouco pelos pobres. Contudo, foi a primeira vez em que a autoridade foi retirada das mãos dos juízes de paz e entregue às mãos de um órgão de supervisão central. Por isso, marcou um grande passo rumo à construção do moderno funcionalismo público inglês.

Foi aprovada na Inglaterra em 1848 a primeira Lei de Saúde Pública, que levou à criação de comissões de saúde locais com poderes sobre o fornecimento de água, bem como a pavimentação, o escoamento e a limpeza das ruas. A lei não foi bem recebida pelo povo e, em 1854, não foi renovada; e o *Times* londrino declarou que o povo estava cansado da “perpétua limpeza de sábado à noite”. Para irritação dos contribuintes, porém, o contratempo foi temporário. Para mencionar apenas alguns marcos, em 1853 a vacinação contra a varíola se tornou obrigatória (em 1898, foi reconhecido o direito dos pais religiosos de não vacinar os filhos). Em 1858, criou-se o Conselho Geral de Medicina para supervisionar a formação e o licenciamento nos campos da medicina, da cirurgia e do serviço de parteiras; em 1860, foi aprovada a Lei da Adulteração de Alimentos, e quinze anos depois concedeu-se às autoridades locais o poder de nomear analistas de alimentos para impor a lei. Uma Lei dos Lunáticos, que subordinou a internação obrigatória dos doentes mentais à aprovação de um médico indicado pelo Estado, foi aprovada em 1890; em 1899 surgiram as primeiras clínicas de tratamento pré-natal e as maternidades, embora o projeto só tenha se tornado nacional em 1919. Por fim, o Estado começou a construir suas próprias instituições para os doentes físicos e mentais, assumindo a função que pertencia à Igreja. Com a sucessão de leis e o número cada vez maior de inspetores, surgiu a necessidade de uma organização centralizada; e a organização centralizada inevitavelmente procurava realizar tarefas adicionais. O resultado final foi a criação do Ministério da Saúde, em 1919.

Já na década de 1840, esses acontecimentos tinham reunido ímpeto suficiente para encontrar expressão no pen-

samento socialista. Autores anteriores, como Saint-Simon, Fourier e Owen – para não falar de Rousseau –, tinham posto fé em que a salvação da humanidade estava não na burocracia, mas em seu contrário. Na opinião deles, a solução dos problemas sociais contemporâneos consistia em dismantlar a vida moderna e retornar à vida rural; ali, grupos de trabalhadores, depois de fundar comunidades autônomas com suas próprias leis, cuidariam das próprias necessidades econômicas, vivendo com liberdade e igualdade entre si⁵⁹. Contudo, o advento da indústria moderna fez com que tal solução perdesse o encanto. Por mais satânicas que fossem as fábricas, sua contribuição para a produção industrial era tal que lhes dar as costas significava condenar-se ao isolamento, ao atraso e até à fome. Por conseguinte, futuros reformadores como Etienne Cabet, na França, e Edward Bellamy, nos Estados Unidos, voltaram suas esperanças para o Estado. Segundo eles, a forma de existência dos Estados em sua época era mera representação da estrutura política da exploração capitalista; o problema era fazê-los trabalhar em prol de toda a sociedade. Assumindo o lugar da iniciativa privada, os futuros Estados trocariam a concorrência pela cooperação e o capricho individual pelo planejamento, assim aumentando muito a produção e, ao mesmo tempo, oferecendo emprego, bem-estar social e fartura para todos⁶⁰. Essa visão otimista das vantagens do planejamento centralizado foi compartilhada até por visionários que, como Marx e Engels, previram que o Estado “definharia”.

Os primeiros a declarar o “direito de trabalhar” do cidadão foram os revolucionários franceses de 1848. Tentando transformar a teoria em prática, Louis Blanc criou suas ofi-

59. Os mais importantes autores “utópicos” do século XIX são analisados por M. Berneri em *Voyage Through Utopia* (Nova York: Schocken Books, 1950), pp. 207-92.

60. E. Cabet, *Voyage en Icarie* (Paris: Bureau populaire, 1848); E. Bellamy, *Looking Backward* (Boston: Ticknor, 1888). Há uma caricatura do século XIX do Estado assistencialista completo em E. Richer, *Pictures of the Socialist Future* (Londres: Jarrolds, 1933 [1892]).

cinas sociais, ou *ateliers nationaux*, de 1848-49; por culpa dele ou de seus adversários, foram um fracasso desastroso e logo foram fechadas. Outras cabeças, talvez mais sensatas, não aspiraram a tão alto e pediram a criação de planos de seguros que aliviassem as dificuldades dos trabalhadores em períodos atribulados. Os primeiros desses projetos a se tornar realidade foram promovidos pelo chanceler Otto von Bismarck da Alemanha, cuja meta era afastar os proletários do país do Partido Social-Democrata, que estava crescendo. Em 1881-85, o Reichstag aprovou planos de seguros de velhice, doença e desemprego, que se tornaram leis. O Estado, os patrões e os empregados foram todos obrigados a contribuir; a princípio, o plano aplicava-se somente a empregados de fábricas, porém mais tarde foi ampliado para outros grupos, até que, durante a República de Weimar, praticamente todas as profissões receberam cobertura⁶¹. Seguindo rapidamente o exemplo alemão, os países escandinavos criaram seus próprios planos e, por volta de 1914, vários estavam em funcionamento. Em 1893 a Suíça também começou a experimentar um plano de seguro-desemprego de adesão voluntária, administrado pelo Estado. Não conseguiu atender aos compromissos e faliu em quatro anos; contudo, esse fracasso não deteve os outros países. Por volta de 1920, Suécia, Dinamarca, Nova Zelândia, França, Holanda, Finlândia e Bélgica já possuíam sistemas de seguro-desemprego de adesão voluntária, administrados e subsidiados pelo Estado.

Tendo sido o primeiro país a se industrializar, a Inglaterra foi excepcionalmente lenta para criar qualquer tipo de sistema de seguridade social; contudo, entre 1908 e 1911, o Partido Liberal, na pessoa de seu fantástico ministro da Fazenda, David Lloyd George, encerrou dez anos de discussões. Assim como na Alemanha, entre as reformas figurava um sistema de seguro obrigatório de saúde e desemprego, com contribuições dos patrões, dos empregados e do Estado,

61. Ver L. Preller, *Sozialpolitik in der Weimarer Republik* (Dusseldorf: Atheneum, 1978 [1949]), pp. 233-4, 282-5.

além de um auxílio-maternidade de 30 xelins (7,50 dólares) e um programa universal, sem contribuição, para o pagamento de pensões às pessoas com mais de 65 anos de idade sem outras fontes de renda. Descrita por seus criadores como "o maior esquema de reconstrução social já experimentado", a reforma logo se deparou com problemas, pois o número de pessoas a receber os benefícios era quase duas vezes maior do que o esperado – o dinheiro tinha o poder fantástico de fazer surgirem indivíduos cuja existência antes passara despercebida. Por volta de 1914, o custo do programa dobrara em relação ao planejado, de 6 milhões de libras para 12 milhões anuais, ao passo que o custo de todos os gastos "sociais" combinados subiu de modestos 22,6 bilhões de libras em 1891 para a estonteante quantia de 338,5 bilhões em 1925⁶². Isso, porém, não evitou que outros países, em especial a Alemanha e a Irlanda, ultrapassassem muito o modelo inglês e ampliassem seus próprios serviços sociais durante os anos entre guerras⁶³.

Nessa época, até os Estados Unidos, a tradicional fortaleza do individualismo escancarado e dos impostos baixos (para fazer com que a Câmara dos Lordes aprovasse verbas para seus planos, Lloyd George ameaçara criar o número necessário de novos pares), sentiam necessidade de fazer algo por sua população de trabalhadores. Houve um modesto primeiro passo em 1912, quando o estado de Massachusetts promulgou uma lei que exigia o pagamento de salários mínimos. Contudo, só durou alguns anos; em 1923, a Suprema Corte julgou inconstitucional uma lei de salário mínimo para mulheres no estado do Oregon. Outras medidas para ampliar o controle do governo e limitar a iniciativa privada foram igualmente malsucedidas. Por exemplo, o número de pessoas que se beneficiavam de um programa de

62. E. Barker, *The Development of Public Services in Western Europe* (Londres: Oxford University Press, 1945), p. 77.

63. P. H. Lindert, "The Rise of Social Spending, 1880-1930", *Explorations in Economic History*, 31, 1, 1994, pp. 1-37.

educação vocacional instituído pelo governo em 1917 era tão pequeno que simplesmente pararam de publicar estatísticas sobre ele. Em 1920, uma lei que pedia a abolição do trabalho infantil não foi aprovada no Congresso. Cinco anos depois, uma lei do Kansas para arbitragem obrigatória de litígios industriais também foi descartada em última instância. Em 1929, o último ano de prosperidade, todos os gastos federais com seguridade social, combinados, atingiam um total de apenas 0,25 dólar *per capita*⁶⁴, o que talvez representasse um por cento do equivalente britânico.

Nessa ocasião, foi necessário que a Grande Depressão e doze milhões de desempregados sacudissem os Estados Unidos para que saíssem do mundo do *laissez faire* e se encaminhassem para um mundo em que, fossem quais fossem os nomes atribuídos aos diversos projetos, a seguridade social passasse a ser financiada pela tributação. O alicerce foi plantado em 1933, quando o presidente Roosevelt, ignorando os uivos da oposição republicana, criou a Federal Emergency Relief Agency (FERA). Seu primeiro diretor foi um assistente social, Harry Hopkins. Municionado com fundos de 500 milhões de dólares, providenciou trabalho para pelo menos alguns dos que precisavam⁶⁵. Nos seis anos seguintes, esse e vários outros programas levaram ao gasto de mais ou menos 13 bilhões de dólares e à construção de 122 mil prédios públicos, 77 mil pontes e 103 mil quilômetros de estradas, entre outras coisas – tudo, porém, sem provocar o menor resultado sobre a Depressão, que só terminou em setembro de 1939, quando, após a eclosão da guerra na Europa, a bolsa de valores subiu muitíssimo.

Administrativamente falando, o *annus mirabilis* do New Deal foi, na verdade, 1935. Nesse ano foi criada a seguridade social, inclusive assistência e seguro de velhice, auxílio-

64. E. D. Berkowitz e J. McQuaid, *Creating the Welfare State* (Lawrence: University of Kansas Press, 1988), p. 76.

65. Ver detalhes em W. R. Brock, *Welfare, Democracy and the New Deal* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), cap. 5.

desemprego, auxílio para crianças dependentes e auxílio aos cegos. Em 1939, foram acrescentados à lista os seguros de sobreviventes e de invalidez, que já eram características normais dos países europeus mais desenvolvidos. Nessa época, todos os cidadãos estadunidenses já tinham recebido seu cartão de seguridade social e fora criado o Department of Health and Human Services para supervisionar o funcionamento do sistema. Até a Suprema Corte estava disposta a cooperar, embora não antes que Roosevelt, após uma batalha com o Congresso, a ocupasse com seus correligionários. Em 1937, uma lei de salário mínimo do estado de Washington foi julgada constitucional. Outro veredicto fez o mesmo pela própria seguridade social; a era do grande governo chegara realmente.

Por fim, assim como os Estados totalitaristas foram mais longe que qualquer outro na doutrinação do povo, também assumiram a liderança em sua disciplina. Isso aconteceu principalmente na URSS, que se transformou no Estado de bem-estar completo – um Estado que, por mais dura que fosse a disciplina que ele exercia e por pior a qualidade dos serviços que fornecia, tentou atender às necessidades dos indivíduos desde o nascimento até o momento de serem encaminhados ao crematório ou ao túmulo. Embora nem a Itália fascista nem a Alemanha nazista tenham ido tão longe, ambas consideravam ter raízes no povo. Nenhuma das duas adotou o capitalismo incondicionalmente, tendo procurado uma “terceira via” que não fosse nem reacionária nem socialista⁶⁶. Cada uma, segundo suas próprias idéias, criou seu sistema de seguridade social com o fim explícito de acabar com a luta de classes, restabelecer a dignidade dos trabalhadores e equipá-los para os fins do Estado⁶⁷. Em

66. Ver, sobretudo, E. Nolte, *Three Faces of Fascism* (Nova York: Holt, 1969).

67. Sobre as políticas de bem-estar nazistas, ver D. Schoenbaum, *Hitler's Social Revolution* (Nova York: Norton, 1966), pp. 73-113; e T. W. Mason, *Social Policy in the Third Reich* (Oxford: Berg, 1993), pp. 151-78. Sobre seus equivalentes na Itália fascista, ver E. R. Tannenbaum, *Fascism in Italy* (Londres: Allan Lane, 1972), pp. 214-30.

muitos aspectos – por exemplo, ao conceder férias remuneradas – esses programas diferiam pouco daqueles de outros países⁶⁸. A Itália e a Alemanha, porém, davam ênfase incommum a benefícios como pensões matrimoniais, empréstimos imobiliários e pagamentos para crianças (às vezes com a condição de a mãe não trabalhar fora de casa), tudo com a intenção de incentivar o crescimento da população e preparar o país para a guerra.

Os regimes “totalitaristas” também fizeram um esforço determinado de controlar o pensamento dos jovens por meio da educação formal e informal, quase sempre contra a vontade dos pais, que desconfiavam dessa experiência – com bons motivos, conforme ficou demonstrado. Exceto na Itália fascista, onde a educação católica nunca foi totalmente reprimida e onde a Concordata de 1929 levou a seu renascimento⁶⁹, as escolas que não pertenciam ao Estado simplesmente fecharam. Nas restantes, o corpo docente era investigado com relação à confiabilidade política, os currículos eram ditados pelas autoridades segundo ponderações ideológicas, e as aulas submetidas a supervisão tão rígida que praticamente não se podia virar uma esquina sem ser observado pelo Sol das Nações, Il Duce, ou Der Führer.

Por fim, e para reforçar seu controle sobre a seguridade social e a educação, os Estados comunista, nazista e fascista também criaram polícias muito mais terríveis do que qualquer outra que se tenha visto na história até então. Graças ao fato de funcionarem sem necessidade de autorização jurídica, a NKVD, a OVRA (Organizzazione Vigilanza Repressione Antifascismo) e a Gestapo (Geheime Staatspolizei) contavam suas vítimas aos milhões; seus nomes ainda provocam calafrios na espinha. Não é nem um pouco justo comparar as forças de segurança administradas por pessoas como

68. G. Cross, “Vacations for All: The Leisure Question in the Era of the Popular Front”, *Journal of Contemporary History*, 24, 4, 1989, pp. 599-62.

69. Ver D. A. Binchy, *Church and State in Fascist Italy* (Oxford: Oxford University Press, 1970), cap. 1.

Laurenty Beria, Arturo Bocchini e Heinrich Himmler com o aparato policial mantido pelos países democráticos do Ocidente. Contudo, deve-se ter em mente que, por maiores que fossem as diferenças que os separavam, no fundo eram rebentos da mesma árvore, cujas raízes foram plantadas com firmeza por Napoleão. Todos procuravam alcançar o mesmo fim, isto é, garantir que nenhuma pessoa ou instituição pudesse resistir a quaisquer exigências “lícitas” feitas pelo Estado. A câmara de tortura e o campo de concentração eram meros complementos do trabalho iniciado em sala de aula:

O que aprendeu na escola hoje
Querido filhinho?
O que aprendeu na escola hoje,
Querido filhinho?
Aprendi que nosso país é bom e forte!
Sempre certo e nunca errado!
Aprendi que nossos líderes são os melhores homens!
É por isso que sempre voltamos a elegê-los.
O que aprendeu na escola hoje...

A conquista do dinheiro

A ampliação do controle estatal sobre a sociedade, que foi o acontecimento predominante entre 1789 e 1945, jamais teria ocorrido se o Estado não tivesse também adquirido meios financeiros sem precedentes para sustentar suas pretensões. Anteriormente, as pessoas e as instituições que governavam a sociedade, tais como os nobres e a Igreja, sempre possuíam fontes de renda independentes, na forma de terras e servos que trabalhavam nela; embora isso os tornasse menos sujeitos ao controle central, tal organização tinha uma vantagem: se a autoridade central falisse, a local poderia prosseguir durante períodos de tempo quase sempre consideráveis. Isso não acontecia com as forças policiais, os sistemas de educação e os serviços sociais administrados pelo Estado moderno: sem recursos próprios – e já que as

taxas que requerem devem ser transferidas diretamente para o tesouro – todos são totalmente dependentes do pagamento regular de suas despesas, caso pretendam funcionar. Para viabilizar tal pagamento, o Estado teve de levantar mais verbas do que nunca e também redefinir o próprio significado de tal mercadoria. Depois de fazê-lo, as restrições financeiras que costumavam refrear as antigas sociedades organizadas desapareceram, e estava aberto o caminho do Estado rumo à guerra e à conquista.

Como bem sabemos, as primeiras moedas foram cunhadas na Lídia, durante o século VII a.C., embora o uso de barras de ouro de peso determinado fosse conhecido no antigo Egito e seja muito anterior a esse período⁷⁰. Da Lídia, a idéia se espalhou para o Egeu e para as cidades gregas de todo o Mediterrâneo; a conquista da Ásia Menor pela Pérsia durante o século VI a.C. fez com que o dinheiro em moeda se espalhasse pela Ásia também. As conquistas de Alexandre abriram uma imensa fonte nova de barras de ouro e, assim, levaram a um grande aumento no uso do dinheiro na era helenística, em comparação com a era clássica. Durante o século III, começou a chegar aos gauleses, nos litorais oeste e norte do mar Negro. Dali, expandiu-se para o oeste: França, Inglaterra, Irlanda e Escandinávia.

Enquanto se difundia o uso do dinheiro, sua natureza permaneceu imutável. Ao contrário de seus sucessores, as comunidades e os governantes pré-modernos não criavam valor por decreto; pelo contrário, só podiam confirmar, acrescentando seu selo, que as mercadorias valiosas existentes (em sua maioria, peças de ouro e prata, mas, às vezes, de cobre, bronze e ferro, usadas para troca) estavam de fato em conformidade com certo padrão de pureza, peso etc. Na verdade, parece que as primeiras moedas foram cunhadas por indivíduos, como comerciantes ricos, que as usavam para fazer pagamentos entre si. Durante o século VI a.C., o con-

70. Ver P. Grierson, *The Origins of Money* (Londres: Athlone Press, 1977), cap. 1.

trole passou às mãos dos templos, que, nessas e em outras sociedades, funcionavam como bancos; só durante o século V as cidades-Estado reivindicaram seu próprio controle. Contudo, é característico das comunidades pré-Estado que (fora as cidades-Estado) a cunhagem raramente se concentrasse em uma só mão. Por exemplo, Augusto, depois de se tornar *princeps*, assumiu para si a produção de moedas de ouro e prata, mas deixou para o Senado (na Itália) e para as autoridades locais (nas províncias) a cunhagem das moedas de bronze. Na Europa medieval, a operação – em geral, bem lucrativa – de produzir moedas com metais preciosos distribuiu-se entre os senhores locais, os municípios e até as abadias.

Com o tempo, o valor da maioria das moedas tendia a cair, pois os governantes trapaceavam no peso e na porcentagem de metal precioso que continham – em especial, mas não exclusivamente, como método para financiar guerras. Por exemplo, entre a época de Augusto e a de Diocleciano, três séculos depois, o *denarius* de prata perdeu 99 por cento de seu valor, tendo-se concentrado a maior parte da perda no período de Nero em diante⁷¹. Outro fator antiqüíssimo que agia contra a estabilidade era o bimetalismo. Os governantes não tinham controle sobre a disponibilidade da prata e do ouro. Quando se abriam novas fontes, outras secavam: enquanto se usaram ambos os metais como material das moedas, o valor relativo dessas moedas tendeu a flutuar. A proporção entre ouro e prata foi definida em 1:13,3 no império persa, em 1:10 por Alexandre, e variava entre 1:6 e 1:11 na Inglaterra do século XVI. Era comum que a proporção oficial não correspondesse à realidade, ou que os dois metais tivessem valores diversos em cada país. A disparidade poderia levar a que as moedas de ouro ou de prata sumissem de circulação, diminuindo assim a liquidez e obstruindo o comércio.

Ao que tudo indica, os primeiros governantes que tentaram produzir papel-moeda, isto é, um meio de pagamento

71. Sobre a inflação romana, ver A. Cailleux, "L'allure hyperbolique des dévaluations monétaires", *Revue de Synthèse*, 101, 99-100, 1980, pp. 251 ss.

que não dependesse dos metais preciosos e, assim, estivesse totalmente sob seu próprio controle, foram alguns imperadores chineses entre cerca de 800 e 1300 d.C. A última dessas tentativas coube ao imperador mongol Kublai Khan (que reinou entre 1260 e 1294) e tornou-se assunto de uma descrição entusiástica de Marco Polo, que viveu na China de 1275 a 1292⁷². Assim como as iniciativas anteriores, porém, essa estava destinada a terminar numa inflação monumental, pois o excesso de oferta fez com que o valor da moeda caísse. Obviamente influenciado pelo exemplo chinês, o xá do Irã tentou imitá-lo em 1294, emitindo o dinheiro em papel conhecido como *chao* e impondo a pena de morte aos infelizes súditos que se recusassem a aceitá-lo. A experiência, que se limitou à cidade de Tabriz, foi um desastre total e teve de terminar depois de apenas dois meses.

Em razão da natureza descentralizada do sistema político e da sua instabilidade, os governantes europeus da Idade Média não estavam, em geral, em situação de imitar seus equivalentes orientais. Já durante o século XIV, porém, os bancos e o comércio renasceram; os bancos italianos, principalmente, acumularam grandes fortunas e logo começaram a abrir agências em todo o continente. Foi criada a letra de câmbio para facilitar as transações financeiras entre essas agências e, por ser ao portador, em vez de nominal, pode ser considerada o primeiro dinheiro não-metálico da Europa. Durante os dois séculos seguintes, o sistema se espalhou, chegando à França, à Espanha, aos Países Baixos e, por fim, à Inglaterra. Vale notar, porém, que o dinheiro em questão não era produzido pelo Estado, que ia surgindo aos poucos, mas por instituições privadas. Antes de 1700, as tentativas de criar sistemas de crédito só tiveram êxito nos locais onde os bancos privados e o comércio eram tão fortes que pratica-

72. Marco Polo, *Travels* (Harmondsworth, Reino Unido: Penguin Books, 1972), cap. 22. Há um relato moderno das experiências da China em F. T. Lui, "Cagan's Hypothesis and the First Nationwide Inflation of Paper Money in World History", *Journal of Political Economy*, 91, 1983, pp. 1067-74.

mente excluía a autoridade real; em outras palavras, onde os comerciantes eram o governo, como na Gênova do século XVI e na Amsterdã do início do século XVII⁷³. A sabedoria popular afirmava que os comerciantes eram dignos de confiança com o dinheiro, ao passo que os reis não o eram. Ao concentrar o poder econômico e o poder coercivo em suas próprias mãos, era muito comum que os usassem para rebaixar a cunhagem ou confiscar o tesouro dos súditos.

Enquanto as instituições privadas estavam começando a criar dinheiro em papel, os governantes, por sua vez, iam aos poucos impondo um monopólio à cunhagem. Durante o século XIV, as 32 casas da moeda existentes na França foram sucessivamente fechadas: entre elas, Melgueil em 1316, Le Puy em 1318 e Rodez em 1378. A cunhagem senhorial desapareceu de circulação até que, em fins do século XIV, as moedas reais reinaram supremas em todo o reino⁷⁴. Pouco antes de 1500, Fernando e Isabel fecharam as últimas casas da moeda privadas ainda em operação em Castela; como já mencionamos, a última casa da moeda eclesiástica que restava na Inglaterra foi eliminada por Henrique VIII em 1543-44. A França, que em razão das guerras civis tinha perdido a liderança, seguiu o exemplo no reinado de Henrique IV em 1600. Nessa época, a idéia de que o direito de cunhar era uma das prerrogativas da soberania conquistara reconhecimento geral. Embora ainda houvesse particulares na administração de casas da moeda, cada vez mais atuavam como concessionários do rei ou do governo. No *ancien régime*, como era de esperar, a própria cunhagem se transformou em empreitada capitalista. Só em 1696 o Tesouro inglês criou a primeira casa da moeda que funcionava totalmente como serviço público – isto é, nas mãos de funcionários do Estado e sem cobrar honorários.

73. Ver V. Barbour, *Capitalism in Amsterdam in the Seventeenth Century* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1961), cap. 2.

74. Ver S. Piron, "Monnaie et majesté royale dans la France du XIV^e siècle", *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 51, 2, março-abril de 1996, pp. 325-54.

As primeiras tentativas modernas de criar dinheiro em papel, dissolvendo assim o elo entre dinheiro e barras de metal precioso e teoricamente deixando quantias ilimitadas à disposição do governo, foram realizadas na Espanha e na Suécia. Na Espanha, durante a década de 1630, o duque de Olivares, em necessidade desesperada de dinheiro para pagar os custos do envolvimento do país na Guerra dos Trinta Anos, confiscou carregamentos de prata que chegavam do exterior e compensou os comerciantes por meio de cartas de crédito que rendiam juros. Como se deveria esperar, estas se depreciaram rapidamente, levando ao caos financeiro bem como ao colapso do comércio espanhol com o Novo Mundo; os colonos preferiam comprar de outros fornecedores – os holandeses e os ingleses estavam de prontidão para tomar o lugar da Espanha nesse aspecto – ou suspendiam completamente o comércio. O fracasso de Olivares não impediu que a Suécia imitasse seu exemplo em 1661. Com o Tesouro vazio e o país exausto após décadas de guerra (1631-60), o governo fez uma tentativa séria de criar um papel-moeda que não fosse lastreado por ouro e prata, que a Suécia não tinha, mas por cobre. Contudo, novamente a superprodução resultou em inflação, fazendo com que a tentativa terminasse num rápido e espetacular fracasso.

Enquanto isso, os acontecimentos na Inglaterra seguiram outro rumo. Comparado ao continente, o país possuía havia muito tempo um dinheiro relativamente estável. Só durante o reinado de Henrique VIII houve uma grande desvalorização; depois, os prejuízos provocados foram, em parte, reparados por sua sobrinha sucessora, Elisabete, cujo principal conselheiro para tal fim era nada menos que Sir Thomas Gresham (homenageado na lei que leva o seu nome)⁷⁵. Essa estabilidade fez com que o povo se dispusesse a aceitar a talha, uma espécie de dinheiro de madeira no qual eram registradas as dívidas do Tesouro e que podia ser transferi-

75. Ver C. Read, *Mr. Secretary Cecil and Queen Elizabeth* (Nova York: Knopf, 1955), cap. 9.

do para terceiros⁷⁶. Houve uma crise em 1640, quando o rei Carlos I, tendo brigado com o Parlamento, encontrava-se em apertos financeiros e suspendeu o pagamento das moedas produzidas pela casa da moeda a seus credores, os ourives e comerciantes de Londres. Assim como seus equivalentes em outros países, estes usavam os depósitos de barras de ouro em seus cofres como garantia para as cartas de crédito, que eram negociáveis; por conseguinte, o ato do rei ameaçava arruinar não só a eles, mas a todos os que negociavam com eles. Nesse cenário, Carlos sofreu pressão e, por fim, cedeu e pagou todas as dívidas. Contudo, esse episódio demonstrou como era importante ter um banco público, ou nacional, que fosse imune à interferência arbitrária do trono.

Como o povo já estava acostumado ao dinheiro simbólico, as propostas para a criação de um banco público emissor de moeda, seguindo o modelo do Banco de Amsterdã, teve recepção favorável. A primeira tentativa bem-sucedida de transformar essa idéia em realidade aconteceu em 1694, ano que marcou a fundação do Banco da Inglaterra. Sociedade anônima de propriedade privada, o banco concordou em emprestar dinheiro ao governo, que estava em apuros com as despesas das guerras aparentemente intermináveis que era preciso travar contra a França. Em troca, receberia o direito de recolher a receita de certos impostos alfandegários, bem como a garantia de que todo o dinheiro à disposição do governo seria, de então em diante, depositado exclusivamente nesse banco. Usando essas receitas e depósitos como patrimônio, o banco emitia notas que vendia ao povo e que eram negociáveis. Todas as notas eram impressas na mesma ficha em branco, de modo que a quantia em questão tinha de ser escrita à mão.

O número de notas impressas era grande demais a princípio, o que levou a uma crise financeira em 1696. Contudo, e ao contrário de experiências semelhantes em outros paí-

76. G. Davies, *A History of Money* (Cardiff: University of Wales Press, 1994), pp. 150-1.

ses, o banco sobreviveu. Embora de propriedade privada, passou a ser aceito quase como se fosse instituição do governo. Embora não gozasse de um monopólio, após o Bubble Act de 1720 era a única instituição autorizada a imprimir notas resgatáveis em menos de seis meses; por conseguinte, conseguiu derrotar a concorrência e fazer suas notas circularem lado a lado com as moedas. Entre 1685 e 1700, a criação do banco contribuiu para um aumento espetacular de empréstimos do governo, de 800 mil libras para 13,8 milhões. Em 1714, o valor dobrara mais uma vez, mas o banco continuou solvente e não teve problemas para cumprir suas obrigações. Já que o povo estava disposto a aceitar papel novo em pagamento do velho, o empréstimo se tornou permanente ou cíclico, ou seja, o verdadeiro custo para o Tesouro consistia nos juros pagos, que a princípio eram de oito por cento, porém, mais tarde, caíram para cinco e até quatro por cento. Os emprestadores recebiam o que era, na verdade, uma anuidade.

As reformas de 1694-96 foram fundamentais para o poder financeiro da Inglaterra durante os séculos XVIII e XIX⁷⁷. Pela primeira vez na história, o dinheiro em forma de notas foi criado e continuou estável, levando assim a um grande aumento de oferta, sem provocar um aumento perceptível na inflação. As dificuldades resultantes das proporções variáveis entre ouro e prata também desapareceram. Embora as moedas de prata continuassem em circulação, sua importância caiu e, depois de 1750, tendo praticamente cessado a cunhagem de novas moedas, a Inglaterra ingressara realmente num padrão-ouro⁷⁸. Uma vez que existia uma moeda em expansão, porém estável, livre de interferências arbitrárias, estava aberto o caminho para a Revolução Industrial, que a partir da década de 1760 faria da Inglaterra a líder eco-

77. Sobre a criação do Banco da Inglaterra e suas conseqüências, ver E. Lipson, *The Economic History of England* (Londres: Black, 1931), vol. III, pp. 240 ss.

78. C. Oman, *The Coinage of England* (Londres: Pordes, 1967 [1931]), p. 352.

nômica mundial. O que viabilizou mesmo o êxito foi a separação entre a pessoa do monarca e o Estado. Depois de 1694, não era mais aquele, mas este que, operando por meio do banco e apoiando-se na aliança entre o governo e a City, garantia as notas.

Enquanto isso, no continente, os acontecimentos financeiros ocorriam em ritmo mais lento. Quando Luís XIV morreu em 1715, o regente, duque d'Orleans, encontrou o Tesouro vazio. Na tentativa de enchê-lo, recorreu a certo John Law, um escocês que fugira para a França depois de matar um homem numa briga por uma mulher. Já famoso por sua habilidade com os números, Law era autor de *Money and Trade Considered, with a Proposal for Supplying the Nation with Money* (1705). Seu Banque de France assumiu parte da dívida do governo e, em troca, recebeu autorização para abrir um banco emissor de notas em Paris; o patrimônio não consistia em espécie, mas na fabulosa riqueza supostamente contida nos territórios franceses da Louisiana, da qual Law e seus sócios na Companhia do Mississippi tinham comprado os direitos. O projeto foi tão bem-sucedido durante os três primeiros anos que as ações da Companhia do Mississippi subiram trinta vezes acima de seu valor nominal. Depois, contudo, os ventos mudaram e o povo tentou sacar seus lucros em papel. Em um só dia foram tantas pessoas a sitiá-lo, exigindo a devolução do dinheiro, que quinze delas morreram esmagadas. Enquanto Law fugia para o exterior, a falência de sua empresa arrastou outras e acabou por atrasar a causa do papel-moeda na França durante grande parte do século. Sem um banco central livre da interferência real, os *billets d'état* franceses não conseguiram conquistar a confiança do povo e geralmente eram vendidos por 30 ou até 40 por cento menos que seu valor nominal⁷⁹.

Embora todos os países continentais continuassem a usar a moeda de metal, um por um também abriram bancos pú-

79. J. P. du Verney, *Examiné du livre intitulé "Réflexions sur les finances et le commerce"* (Paris: s/ed., 1754), vol. I, p. 225.

blicos de transferência de crédito (isto é, emissão de notas), cujos papéis circulavam lado a lado com as moedas e tomaram o lugar delas nas transações de larga escala. Em 1710, a Holanda e o império austríaco já tinham tais instituições; Frederico, o Grande, fundou um banco prussiano de transferência de crédito em 1765, e, durante a década de 1770, houve experiências semelhantes na Espanha, na Rússia⁸⁰ e (mais uma vez após um intervalo de setenta anos) na França, onde Turgot criou a *caisse d'escompte* em 1776. Contudo, nenhum desses bancos se aproximou do sucesso do Banco da Inglaterra, tanto na administração do débito do governo quanto no aumento da quantidade de dinheiro em circulação. A *caisse d'escompte*, em especial, terminou numa falência espetacular: presa da necessidade de pagar a dívida real e pagar as despesas militares numa época de receita em queda veloz, a Convenção Nacional imprimiu tantas *assignats* que a hiperinflação e o colapso da moeda foram inevitáveis⁸¹. Em 1797, quando o Diretório usou os saques que Napoleão trouxera da Itália para pôr fim à experiência, a França retornou a um sistema monetário mais primitivo e voltou à moeda, se não ao escambo. Enquanto isso, em nítido contraste, as notas do Banco da Inglaterra tinham se tornado praticamente a única moeda usada em Londres, maior centro comercial e bancário da época. Só nas províncias continuavam em circulação as notas emitidas por outros bancos, todos muito menores do que o central.

Mesmo assim, a verdadeira demonstração do poder do Banco da Inglaterra – e, com ele, do Estado britânico – de controlar o dinheiro ainda estava por vir. Em 22 de fevereiro de 1797, um contingente francês formado por ex-condenados desembarcou em Carregwastad, nas proximidades de

80. Sobre as origens do papel-moeda russo, ver W. M. Pinter, *Russia's Economic Policy Under Nicholas I* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967), pp. 207-9.

81. Sobre a *caisse d'escompte* e sua falência durante a Revolução, ver J. F. Boshier, *French Finances, 1770-1795* (Cambridge: Cambridge University Press, 1970), principalmente pp. 231-75.

Fishguard, em Gales; foram rapidamente cercados e aprisionados, supostamente porque confundiram com soldados britânicos um grupo distante de mulheres que usavam trajes típicos de Gales. Antes que a "invasão" fosse contida, porém, os boatos a seu respeito provocaram uma corrida ao Banco da Inglaterra. O resultado foi "uma tal violação do crédito, de propriedade e da liberdade como... raramente fora exibida pela aliança da falência com a tirania" (Edmund Burke)⁸². Com a Lei das Restrições Bancárias de 3 de maio de 1797, foi suspensa a conversibilidade do papel em ouro, a princípio como medida de emergência durante sete semanas, depois durante 24 anos, transformando as notas do Banco da Inglaterra (juntamente com as emitidas pelo Banco da Escócia) em "moeda de curso forçado"⁸³. Em 1812, uma *cause célèbre* apresentada ao Parlamento levou à criação de uma expressão nova, *legal tender* (moeda corrente em inglês), o que significava que o papel *tinha* de ser aceito no pagamento de todas as dívidas, mesmo das que haviam sido contraídas em ouro. Como era de esperar, isso provocou um declínio no valor da libra, tanto em comparação com os metais preciosos quanto em comparação com as moedas estrangeiras. De 1793 a 1810, o número de notas em circulação aumentou 170 por cento. Contudo, o resultado foi apenas uma inflação moderada, e a economia britânica continuou crescendo rapidamente durante todo o período.

Nessa época, a França e os Estados Unidos tinham bancos que, embora de propriedade privada (na França, Napoleão e sua família estavam entre os maiores acionistas), realizavam algumas das funções dos bancos centrais, recebendo depósitos do governo e usando-os para emitir notas. Contudo, em nenhum desses países o US Bank e o Banque de

82. Burke, *Reflections on the Revolution in France*, p. 134.

83. Hoje falaríamos de moeda inconvertível. Antigamente, porém, as moedas não eram vinculadas umas às outras, mas ao ouro. A moeda de curso forçado era a que não estava vinculada ao ouro, de modo que as pessoas tinham de ser "forçadas" a aceitá-la.

France eram os únicos órgãos emissores de moeda; mesmo o Banco da Inglaterra teve de esperar até 1844 para obter tal monopólio. Enquanto isso, permanecia em circulação uma variedade desconcertante de notas pertencentes a muitas instituições, mudando de valor constantemente umas em relação às outras e, ocasionalmente, perdendo todo o valor, quando havia um surto de pânico ou um banco falia. O caminho para a criação de um monopólio estatal nos Estados Unidos foi bem tortuoso. Embora a cunhagem tivesse sido centralizada em 1798-99, o presidente Jackson, em 1833, retirou do US Bank os depósitos do governo e os transferiu para bancos estaduais – bancos pequenos, como eram chamados –, transformando aquele em mero *primus inter pares*. A decisão da Suprema Corte em 1837 de manter os direitos de emissão de dinheiro dos bancos estaduais e privados levou a uma rixa generalizada entre bancos que durou até 1861. Em 1859, o *Hodges' Genuine Bank Notes of America* enumerou nada menos que 9.916 notas distintas emitidas por bancos. Mesmo então, não foram incluídas duzentas notas genuínas – e 5.400 falsificadas.

Com o advento da guerra civil, entretanto, o governo dos Estados Unidos deu uma demonstração ainda mais impressionante do que um Estado moderno podia fazer com o poder financeiro que tinha nas mãos. No início do conflito, o exército dos EUA contava apenas com 28 mil homens; quando terminou, só os federais chegavam a 1 milhão (para não falar dos 450 mil confederados, em seu apogeu). Essa também, em muitos aspectos, foi a primeira guerra moderna. Com o apoio das ferrovias e das conexões via telégrafo, os armamentos e a logística atingiram dimensões monumentais, além de qualquer coisa vista na história até então⁸⁴. Evidentemente, não havia como tal empenho ser financiado por meios tradicionais, isto é, pelo pagamento em barras de ouro ou mesmo promessas de pagamento futuro

84. Há um resumo do empenho logístico federal em J. C. Huston, *The Sineus of War* (Washington: OCMH, 1966), pp. 159-239.

em barras. Em dezembro de 1861, para conservar o suprimento nacional de metais preciosos para a guerra, o Congresso pôs fim à conversibilidade. Três meses depois, o governo federal recebeu aprovação para a Lei da Moeda Corrente, que o autorizou a emitir papel-moeda não conversível em ouro ou prata.

Livres dos obstáculos jurídicos, as prensas começaram a trabalhar. Em 1865, já tinham produzido nada menos que 640 milhões de dólares em papel – quantia desconcertante, já que as despesas federais em 1856-60 chegaram, em média, a apenas 69 milhões de dólares por ano, mas apegadas diante da dívida interna, que subiu de mais ou menos 170 milhões de dólares antes da guerra para 2,75 bilhões no final⁸⁵. No mesmo ano, instituiu-se um imposto de dez por cento sobre a conversão das outras notas em moeda federal, o que as levou à extinção. O processo foi coroado por uma lei do Congresso que finalmente eliminou todas as notas, exceto as do Tesouro dos Estados Unidos. A decisão não deixou de enfrentar oposição. Em 1870, no processo *Hepburn v. Griswold*, a Suprema Corte rejeitou o monopólio do governo, por ser contrário à Quinta Emenda constitucional; contudo, o presidente Grant imediatamente nomeou mais dois juizes, fazendo com que o tribunal mudasse de opinião no ano seguinte. O papel federal, devidamente impresso (e quase sempre, ao que parece, falsificado), permaneceu a moeda nacional desde então. Em 1875, a Lei de Restauração permitiu que o governo voltasse a praticar o pagamento em espécie de 1879 em diante. Contudo, naquela época a confiança pública era tal que o povo não pedia ouro ou prata, mas aceitava as notas.

Não é de admirar que a guerra civil também tenha marcado um momento decisivo na tributação. O primeiro imposto de renda da história dos Estados Unidos foi estabele-

85. Números de R. F. Bense, *Yankee Leviathan: The Origins of Central State Authority in America, 1859-1877* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), p. 169; e US Bureau of the Census, *Historical Statistics of the United States: Colonial Times to 1970* (Washington: US Government Printing Office, 1975), parte 2, p. 1106.

cido em 5 de agosto de 1861. Em seguida, a Lei da Receita Federal de 1862 levou a uma série de novos impostos, entre eles os impostos sobre selos, consumo, artigos de luxo, rendimentos brutos, heranças, e um imposto de valor agregado a mercadorias manufaturadas. Para recolher esses impostos, foi criado o Bureau of Internal Revenue, que logo estendeu seus tentáculos numa rede de 185 distritos de recolhimento, transformando-se no órgão civil mais coercivo do governo federal e colocando muitos cidadãos em contato direto com ele pela primeira vez. É verdade que o imposto de renda foi abolido quando a guerra terminou; contudo, muitos outros impostos do período de guerra – o imposto sobre “supérfluos”, sobre consumo, sobre heranças etc. – tornaram-se permanentes. Por volta de 1865, a parcela de impostos internos no total da receita federal tinha mais do que triplicado, de 20 para 65 por cento, e nunca mais caiu abaixo de 32 por cento. Como se esse fardo adicional já não fosse bem pesado, no norte do país os impostos pagos a cada estado também subiram de três a seis vezes entre 1860 e 1870⁸⁶.

De 1850 em diante, a descoberta de novas minas de ouro na Califórnia e na Austrália provocou um declínio temporário em seu valor em comparação com a prata⁸⁷. Um após outro, os países mais importantes aproveitaram a oportunidade de demonetizar a prata, deixando as moedas vinculadas só ao ouro. Quando os Estados Unidos, retardatários nesse campo, aderiram em 1894, a troca estava substancialmente concluída. Nessa época, Inglaterra (desde 1819), França, Itália (após um período de *corso forzato* em 1881-88), Bélgica, Alemanha, Suíça, Dinamarca, Holanda, Austro-Hungria e Rússia, todas tinham adotado um padrão-ouro⁸⁸. Teórica-

86. E. Foner, *Reconstruction: America's Unfinished Revolution 1863-1877* (Nova York: Harper & Row, 1988), pp. 469-70.

87. Há números sobre a produção e o valor relativo dos dois metais em K. Helfferich, *Money* (Nova York: Kelley, 1969 [1927]), pp. 109-11.

88. Ver detalhes em M. de Cecco, *Money and Empire: The International Gold Standard, 1890-1914* (Totowa: Rowman & Littlefield, 1975).

mente, qualquer pessoa em qualquer desses países podia entrar num banco e trocar suas notas por ouro; porém, exceto em Londres, quem tivesse a audácia de tentar fazê-lo provavelmente sairia de mãos vazias se as quantias em questão não fossem insignificantes⁸⁹. Com o passar do tempo, os bancos de diversos países competiam entre si para ver quem imprimia as notas de menor valor (na Suécia, por exemplo, foram emitidas notas de uma coroa, que valiam pouco mais que um xelim inglês, ou 25 centavos de dólar), fazendo com que um xelim inglês, ou 25 centavos de dólar, dentro de que ainda mais barras de ouro desaparecessem dentro de seus cofres. Não obstante, o poder dos Estados tinha crescido tanto que isso quase não importava. Embora os *assignats* da Revolução Francesa fossem negociados a 0,5 por cento de seu valor nominal sete anos após sua emissão⁹⁰, as notas dos Estados pré-1914 valiam o mesmo que o ouro.

Mesmo adotando todos os métodos mencionados para impor seu próprio controle do dinheiro, os Estados também ampliaram o papel de seus bancos centrais⁹¹. Fossem privados ou públicos, a princípio cada um desses bancos fora apenas uma dentre muitas instituições emissoras de notas, embora, sendo o único refúgio para os depósitos do próprio Estado, levasse uma vida desembaraçada e quase sempre crescesse à custa dos outros bancos. Por volta de 1870, além de terem monopolizado a emissão de notas na maioria dos países, também estavam começando a regulamentar os demais bancos. Já que as reservas dos bancos centrais superavam as de todos os outros, era inevitável que fossem tratados como último recurso para a concessão de empréstimos. Como tal, além de definir taxas de juros (as chamadas taxas de descontos), também passaram a controlar o tamanho das

89. G. Cassell, *The Downfall of the Gold Standard* (Oxford: Oxford University Press, 1936), pp. 15-9.

90. Dados de H. See, “Histoire économique de la France”, em F. H. Caille (org.), *Major Inflation in History* (Aldershot: Elgar, 1991), p. 11.

91. Ver C. Goodhart, *The Evolution of Central Banks* (Cambridge: MIT Press, 1988), pp. 1-12; e, bem mais pormenorizado, V. C. Smith, *The Rationale of Central Banking* (Indianapolis: Liberty Press, 1990 [1936]).

reservas a serem mantidas pelos outros bancos, delimitando suas operações⁹². Por fim, o poder supervisor informal assim criado foi oficializado por lei; alguns países foram ainda mais longe, encarregando o banco central de licenciar outros bancos, inspecionar sua contabilidade e até definir as tarifas que tinham autorização de cobrar. Os Estados Unidos, como sempre, foram lentos na adoção dessas modificações; mas, mesmo nisso, a era da liberdade bancária terminou com a criação do Federal Reserve em 1913. Desse ponto em diante, tanto a moeda quanto o suprimento de dinheiro ditado pelos empréstimos privados passaram à supervisão do Estado.

Nessa ocasião, a intervenção do Estado no controle do dinheiro não foi precipitada. A Primeira Guerra Mundial irrompeu em agosto de 1914. Em poucos dias todos os beligerantes mostraram o que *realmente* pensavam de seu próprio papel-moeda ao desvinculá-lo do ouro e deixar seus cidadãos essencialmente sem nada. Foram impostas leis draconianas, exigindo que os possuidores de moedas ou barras de ouro as entregassem. Em seguida, as prensas foram ligadas e começaram a produzir notas em quantidades antes inimagináveis. Exatamente porque seu envolvimento na guerra era apenas marginal – afora os submarinos alemães, o soldado inimigo mais próximo estava a milhares de quilômetros de distância –, os Estados Unidos podem ilustrar esses avanços de maneira útil sem medo de exageros. Assim, em outubro de 1917, a posse de dinheiro em espécie tornou-se crime punível com multa de 10 mil dólares ou, no caso pessoa física, até dez anos de prisão (ainda não foi inventado um governo que possa pôr empresas na cadeia). Por volta de 1919, a quantidade de dinheiro em circulação aumentara de 3,3 bilhões de dólares para 5,1 bilhões, ao passo que o estoque total de dinheiro, que era de 22 bilhões de dólares

92. Sobre o modo como o Banco da Inglaterra, por exemplo, passou a regular os outros bancos, ver W. Bagehot, *Lombard Street* (Londres: Murray, 1927 [1873]), pp. 280-2.

em 1916, ultrapassara a marca dos 33 bilhões. Enquanto isso, o índice do custo de vida (que em 1914 tinha base 100) passou de 118 em 1916 para 218 em 1919, um aumento de 83 por cento⁹³.

Os preços não subiram ainda mais, naturalmente, porque o Estado tinha sugado a renda e as poupanças do povo por meio de impostos e empréstimos. As receitas federais que não eram provenientes de débitos subiram de 782 milhões de dólares em 1916 para 4,6 bilhões três anos depois; desse aumento, a parte do leão – quase 2,5 bilhões de dólares – devia-se ao aumento impressionante do imposto de renda pago por pessoas físicas e jurídicas. A isso foram adicionados cinco empréstimos “Liberdade” e “Vitória” sucessivos, todos, com exceção do último (cujo valor se tornou flutuante em abril de 1919, isto é, quando a guerra já tinha terminado), maiores que o anterior e, por fim, atingindo um total de 24 bilhões de dólares. Em conformidade com o aumento da receita, os gastos federais subiram de 742 milhões de dólares em 1916 para quase 19 bilhões em 1919. Os responsáveis pela maior parte desse acréscimo (cerca de 11 bilhões de dólares) foram o Ministério da Guerra e a marinha; mas outros órgãos federais também cuidavam de seus interesses. Na verdade, foram os chamados *bureaus* independentes – em outras palavras, o enorme conjunto de órgãos e comissões recém-criados para a guerra e que ficavam fora da estrutura departamental existente – que gozaram do maior incremento. A quantia de que dispunham subiu de 7,2 milhões de dólares em 1916 para 1,1 bilhão em 1918 e 2,7 bilhões em 1919; se não era a temporada dos burocratas, o que era?

Por ter entrado na guerra antes e permanecido mais tempo, os governos de outros países tiveram de fazer muito mais

93. Esses e outros números foram extraídos de C. Gilbert, *American Financing of World War I* (Westport: Greenwood Press, 1977), tabelas 18 (gastos federais), 20 (receita não proveniente de débitos), 41 (empréstimos do governo), 62 (oferta de dinheiro) e 76 (índice do custo de vida).

proporcionalmente. Na Inglaterra, por exemplo, os gastos totais do governo eram de aproximadamente 15 por cento do PIB durante os últimos anos anteriores à guerra, o que representava um aumento de quase 50 por cento desde que o governo liberal tomara posse em 1906. Em 1916-17, chegara a 85 por cento, porcentual tão alto que era impossível aumentá-lo, mesmo durante o maior conflito da história, isto é, a Segunda Guerra Mundial⁹⁴. Assim como nos Estados Unidos, uma parte do aumento nas despesas foi parcialmente paga por meio da emissão de moeda, outra parte pela tributação ("tribute-os até berrarem" foi a resposta de Lord Rothschild quando Lloyd George lhe perguntou como levantar verba para pagar a guerra) e outra parte por meio da emissão de títulos com taxas de juros baixíssimas, segundo os padrões inflacionários que prevaleceram durante grande parte do século XX. Novamente a infusão de quantias enormes na economia – entre 1913 e 1920 os gastos anuais do governo subiram de 342 milhões de libras para quase 1,7 bilhão⁹⁵ – levou à inflação, embora seu período crítico tenha ocorrido *após* a guerra, porque, enquanto durou, a combinação de controle e escassez significou que, de qualquer modo, havia muito pouco para se comprar. Nem a Inglaterra foi o país mais prejudicado. Pelo contrário, a maioria dos outros beligerantes europeus fizeram esforço muito maior em número de soldados recrutados por cabeça na população, para não falar da ocupação estrangeira, da destruição física e da derrota sofrida.

A não ser na União Soviética, da qual falarei mais adiante, ao "grande roubo da guerra" de 1914-18 seguiu-se um retorno à "normalidade" durante a década de 1920. Por toda parte os orçamentos e os impostos do governo caíram, embora nunca mais para os níveis anteriores à guerra, que, em

94. Números de U. K. Hicks, *British Public Finances, Their Structure and Development, 1880-1952* (Londres: Oxford University Press, 1954), pp. 12-3.

95. Números de Hicks, *The Finance of British Government, 1920-1936* (Oxford: Clarendon Press, 1970 [1936]), p. 380, tabela 2.

retrospectiva, pareciam o sonho dos entusiastas do *laissez faire*. Por exemplo, na Inglaterra, os gastos públicos fluuavam entre 25 e 30 por cento do PIB (o dobro do valor anterior à guerra); para financiar essa despesa, as alíquotas normais do imposto sobre a renda haviam subido três vezes e meia. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, pode-se avaliar a repercussão da guerra sobre os norte-americanos comuns no fato de que o número de pessoas físicas e jurídicas sujeitas ao imposto de renda subiu de pouco mais que 500 mil em 1916 para quase 7 milhões em 1920⁹⁶. Localizados no topo da mais alta montanha de ouro da história – adquirida em troca de mercadorias de todos os tipos despachadas para os Aliados durante o conflito – e sem medo de que alguém viesse a tentar comprar tudo, os Estados Unidos retomaram os pagamentos em ouro quase imediatamente após o fim da guerra. A Inglaterra fez o mesmo em 1925 e, por volta de 1929, a maioria dos outros países importantes – até a Itália, a mais pobre, porém, no governo de Mussolini, longe de ser a mais humilde – tinham feito o mesmo.

O retorno do padrão-ouro, porém, era ilusório. Além de não voltarem à circulação as moedas de ouro, iam longe os tempos em que alguém em juízo perfeito sonharia com fazer grandes pagamentos por meio da transferência física de barras de ouro de um local para outro. Assim, o único resultado da mudança foi contribuir para uma grave deflação que, por sua vez, impôs obstáculos ao comércio e, assim, ajudou a precipitar a Grande Depressão de 1929⁹⁷. Para resumir uma longa história, em setembro de 1931 a ameaça de um corte de pagamentos provocou uma greve de marinheiros na frota inglesa. Os jornais exageraram e transformaram o acontecimento num motim; o resultado foi o pânico, e a consequente corrida aos bancos fez com que a libra esterli-

96. G. K. Fry, *The Growth of Government* (Londres: Cass, 1979), p. 193; US Bureau of the Census, *Statistics*, parte 2, p. 1110.

97. J. K. G. Galbraith, *Money: Whence It Came, Where It Went* (Boston: Houghton Mifflin, 1975), pp. 164-82, descreve o retorno do padrão-ouro com o título "a ferida auto-infligida".

na e outras moedas fossem desvinculadas do ouro, dessa vez para sempre. Nos Estados Unidos, o presidente Roosevelt, afirmando que "o ouro guardado em tesouros particulares não tinha fins úteis nas atuais circunstâncias", impôs penalidades drásticas para obrigar os proprietários a ceder suas fortunas. Em março de 1933, foi proclamado um feriado bancário; quando as veneráveis instituições voltaram a abrir as portas, o dólar sofrera uma desvalorização de 41 por cento⁹⁸. A recusa do Tesouro em permitir que pessoas físicas trocassem seus dólares por ouro monetizado, mesmo com essa taxa, significava que, de então em diante, todos os meios de pagamento que não fossem de papel estariam definitivamente concentrados nas mãos do Estado. Reciprocamente, tudo o que era pago pelo Estado era, por definição, feito de papel.

Com a depreciação rápida de todas as moedas principais com relação ao ouro – o franco francês, o último a resistir, foi desvalorizado em 1936, destruindo-se a confiança que o povo tinha nele –, muitos países voltaram às moedas de curso forçado, como a Alemanha, a Itália e, sobretudo, a União Soviética. Na Alemanha e na Itália, foi a crise econômica mundial que precipitou esse acontecimento; na União Soviética (apesar de ser a maior produtora mundial de ouro), a moeda de curso forçado já existia desde a revolução de 1917, e seu lastro era apenas a palavra de Lênin, Stalin e companhia. Quer se chamassem rublos, marcos ou liras, essas moedas eram inconvertíveis, e isso significava que, na maioria dos casos, só podiam ser usadas pelos cidadãos em transações entre si. Os negócios internacionais eram monopolizados pelo Estado, que criava seus próprios órgãos para essa finalidade ou trabalhava por intermédio de um complicado sistema de licenciamento. Com frequência, era tão grande a escassez de moedas "fortes" que as importações tinham de ser pagas em ouro (na União Soviética) ou

98. Ver E. Cassell, *The Downfall of the Gold Standard* (Londres: Cass, 1969 [1936]), pp. 112-35.

por meio de escambo (nos três países, principalmente nas transações uns com os outros e com a subdesenvolvida região dos Bálcãs). Os que se acharam inábeis para o comércio – de fato, sofriam ameaças de morte ou de prisão em campo de concentração caso se aventurassem a fazê-lo – eram os infelizes cidadãos.

O caminho percorrido pelos países totalitaristas (que nem de longe constituíam a exceção) para o controle da moeda durante a década de 1930 foi trilhado, com poucas modificações, pelos países "livres" durante a própria Segunda Guerra Mundial. Repetir a história já contada sobre os acontecimentos de 1914-18 seria maçante. Houve poucas novidades, com exceção de controles financeiros mais rigorosos, gastos ainda maiores, maior aperto fiscal e empréstimos mais elevados. Mesmo nos Estados Unidos, país mais rico e menos prejudicado, os gastos ultrapassaram a receita uma, duas ou três vezes em cada um dos anos entre 1942 e 1945 – apesar do fato de que os aumentos drásticos de impostos fizeram com que essa mesma receita aumentasse seis vezes entre 1939 e 1944⁹⁹. Assim como na Primeira Guerra Mundial, o fato de gastos e impostos não terem mais nenhum tipo de relação razoável entre si levou a grande aumento de preços. Novamente como na Primeira Guerra Mundial, enquanto duraram as hostilidades, houve tentativas de conter a inflação por meio de diversos mecanismos administrativos, como, por exemplo, o racionamento. Quando esses mecanismos foram suspensos, os cidadãos dos países vitoriosos descobriram que o valor de suas poupanças se reduzira muito, ao passo que o dinheiro dos derrotados tinha se transformado em tanto papel e só podia ser usado, se tanto, para fins como conserto de janelas quebradas¹⁰⁰.

99. Números de *Economic Report to the President, 1974* (Washington: Government Printing Office, 1974), p. 324. Há números paralelos de outros países em G. Findlay Shirras, *Federal Finance in Peace and War* (Londres: Macmillan, 1944), pp. 77 (Canadá), 149-50 (Austrália), 171-2 (África do Sul) e 217 ss. (Índia).

100. Há dados sobre os preços nos EUA em *Economic Report to the President, 1975* (Washington: Government Printing Office, 1975).

Ainda mais interessantes do que esses acontecimentos foi a mudança sofrida pela própria natureza do dinheiro. Poupanças à parte – acabamos de explicar o que aconteceu com os poupadores –, para as pessoas físicas o dinheiro sempre representara um meio de comprar mercadorias; para os governos, um método para controlar a economia e distribuir recursos. Nesse momento, porém, ambas as funções estavam praticamente perdidas. Do ponto de vista dos cidadãos, isso porque qualquer coisa que valesse a pena comprar só podia ser obtida por meio da troca por cupons. Estes eram distribuídos segundo critérios não-econômicos, tais como idade, sexo e quantidade de calorias necessárias ao tipo de trabalho da pessoa (não é preciso dizer que os que tinham as mãos no leme do poder cuidavam de si mesmos; conforme disse Ludendorff, se ele tivesse sido obrigado a comer rações comuns, “não poderia ter existido”). Da perspectiva do Estado, o motivo por que o dinheiro perdeu sua função de ferramenta do governo foi exatamente o fato de sua oferta, que dependia apenas das máquinas de impressão, ter-se tornado ilimitada. Conseqüentemente, não podia mais ser usado para determinar quais produtos e serviços seriam comprados e quais não seriam. Assim, a guerra total marcou o ponto culminante de um processo de duzentos anos pelo qual o Estado impôs seu controle ao dinheiro. O resultado disso foi deixar tal mercadoria sem valor real nenhum – o que levou, em alguns casos, à volta ao escambo, quando os urbanitas trocavam seus utensílios de cozinha por batata. Entre outras indicações não tão sutis do que estava acontecendo, o Banco da Inglaterra foi absorvido pela maquinaria do Estado¹⁰¹ e o ministro da Fazenda inglês perdeu sua tradicional posição de primeiro (depois do primeiro-ministro) entre iguais; depois de 1940, ele nem fazia mais parte do gabinete de guerra¹⁰².

101. Ver R. S. Sayers, *Financial Policy, 1939-1945* (Londres: Longmans, 1956).

102. Ver A. Milward, *War, Economy and Society, 1939-1945* (Berkeley: University of California Press, 1977), pp. 99 ss.

Depois de dominado o dinheiro – ou seja, quando este já não mais impunha limites ao que o governo podia comprar –, a extensão do esforço de guerra de cada país passou a ser determinada pelos meios físicos de produção. Os mais importantes eram fretamento, transporte, matérias-primas, espaço fabril, energia e, naturalmente, o trabalho, do qual dependia todo o resto e pelo qual os países freqüentemente competiam entre si. Já na Primeira Guerra Mundial, todos os mais importantes beligerantes haviam imposto leis que anulavam os direitos de propriedade de seus cidadãos e permitiam que os governos pusessem as mãos nesses recursos quando necessário. Usavam esses controles para decidir quem devia produzir o quê, como, onde, a que preços e com o auxílio de quais trabalhadores, com quais qualificações profissionais e trabalhando por quais salários, durante quantas horas por dia ou semana. Para nos concentrarmos só nos países mais importantes, na Alemanha a tarefa foi confiada ao industrialista Walter Rathenau e a seu Departamento de Matérias-primas, instituído contra considerável oposição da parte dos militares, que não queriam a interferência de civis na direção da guerra. Na Inglaterra, foi bem mais fácil para o arrogante político Lloyd George (mais tarde sucedido por Churchill), na chefia do recém-criado Ministério das Munições; por fim, nos Estados Unidos foi realizada pelo WIB (War Industries Board), cujo presidente era o financista Bernard Baruch¹⁰³.

Porém, enquanto na maioria dos países do Ocidente a maior parte desses controles foi desmantelada em 1918-19, em um país – União Soviética – tornaram-se permanentes. Grande, em ruínas e com poucas rodovias por quilômetro

103. M. Feldman trata da mobilização alemã para a Primeira Guerra Mundial em *Army, Industry and Labor in Germany, 1914-1918* (Providence: Berg, 1993). Sobre a Inglaterra, ver S. J. Hurwitz, *State Intervention in Great Britain: A Study of Economic and Social Response 1914-1919* (Londres: Columbia University Press, 1949); e, sobre os Estados Unidos, R. D. Cuff, *The War Industries Board: Business-Government Relations During World War I* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973).

quadrado de território, o império czarista tivera menos êxito do que a maioria na mobilização de recursos para a guerra¹⁰⁴. Inicialmente foram as forças armadas que ficaram sem armas e munições; em 1916-17, uma feroz inflação bem como a escassez de praticamente tudo deixaram o país preparado para a revolução. Quando assumiram o poder em 1917, os bolcheviques resolveram mudar tudo com extrema violência. Não satisfeitos com meros controles, realizaram seu programa de expropriar todos os meios de produção e também serviços como bancos, seguros, comunicações e transportes, chegando ao comércio varejista e aos salões de beleza. Com o controle total também sobre a mão-de-obra – no Estado comunista, qualquer indisciplina no trabalho era automaticamente convertida em crime –, o monstro moderno devorou totalmente a economia.

O resultado da revolução foi a realização do sonho dos burocratas. Declarando servir ao bem-estar geral, porém, na verdade, trabalhando quase exclusivamente em benefício próprio, o Estado era dono de tudo, administrava tudo, produzia tudo e comprava e vendia tudo – por preços, nem é preciso dizer, determinados por ele mesmo e que quase sempre não tinham relação nenhuma com o custo real para os produtores ou com a escolha que os consumidores fariam se os deixassem escolher por conta própria¹⁰⁵. Para realizar todas essas funções e impedir que houvesse incompatibilidade entre elas, também mantinha arquivos e supervisionava tudo por meio de um aparato administrativo sem igual na história. Em 1980 estimava-se que o Estado comunista maduro produzia 100 bilhões de documentos por ano. Essa avalanche de papelada tinha respaldo do sistema educacional, da máquina de propaganda do governo, da polícia

104. Ver N. Stone, *The Eastern Front 1914-1917* (Londres: Hodder & Stoughton, 1975), pp. 144-64, 194-211.

105. Há uma análise do Estado comunista bem parecida com a citada aqui em M. Dijas, *The New Ruling Class: Analysis of the Communist System* (Nova York: Praeger, 1957).

secreta, do campo de concentração e, com muita frequência, da parede de execução.

Embora os outros Estados não acompanhassem a União Soviética de imediato, a trégua dada a suas economias mostrou-se temporária. Durante todo o período entre guerras, os partidos socialistas do mundo inteiro continuaram a exigir que os meios de produção fossem estatizados para que seus lucros, em vez de ir para as mãos de indivíduos, pudessem ser utilizados em benefício da comunidade em geral. Em um país após o outro, algumas das exigências foram atendidas; isso aconteceu especialmente com os novos setores como a radiodifusão, as telecomunicações, os transportes aéreos e a geração de eletricidade. Às vezes a direita nacionalista também exercia pressão na mesma direção. Por exemplo, Rathenau, um dos proprietários e principal executivo da Allgemeine Elektrizität-Gesellschaft, um dos maiores complexos industriais da Alemanha, decerto não era socialista; contudo, antes do fim da guerra ele relatou sua experiência em *The New Economy* (*Die Neue Wirtschaft*, 1918). O livro era, em parte, um projeto para aumentar o poder nacional e, em parte, uma resposta antecipada à exigência socialista de uma nacionalização definitiva, e afirmava que os dias do capitalismo irrestrito tinham chegado ao fim. Rathenau defendia uma nova parceria entre Estado e indústria – que, nem é preciso dizer, se traduzisse em maior controle daquele sobre esta.

Nem os ditadores que vieram a governar a Alemanha e a Itália precisaram de Rathenau para lhes ensinar essa lição. Tanto Mussolini quanto Hitler descartaram precocemente suas inclinações socialistas originais. Tendo descoberto de que lado estavam as vantagens – quando Mussolini se tornou intervencionista em 1915, seus colegas socialistas o saudaram com o grito *chi paga* (quem paga)¹⁰⁶ –, estavam mais que dispostos a cantar louvores à iniciativa privada; e, em

106. G. Seldes, *Sawdust Caesar: The Untold Story of Mussolini and Fascism* (Londres: Barker, 1936), p. 46.

troca, aceitaram com alegria suas contribuições financeiras enquanto lutavam pelo poder. Apropriando-se delas, apressaram-se em cumprir suas obrigações com quem os apoiava, proibindo greves e negociações coletivas, desmantelando os sindicatos e aprisionando seus líderes. Isso, porém, não significava um retorno ao *laissez faire* do início do século XIX; pelo contrário, passaram ao recrutamento de mão-de-obra por intermédio das novas empresas administradas pelo Estado e pela Deutsche Arbeitsfront. O próximo passo tanto dos nazistas quanto dos fascistas foi instituir controles diretos sobre a indústria, cujo exemplo mais conhecido foi o Plano de Quatro Anos de 1936, que transformou Herman Goering no czar econômico da Alemanha. Ambos também começaram a criar uma série de indústrias estatais em setores considerados essenciais para a guerra, mas que, por algum motivo, não conseguiam atrair investimentos privados¹⁰⁷. Entre eles estavam o aço, o óleo sintético, a borracha (esta fabricada com a ajuda da mão-de-obra dos campos de concentração) e, naturalmente, o famoso carro Volkswagen.

Depois que irrompeu a Segunda Guerra Mundial, os planos de mobilização de 1914-18 foram retirados das gavetas e espanados (em alguns casos literalmente), e os responsáveis procuraram seus predecessores, vários dos quais ainda estavam vivos, a fim de pedir orientação. Quer seus regimes fossem comunistas, fascistas ou liberais, todos os Estados apressaram-se em assumir o controle dos meios de produção ou, se já os controlavam, a tornar a supervisão ainda mais rigorosa, levando a polícia para dentro das fábricas e ditando penalidades draconianas para quaisquer "desertores". Pode-se dizer inclusive, que os países "democráticos",

107. Sobre o Plano de Quatro Anos alemão, ver Militärgeschichtliches Forschungsamt (org.), *Germany and the Second World War* (Oxford: Clarendon Press, 1990), pp. 273-315; sobre a Itália, ver V. Castronovo, "La stratégie du conglomerat: l'état banquier et entrepreneur en Italie", *Entreprises et Histoire*, 1, 1992, pp. 13-25; e L. Ceva e A. Curio, "Industrie de guerre et l'état dans l'impérialisme fasciste des années 30", *Guerres Mondiales et Conflicts Contemporaines*, 41, 61, 1991, pp. 31-50.

como a Inglaterra, conseguiram avançar mais e mais depressa do que os "totalitaristas" como a Alemanha, a Itália e o Japão. Nenhum dos três últimos tinha governo eleito; por conseguinte, e apesar de todo o aparato policial à sua disposição, pelo menos a princípio, demonstraram estar mais receosos de impor sacrifícios à população¹⁰⁸. Seja como for, mais uma vez as máquinas burocráticas cresceram. Nos Estados Unidos, o número de funcionários públicos federais subiu de 936 mil em 1933 para 3,8 milhões em 1945, embora metade deles tenha sido demitida após a guerra; na Inglaterra, só o recém-criado Ministério da Alimentação expandiu-se de 3,5 mil burocratas em 1940 para 39 mil em 1943, dissolvendo-se, porém, quando terminaram as hostilidades. No final daquele ano já se atingira o ponto em que, na teoria e, em grau considerável, na prática, não se podia trabalhar sequer um grama de matéria-prima, nem fabricar um parafuso, a não ser que a produção tivesse recebido a bênção do governo e fosse declarada essencial para o esforço de guerra.

Finalmente bem-sucedidos os Estados em seu empenho para conquistar o dinheiro, a consequência do predomínio absoluto da economia sobre eles próprios foi permitir-lhes que brigassem uns com os outros em escala e ferocidade jamais iguais antes ou depois. Praticados em maior ou menor grau, o planejamento e o controle centrais permitiram que centenas de milhares de tanques e aeronaves saíssem das linhas de montagem diretamente para a batalha. Embora os negócios, alimentados por contratos estatais gigantescos, sempre produzissem lucros também gigantescos, as consequências sobre a situação das pessoas comuns na maioria dos países foram descritas na lúgubre caricatura de George Orwell sobre a vida durante a Segunda Guerra Mundial, 1984:

108. S. Salter discute sobre as providências para manter o moral dos trabalhadores alemães em "Structures of Consensus and Coercion: Workers' Morale and the Maintenance of Work Discipline, 1939-1945", em D. Welch (org.), *Nazi Propaganda* (Londres: Croom Helm, 1983), pp. 88-116.

Havia sempre, no estômago e na pele, uma espécie de protesto, a sensação de que se perdera, para um gatuno, algo a que se tinha direito [...] nunca houvera suficiente para comer, nunca tivera meias ou roupa branca que não fossem esburacadas, mobília que não fosse capenga e gasta; e cômodos mal aquecidos, trens subterrâneos atulhados, casas caindo aos pedaços, pão escuro, chá raro, café nojento, cigarros insuficientes – nada barato e abundante, exceto gim sintético.¹⁰⁹

O caminho para a guerra total

A concentração de todo o poder econômico nas mãos do Estado não seria necessária, nem poderia ser justificada, se sua finalidade primordial não fosse impor a ordem e brigar com os vizinhos. Hobbes, o homem que realmente inventou o Estado, já estava disposto a eliminar todos os tipos de liberdade (inclusive, especificamente, a liberdade de pensamento) para alcançar a paz; em sua opinião, qualquer governo era melhor do que governo nenhum. Depois de passar por duas guerras totais em uma só geração e ver o que os Estados e os governos são capazes de fazer no caminho da guerra e da destruição, quando se decidem a isso, talvez tenhamos de pensar melhor a respeito.

Conforme salientado na seção anterior, à instituição do Estado logo se seguiu o acontecimento conhecido, em geral, como revolução militar¹¹⁰. Até então, nenhum governante europeu tivera mais do que algumas dezenas de milhares de homens sob seu comando: na batalha de Rocroi, por exemplo, que em 1643 alçou a França ao lugar da Espanha como a maior potência da época, lutaram 48 mil homens. Três décadas depois, as forças reunidas por Luís XIV e seus

109. George Orwell, 1984 (Harmondsworth, Reino Unido: Penguin, 1977 [1949]), p. 251.

110. M. Roberts, *The Military Revolution* (Belfast: Belfast University Press, 1956); J. S. Levy, *War in the Modern Great Power System* (Lexington: Lexington Books, 1983).

adversários já chegavam a algumas centenas de milhares. Esse tipo de crescimento não podia continuar indefinidamente e, durante o século XVIII, o tamanho da guerra em terra dava sinais de estar chegando a um limite. Com um total aproximado de 200 mil combatentes franceses, imperiais, britânicos e holandeses envolvidos em ambos os lados, a batalha de Malplaquet (1709) foi a maior da história européia até Napoleão, ao passo que os exércitos com os quais Luís XV travou a Guerra dos Sete Anos praticamente não eram maiores do que os de seu bisavô Luís XIV¹¹¹.

Se a escala da guerra terrestre não aumentou muito, o século XVIII testemunhou uma explosão em operações militares no mar. As principais potências navais do século XVII tinham sido a Espanha (que, até 1660, estivera unida a Portugal) e a Holanda; no século XVIII, porém, suas frotas foram totalmente ofuscadas pelas marinhas da Inglaterra e da França. Organizadas de maneira eficiente por homens como Samuel Pepys e Colbert, dependendo do período em questão, as marinhas inglesa e francesa possuíam, cada uma, entre 50 e 150 belonaves de porte. Cada um desses navios pesava aproximadamente mil toneladas e transportava entre 80 e 120 canhões de bronze, que chegavam a pesar 3 toneladas cada um, para não falar das inumeráveis naves menores conhecidas por vários nomes e apropriadas para uma série de fins, desde levar mensagens até atacar navios mercantes¹¹². Equipadas com instrumentos de auxílio à navegação – como o sextante – bem superiores aos que se conheciam até então, essas armadas movidas a vela pela primeira vez proporcionavam a seus proprietários uma autonomia quase ilimitada. Logo não havia continentes nem mares onde não houvessem lutado uns contra os outros, sempre

111. Há alguns dados sobre o tamanho dos exércitos europeus durante os últimos anos do *ancien régime* em Duffy, *The Military Experience in the Age of Reason*, p. 17.

112. A melhor obra sobre as guerras navais do século XVIII continua sendo a de A. T. Mahan, *The Influence of Seapower upon History, 1660-1763* (Boston: Little, Brown, 1890).

em escala considerável, quando então dezenas de navios franceses, ingleses e espanhóis se enfrentavam em águas do Extremo Oriente ou das Índias ocidentais. Assim, a Guerra da Sucessão espanhola inaugurou a era da guerra global, que talvez só agora, graças ao colapso de uma das superpotências e à relutância cada vez maior da outra em sacrificar seus jovens, esteja chegando ao fim.

Enquanto isso, tanto a escala quanto a intensidade da guerra terrestre permaneciam comparativamente limitadas. Em parte, isso talvez se devesse aos sentimentos humanitários que surgiram em reação aos excessos da Guerra dos Trinta Anos: em *O espírito das leis*, Montesquieu, que representava tudo o que havia de melhor no pensamento iluminista, escreveu que nações em paz deviam fazer umas às outras todo o bem que pudessem e, em guerra, provocar o mínimo possível de danos. Em geral, porém, as limitações que regeram as guerras do século XVIII foram resultantes da estrutura política de cada um dos principais Estados beligerantes. Tendo sido impostos ao povo, quase sempre por meio da força, os governos (menos o inglês e, mesmo assim, dentro de certos limites) sabiam que não eram representativos do povo. Assim sendo, não faziam questão de impor fardos econômicos intoleráveis, instituir o serviço militar obrigatório nem distribuir armas: sempre havia o risco de que os soldados assim recrutados e armados lutassem contra seus governantes, e não a favor deles.

Formados por homens que não tinham compromisso com o Estado a que serviam – “a escória da nação”, como o ministro da Guerra francês, Comte Saint-Germain, afirmou uma vez¹¹³ –, os exércitos do século XVIII só se mantinham graças a uma disciplina feroz e à vigilância de seus oficiais aristocráticos. A exigência de disciplina, mais algumas das

113. C. L. Saint-Germain, *Mémoires de M. le Comte de Saint-Germain* (Amsterdã: Libraires associés, 1799), p. 200; ver também general James Wolfe, citado em J. A. Houlding, *Fit for Service: The Training of the British Army, 1715-1798* (Oxford: Clarendon, 1981), p. 268.

características técnicas das armas em uso, tornavam imperativo que as tropas se movimentassem e lutassem em formações fechadas, avançando ombro a ombro em fileiras cerradas e organizadas. A necessidade de tais formações, por sua vez, ditava que não podiam ser facilmente usadas em escaramuças, em perseguições, em terreno acidentado ou florestal, ou à noite. Além disso, havia certas restrições logísticas. Os exércitos do século XVIII dependiam exageradamente de seus “cordões umbilicais de suprimentos”; contudo, é verdade que não se podia confiar na maioria dos soldados para sair à procura de alimentos, por isso viviam cercados por um cordão de suboficiais que os mantinham sob atenta supervisão. Mesmo que fossem confiáveis, muitas regiões não tinham densidade demográfica suficiente para permitir a guerra em larga escala em seu território¹¹⁴.

As batalhas do século XVIII foram tão ferozes quanto quaisquer outras. Via de regra, as tropas não cuidavam de se proteger ou usar camuflagem; alinhados em fileiras longas e retas, que se aproximavam umas das outras ao som dos tambores, a exatamente 75 passos por minuto, os soldados paravam a uma distância que lhes permitisse enxergar a parte branca dos olhos uns dos outros e começavam a atirar. Em consequência disso, era comum que pelo menos um terço deles se tornasse baixa num período de, digamos, seis a oito horas¹¹⁵. Por outro lado, os soldados eram caros e as batalhas eram arriscadas. Por conseguinte, comandantes como Turenne e o marechal de Saxe passavam campanhas inteiras manobrando contra os adversários, com confrontos pequenos e ocasionais para aliviar o tédio de marcha e con-

114. Sobre a logística dos exércitos do século XVIII, ver M. van Creveld, *Supplying War: Logistics from Wallenstein to Patton* (Londres: Cambridge University Press, 1978), cap. 1; e G. Perjes, “Army Provisioning, Logistics and Strategy During the Second Half of the Seventeenth Century”, *Acta Historica Academiae Scientiarum Hungaricae*, 16 (Budapeste: Academia de Ciências, 1965).

115. Há alguns números em D. Chandler, *The Art of Warfare in the Age of Marlborough* (Londres: Batsford, 1976), pp. 302-7; Duffy, *The Military Experience in the Age of Reason*, pp. 245 ss.

tramarcha; de Saxe até escreveu que o bom general devia passar toda a carreira sem ser levado à batalha. Além disso, havia a idéia de que a segurança de cada Estado dependia de um minucioso equilíbrio de poderes com todos os outros. Conseqüentemente, pensava-se que não se podia levar guerra nenhuma muito longe¹¹⁶ nem permitir que terminasse na destruição completa de um dos beligerantes; e, de fato, a possibilidade de que isso viesse a acontecer quase sempre levava à inversão de alianças e à criação de novas alianças. A guerra era questão de ocupar um distrito aqui e uma província ali, quer na Europa, quer, com freqüência ainda maior, do outro lado do oceano, onde aconteciam alguns dos intercâmbios mais importantes.

Com a deflagração da Revolução Francesa, essas e outras limitações das guerras do século XVIII desapareceram. A divisão trinitária do trabalho entre o governo, que dirigia a guerra, as forças armadas, que lutavam e morriam, e o povo, que pagava e sofria, permaneceu como era desde 1648; em alguns aspectos, tornou-se ainda mais rígida que antes, já que os oficiais deixaram de ser empresários independentes e passaram a depender exclusivamente do Estado para as promoções e a remuneração. O que mudou foi a criação de elos bem fortes entre o primeiro e o último elementos da tríade, que, por sua vez, viabilizou uma vasta expansão do segundo. Conforme Clausewitz mais tarde explicou, a verdadeira conquista da revolução foi capacitar o Estado a guerrear com a força total da nação – algo que, pelo menos na Europa, só muito poucos regimes políticos tinham sido capazes de fazer desde os tempos do apogeu da República romana. Os adversários da revolução foram menos corteses na descrição e definiram os soldados franceses como “monstros... feras selvagens... espumando de fúria e gritando como ca-

116. Ver o escritor militar contemporâneo Friedrich Wilhelm von Zantzius, citado em M. Jahns, *Geschichte der Kriegswissenschaften vornehmlich in Deutschland* (Munique: Vorein, 1889-), vol. III, pp. 296-7; e M. S. Anderson, *The Rise of Modern Diplomacy 1450-1919* (Londres: Longmans, 1993), pp. 163-80.

nibais – arremessando-se a toda velocidade contra soldados cuja coragem não foi despertada por paixão nenhuma”¹¹⁷.

A primeira a instituir a *levée en masse* foi a Convenção Nacional francesa em seu famoso decreto de 25 de agosto de 1792¹¹⁸. Redigido por Bertrand Barere, pedia a “convocação permanente” de homens, mulheres (que deviam “trabalhar nas roupas dos soldados, confeccionar tendas e se tornar enfermeiras”), velhos (que deviam “ir às praças públicas para pregar o ódio aos tiranos”) e mesmo crianças, que fariam gaze com roupas de cama e mesa velhas. Os delegados gostaram tanto da retórica que pediram que o decreto fosse lido duas vezes; desde então, todo cidadão seria soldado e todo soldado, cidadão. Na prática, a infra-estrutura necessária para pôr o decreto em prática era deficiente e os resultados não foram perfeitos – as únicas pessoas realmente convocadas foram homens entre os 18 e os 25 anos de idade, e só se não fossem casados. Mesmo assim, o entusiasmo marcial não durou muito. Aprisionado na França em 1807, Clausewitz surpreendeu-se e não se decepcionou ao ver recrutas acorrentados serem conduzidos à *prefecture*¹¹⁹. O tamanho do exército francês dobrou de mais ou menos 400 mil durante a Guerra dos Sete Anos para cerca de 800 mil em 1795-96, embora nem todos pudessem ser treinados, armados (a escassez de mosquetes certa ocasião levou à produção de lanças), ou mesmo vestidos de maneira apropriada.

Tendo sucedido Carnot no posto de “organizador da vitória”, Napoleão recorreu ao poder total da polícia para acabar com a oposição ainda existente ao alistamento obrigatório¹²⁰. Além de ser logo corrigido o desequilíbrio entre

117. Mallet du Pan, citado em H. Nickerson, *The Armed Horde* (Nova York: Putnam, 1942), p. 91.

118. Há uma tradução inglesa do texto em J. F. C. Fuller, *The Conduct of War 1789-1961* (Londres: Eyre & Spottiswoode, 1962), p. 32.

119. P. Paret, *Clausewitz and the State* (Princeton: Princeton University Press, 1976), p. 130.

120. I. Wolloch, “Napoleonic Conscription: State Power and Civil Society”, *Past and Present*, 1986, pp. 101-29.

homens e armas, o resultado disso foi prover o Estado francês com as maiores forças já vistas desde que Heródoto descreveu Xerxes comandando 1,5 milhão de homens na invasão à Grécia em 480 a.C.; contudo, não havia nada de mítico na Grande armée. Em vez de marchar em um só bloco, conforme era normal desde os dias da falange grega até os de Frederico, o Grande, os indecisos soldados franceses tinham de espalhar-se por uma frente bem mais ampla para viver e movimentar-se. A criação de tais frentes exigia e tornou-se possível graças à organização das forças em *corps d'armée*. Pela primeira vez proposta da Convenção Nacional em 1796, cada corpo possuía um comandante permanente na pessoa de um *maréchal de France*, título que não foi inventado por Napoleão, mas ao qual ele deu um significado novo e mais preciso. Cada um tinha seu próprio pessoal e sua própria combinação de três armas (infantaria, cavalaria e artilharia), bem como sua própria central de informações, serviços técnicos e logísticos. Cada um constituía um exército em miniatura que, como todos sabiam, era capaz de realizar sua missão independentemente dos outros e de resistir dois ou três dias mesmo quando atacado por forças superiores.

Com a reorganização das forças, toda a natureza da estratégia mudou¹²¹. Antes os exércitos manobravam uns contra os outros em frentes que não tinham mais do que 5 ou 7 quilômetros de extensão; mas os corpos de Napoleão eram capazes de afastar-se de 40 a 75 quilômetros uns dos outros, ao mesmo tempo, que operavam segundo um plano coerente e centralizado. Enquanto no século XVIII os exércitos limitaram-se a tentar conquistar províncias, agora procuravam subjugar países inteiros em rápida sucessão. Se no passado haviam sido obrigados a sitiá-las, agora a grande maioria das fortalezas podia ser simplesmente ignorada (enquanto Vauban, no início do

121. Sobre essas mudanças e a revolução que geraram em termos de estratégia, ver Van Creveld, *Command in War*, cap. 2; e R. Epstein, *Napoleon's Last Victory and the Emergence of Modern War* (Lawrence: University of Kansas Press, 1994), cap. 2.

século XVIII, calculara que para cada batalha havia três cercos, pode-se contar nos dedos de uma só mão o número de cercos que Napoleão comandou). Vivendo dos frutos da terra e com a mira voltada para a jugular do adversário, os exércitos franceses marchavam para a capital do inimigo. Se encontravam o caminho obstruído, usavam seu sistema superior de comando e controle para concentrar números esmagadores de soldados no ponto decisivo e derrotar o inimigo em uma daquelas terríveis *batailles rangées*, das quais Napoleão se gabava de ter comandado nada menos que sessenta. Os resultados desse sistema foram tão rápidos quanto espetaculares. A partir de 1799, época da segunda campanha de Napoleão na Itália e a primeira em que ele assumiu o comando de todos os recursos militares do país, os franceses levaram menos de dez anos para dominar toda a Europa, dos Pireneus ao Vístula.

Em 1813, quando o próprio Napoleão admitiu que "ces animaux ont appris quel'que chose" (esses animais aprenderam alguma coisa), os exércitos de outros Estados imitavam os métodos franceses. Talvez o processo tenha sido mais bem estudado nas mãos da Prússia, que, após sua derrota em 1806, empenhou-se em reformular o exército nos anos seguintes¹²². O alistamento, que até então adotava o velho sistema de *Kantonen* e só convocava os habitantes aparelhados do interior, foi ampliado e aplicado aos filhos cultos das classes médias. Podiam escolher entre servir durante dois anos, como qualquer outra pessoa, ou durante um ano à própria custa, privilégio que a maioria deles aceitou, pois lhes permitia conquistar a tão desejada patente de *Reserve-leutenant*. O corpo de oficiais, que até então se pautara pelo *status* social e pelo tempo de serviço, foi remodelado para dar maior ênfase à escolaridade (incluindo-se nessa refor-

122. É vasta a literatura sobre a reconstrução do exército prussiano. Ver W. Goerlitz, *The History of the German General Staff, 1657-1945* (Nova York: Praeger, ed. 1971), especialmente pp. 15-49; e D. Showalter, "Retaming Bellingona: Prussia and the Institutionalization of the Napoleonic Legacy", *Military Affairs*, abril de 1980, pp. 57-62.

ma a notável escola de oficiais *Kriegsakademie*) e à competência. Entrou em vigor uma organização inspirada na francesa. Para controlá-la, foi criado um contingente com quartel-general em Berlim e ramificações em todo o exército; durante os anos do Segundo Reich, tornou-se a instituição de maior prestígio no país¹²³. Nas pessoas de Gerhard von Scharnhorst, August von Gneisenau, Carl von Clausewitz e seus colegas, os prussianos também tiveram a sorte de contar com oficiais que, além de sua capacidade prática de comando na guerra, possuíam conhecimentos profundíssimos de sua história e teoria. Essa qualidade permitiu-lhes institucionalizar as reformas, que passaram de uma geração para a próxima.

Com todos os Estados ocupados com a reforma e a expansão de seus exércitos para resistir aos batalhões franceses, a escala da guerra mudou completamente. Em 1812, Napoleão invadiu a Rússia com nada menos que 600 mil homens – talvez três vezes mais do que já se concentrara num único teatro de guerra desde os primórdios da história. A maior batalha contemporânea foi travada nas proximidades de Leipzig em outubro de 1813; se não tivesse recebido o nome de batalha das Nações, teria merecido o título de Mãe de Todas as Batalhas. O número total de combatentes presentes foi 460 mil, dos quais 180 mil eram franceses; os restantes eram prussianos, russos e austríacos (auxiliados por alguns suecos). De fato, era tão larga a escala das operações militares de então, que era impossível reunir todos os soldados no mesmo local e horário. Em vez de durar um dia, como acontecera com praticamente todas as batalhas desde a pré-história, a de Leipzig durou três dias. Na verdade, foram três combates independentes, travados simultaneamente, com o próprio Napoleão correndo de um para outro e controlando, quando muito, apenas um¹²⁴.

123. Goerlitz, *History of the German General Staff*, pp. 60 ss.

124. Sobre a batalha de Leipzig e a perda de controle de Napoleão, ver Vitzthum von Eckstädt, *Die Hauptquartiere im Herbstfeldzug 1813 auf dem deutschen Kriegsschauplatze* (Berlim: Mittler, 1910).

Entre 1815 e 1866, não houve nenhuma outra batalha tão grande quanto essa entre exércitos modernos, embora as que aconteceram tenham sido, em proporção ao tamanho, igualmente sangrentas¹²⁵. Esse foi o período da Restauração e da Reação. Sua característica excepcional foi o fato de que, de Moscou a Paris, passando por Berlim e Viena, as cabeças coroadas que ocupavam os diversos tronos europeus temiam mais a própria população do que umas às outras. Conseqüentemente, havia a tendência de formar exércitos menos representativos da nação. A França e a maioria dos outros países acabaram com o alistamento obrigatório, embora não completamente e de maneiras que em geral deixavam consideráveis reservas disponíveis para as forças permanentes de tempo de paz¹²⁶. O uso mais importante que se fazia dos exércitos não era combater em guerras interestatais, mas proteger contra revoluções – *gegen demokraten hilfen nur Soldaten* (os soldados são o único remédio contra a democracia), como dizia o provérbio. Assim, as tropas francesas ajudaram o governo espanhol em uma série de conflitos civis conhecidos como Guerras Carlistas. Em 1830-31, um Exército Prussiano de Observação colaborou com os russos na repressão à insurreição polonesa em Varsóvia. Em 1848-49, os soldados franceses salvaram o papa ao dar cabo da república romana de Mazzini, soldados austríacos recorreram a bombardeio de artilharia para reconquistar a própria capital, e os prussianos foram enviados para expulsar os revolucionários do estado de Baden no sudoeste da Alemanha. O auge aconteceu em maio de 1849, quando as forças russas, a convite do governo de Viena, invadiram a Hungria para acabar com a revolução ali, operação que tiveram de repetir em Varsóvia quinze anos depois.

125. Comparem-se os números das batalhas de Leipzig (460 mil combatentes, 90 mil baixas), Solferino (240 mil combatentes, 40 mil baixas) e Gettysburg (160 mil combatentes, 50 mil baixas), extraídos de *Harbottle's Dictionary of Battles* (Nova York: van Nostrand, 1981, 3ª ed.).

126. Sobre esses acontecimentos, ver G. Best, *War and Society in Revolutionary Europe, 1789-1870* (Londres: Fontana, 1982), pp. 191-309; e J. Gooch, *Armies in Europe* (Londres: Routledge, 1980), pp. 50-80.

Enquanto a escala da guerra estava limitada por estar colocada numa panela de pressão, por assim dizer, a tecnologia militar progredia como nunca. Este não é o local para nos aprofundarmos na natureza da revolução científica ou da revolução industrial que se seguiu pouco tempo depois. Basta dizer que, antes da ascensão do Estado, em meados do século XVII, não existia arma capaz de atirar a uma distância de, talvez, mais de um quilômetro e meio, ou de se movimentar em velocidade superior à de um cavalo a galope, enquanto no mar os maiores navios ainda eram feitos de madeira e não ultrapassavam 500 ou 600 toneladas de peso morto. Já que o progresso tecnológico militar – contando principalmente com a invenção da pólvora – começou a se acelerar séculos antes da entrada em cena do Estado, culpá-lo disso seria injusto, ainda mais porque não está claro se era a tecnologia militar que “puxava” a tecnologia (como Trótski e outros afirmavam) ou se, pelo contrário, as armas e os sistemas de armamentos eram meros subprodutos do progresso tecnológico em geral¹²⁷.

Mesmo quando se leva tudo isso em conta, porém, resta o fato de que os meios modernos de morte e destruição jamais teriam sido possíveis sem o Estado, seu Ministério da Defesa (que, até 1945, chamava-se simplesmente Ministério da Guerra) e suas forças armadas normais, uniformizadas, burocraticamente administradas¹²⁸. As forças da maioria das entidades políticas anteriores eram desorganizadas demais e temporárias demais para viabilizar o progresso tecnológico-militar contínuo. Essa era a situação principalmente das tropas e mercenários feudais, tanto na Europa quanto em outras partes do mundo. Aquelas eram compostas de guerreiros temporários que, quando não se ocupavam

127. Sobre essa questão, ver J. M. Winter, *War and Economic Progress* (Londres: Cambridge University Press, 1976).

128. A relação entre o Estado, seu exército regular e o progresso acelerado da tecnologia militar nunca foi analisada. Há alguns comentários em M. van Creveld, “The Rise and Fall of Military Technology”, *Science in Context*, 7, 2, 1994, pp. 329 ss.

da caça e de atividades aristocráticas semelhantes, passavam a maior parte do tempo cuidando de suas propriedades. Estes levavam uma vida nômade, passando de um patrão para outro, ou simplesmente iam para casa ao fim de cada guerra. Mas era quase essa também a situação dos exércitos permanentes criados por alguns dos impérios de que falamos no capítulo 1 deste volume. Poucos deles chegaram a ser forças profissionais no sentido moderno da expressão, já que seus oficiais quase sempre eram escolhidos menos pela capacidade militar do que pela lealdade.

Quando o Estado moderno começou a criar exércitos e marinhas permanentes, a situação mudou. Mais do que quaisquer de seus predecessores, essas forças constituíam um mercado permanente de armas e sistemas de armamentos. Já em fins do século XVII, a marinha era o maior empregador (e também o maior comprador de bens e serviços) de toda a economia britânica¹²⁹; tal era a demanda de uniformes gerada pelas forças de Luís XIV, que levou à invenção das primeiras máquinas primitivas de pregar botões em tecido¹³⁰. Praticamente pela primeira vez na história existiam forças cuja renda total provinha do Estado e, por mais que detestassem o governante do momento, era raro que conspirassem contra a própria instituição. Cada vez mais excluídos da participação na vida política, sendo aos poucos afastados de outras funções, como a de policiamento, e deliberadamente isolados da sociedade civil, tinham liberdade sem precedentes de dedicar toda a atenção à descoberta de meios novos e melhores de matar e destruir outros da mesma espécie.

Quando à crescente profissionalização se uniu a revolução industrial, que se disseminava da Inglaterra, as consequências foram inevitavelmente explosivas. Armadas com

129. J. H. Plumb, *The Origins of Political Stability: England 1675-1725* (Boston: Houghton Mifflin, 1967), p. 119.

130. L. Mumford, *The Myth of the Machine* (Nova York: Harcourt, 1970), pp. 150-1.

canhões fabricados segundo o novo sistema Gribeauval, as forças napoleônicas teriam feito pouco caso do exército de Frederico apenas trinta ou quarenta anos antes; mas qualquer progresso que tenha ocorrido entre 1760 e 1815 teve sua importância reduzida pelas mudanças que começaram a acontecer a partir de 1830. Primeiro surgiram as cápsulas de percussão, que acabaram com a necessidade da pedreira para gerar faíscas e explodir a pólvora. Depois, o mosquete de carregar pela boca que, com exceção da troca da vareta de madeira pela de ferro, quase não sofrera modificações de Blenheim a Waterloo, foi substituído por fuzis com capacidade de atirar com frequência de três a seis vezes maior e a uma distância mais longa, e, depois de algumas experiências, com maior precisão – para não falar do fato de que, sendo carregados pela culatra, e não pela boca, pela primeira vez na história permitiam que os homens lutassem e ao mesmo tempo se protegessem, sem serem obrigados a ficar de pé. A evolução da artilharia ocorreu paralelamente. A partir da década de 1850, as armas de carregar pela boca, feitas de ferro e bronze e sem estrias internas no cano, foram aos poucos substituídas por armas de retrocarga raiadas, feitas de aço. Por volta de 1870, os melhores canhões eram os prussianos. Fabricados pela empresa de Krupp, seus tiros atingiam distâncias três vezes maiores que seus predecessores napoleônicos e sua velocidade era quatro ou cinco vezes superior. Pela primeira vez, desde o século XVI, a munição também começou a progredir, e as balas de ferro maciço foram substituídas por metralhas e cartuchos explosivos, que continham estopins mecânicos¹³¹.

Ainda mais importante para a evolução da guerra e da conquista nas mãos do Estado foi o progresso ocorrido na infra-estrutura da guerra. Tradicionalmente, o transporte militar limitava-se a carroças puxadas por cavalos, e as comu-

131. Um breve relato da revolução tecnológico-militar do século XIX é B. Brodie e F. Brodie, *From Cross Bow to H Bomb* (Bloomington: Indiana University Press, 1959), pp. 124-71.

nicações militares a mensageiros montados; mas os telégrafos e as ferrovias começaram a percorrer países inteiros (mais tarde, continentes) com redes que revolucionaram o controle do Estado sobre o território, a população e as forças armadas. Os primeiros telégrafos – ópticos, não elétricos – foram construídos na França durante os primeiros anos da revolução e, como era de esperar, mal ficaram prontos e começaram a ser usados na guerra¹³². Durante as três décadas seguintes, a Espanha (que afirmava ter criado um sistema mais importante do que a própria França)¹³³, a Inglaterra, a Prússia e a Rússia fizeram o mesmo, construindo sistemas que iam de Londres a Dover e Portsmouth, de Berlim a Trier e de Moscou a Varsóvia. Embora esses sistemas tivessem pequenas diferenças do ponto de vista técnico, desde o início a finalidade primordial de todos era servir às necessidades militares do Estado. Mais ou menos depois de 1830, os telégrafos ópticos deram lugar aos elétricos, que eram mais eficientes. Sua construção foi paralela à das ferrovias. Já que a operação eficiente destas dependia do uso correto daqueles, os dois costumavam andar juntos, como irmãos siameses¹³⁴.

Já durante a década de 1850, os franceses se empenharam na construção de uma malha ferroviária projetada especificamente para fins militares, que lhes foi muito útil na guerra de 1859 contra a Áustria. Não fossem os trilhos e os fios, a guerra civil dos Estados Unidos teria sido inconcebível. O conflito de 1861-65 merece, de fato, a denominação de primeira guerra ferroviária, já que a movimentação de ambos os lados quase sempre dependia da disponibilidade de trilhos – como foi a invasão do Sul realizada por Sher-

132. A. S. Field, "French Optical Telegraphy, 1793-1855: Hardware, Software, Administration", *Technology and Culture*, 35, 2, 1994, pp. 315-47.

133. A. Rumeu de Armas, "La línea telegráfica Madrid-Cádiz (1800), primera de España y segunda de Europa", *Hispania*, 42, 152, 1982, pp. 522-63.

134. Ver essa história completa em D. Showalter, *Railroads and Rifles: The Influence of Technological Developments on German Military Thought and Practice, 1815-1865* (Hamden: Archon Books, 1975).

man – ou tinha como fim destruir os trilhos do inimigo (também Sherman, dessa vez em suas operações contra Atlanta em 1864). Só as ferrovias viabilizaram para os federais a convocação de nada menos que 2 milhões de homens durante o conflito, façanha que, com uma população de apenas 27 milhões de habitantes dispersos por um país vastíssimo, não tivera paralelos até então. Quase igualmente sem paralelo foi o número de mortos, que apenas em quatro anos chegou a nada menos que 600 mil em ambos os lados.

A verdadeira demonstração do que o casamento do Estado com a tecnologia poderia fazer, porém, ainda estava por vir. Ao contrário da maioria dos Estados europeus, a Prússia não acabara com o alistamento obrigatório depois de 1815. Mais do que a maioria dos Estados europeus, sua posição central e seu relevo plano, sem acidentes, facilitaram a implantação das ferrovias quando se tornaram disponíveis o capital e os conhecimentos necessários – o que não foi um passo grandioso para uma nação que, como vimos, já possuía o melhor sistema educacional do mundo. A partir da década de 1850, esses fatores levaram à construção de uma malha ferroviária de eficiência incomparável. Embora seu objetivo não fosse exclusivamente militar, Moltke, chefe do estado-maior, era membro *ex officio* da comissão que a administrava; também é interessante o fato de ter sido acionista das ferrovias, mas, para nossos fins, é irrelevante. Eram elaborados e ensaiados freqüentes planos de mobilização, com precisão minuciosa. Em 1866, quando surgiu o primeiro grande problema, o mundo ficou apreensivo ao ver a menor das grandes potências convocar mais de 300 mil soldados e os concentrar na fronteira com a Áustria, com organização e velocidade sem precedentes. De fato, a superioridade do uso que os prussianos faziam das ferrovias era tal, em 1866 e 1870, que ambas as guerras em questão foram decididas praticamente antes do disparo do primeiro tiro. Tomados de surpresa, tanto os austríacos quanto os franceses se colocaram na defensiva e jamais se recuperaram.

Enquanto a guerra civil nos Estados Unidos foi praticamente ignorada na Europa – como o próprio Moltke afir-

mou, não havia nada lá além de duas grandes turbas perseguindo uma à outra num imenso interior quase deserto –, as vitórias prussianas foram minuciosamente estudadas. A partir de 1873, um país após outro foi dando cabo de seu sistema militar antiquado e implantando o alistamento obrigatório da população masculina. Por volta de 1914, até o Japão aderiu a isso, pouquíssimo tempo depois de haver adotado o chamado “padrão da civilização”; as únicas exceções restantes foram a Inglaterra e os Estados Unidos, que, porém, seguiram o exemplo dos outros durante a Primeira Guerra Mundial. O alistamento obrigatório e um sistema de reservistas – viabilizado graças às ferrovias – permitiram a criação de forças armadas gigantescas. Quando chegou agosto de 1914, as potências mais importantes contavam não com centenas de milhares de membros, mas com milhões¹³⁵. Mas esse não foi o fim da história. O exército alemão, que, incluindo suas diversas reservas, contava com quase 4,5 milhões de homens no início da guerra, cresceu para aproximadamente 6,5 milhões em 1917 – a maioria desse aumento concentrado nas armas técnicas, como a artilharia, a força aérea e, sobretudo, o corpo de sinaleiros. Entre 1914 e 1918, o número dos que usavam o uniforme alemão passou de 13 milhões. Desses, aproximadamente 2 milhões perderam a vida. Estima-se o número total de mortos em cerca de 10 milhões, talvez sem contar os muitos que morreram de doenças relacionadas com a guerra.

Nessa época, à ferrovia e ao telégrafo uniram-se o automóvel, o telefone e o teletipo. Utilizando esses instrumentos, a guerra representou também um momento crítico na capacidade do Estado de mobilizar a economia para fins militares. O resultado foi um conflito travado em escala inconcebivelmente maior do que qualquer outro antes dele. Assim, só entre 1914 e 1916, o consumo médio diário de su-

135. Sobre a força dos exércitos de 1914, ver H. Kuhl, *Der deutsche Generalstab in Vorbereitung und Durchführung der Welthrieg* (Berlim: Mittler, 1920), pp. 16, 63, 87, 103.

primentos por divisão do exército aumentou três vezes, de 50 para 150 toneladas¹³⁶. Se, no início do conflito, um exército era considerado muito bem preparado se tivesse em estoque mil cartuchos por peça de artilharia, quatro anos depois havia baterias que atiravam essa quantidade de munição *por dia*; enquanto isso, o consumo de munição para armas pequenas do exército alemão atingira 300 milhões de cartuchos por mês. Outros itens, alguns deles tradicionais – durante toda a guerra a ração para cavalos foi a mercadoria mais despachada da Inglaterra para a França – e outros recém-inventados, eram consumidos ou gastos em igual proporção. Entre as inovações estavam as minas terrestres e marítimas, produzidas e espalhadas aos milhões por todos os Estados beligerantes. Depois, houve as centenas de milhares de quilômetros de arame farpado – para não falar da especialidade da Primeira Guerra Mundial, jamais usada antes ou depois em escala semelhante, isto é, o gás tóxico.

Durante os anos de 1919 a 1939, investiu-se muito raciocínio e boa vontade em tentativas de descobrir meios de impedir que os Estados envolvessem a humanidade em outra catástrofe do mesmo tipo¹³⁷. Como demonstraria o fracasso dessas tentativas, houve um empenho bem maior em descobrir meios ainda mais eficientes para que os Estados lutassem entre si. Algumas dessas tentativas foram planejadas especificamente para evitar a repetição da carnificina, como, por exemplo, as do especialista militar inglês Basil Liddell Hart. Nascido em 1895, Liddell Hart estava com a idade certa para ser envenenado por gás no Somme em 1916 e, portanto, conhecia em primeira mão os horrores da guerra. Ao ver os nomes da maioria dos seus colegas na Universidade de Cambridge, dos tempos anteriores à guerra, aparecerem em monumentos em homenagem aos mortos após

136. Os números anteriores à guerra provêm de Oberste Heeresleitung, *Taschenbuch für Offiziere der Verkerhrstruppen* (Berlim: Oberste Heeresleitung, 1913), p. 84; os de 1916 provêm de A. Henniker, *Transportation on the Western Front, 1914-1918* (Londres: HMSO, 1937), p. 103.

137. Ver cap. 6, "A decadência das grandes guerras", pp. 483-507.

1919, perdeu a fé na sensatez do comando-geral inglês¹³⁸. Dedicou o resto da vida à tentativa de descobrir maneiras melhores (leiam-se, mais rápidas e mais econômicas) de brigar. Sua primeira sugestão foi a chamada abordagem indireta, que consistia em operações complexas lançadas não contra as frentes inimigas, como em 1914-18, mas no local onde fossem menos esperadas e no qual provocassem os maiores danos. Mais tarde, influenciado pelo colega reformador militar inglês, o coronel (mais tarde, general-de-divisão) John Frederick Fuller, procurou realizar as operações em questão por meio das novas forças blindadas que estavam sendo implantadas. Em meados da década de 1930, Liddell Hart conquistara renome internacional e podia com justiça declarar que inventou o tipo de operação que mais tarde se tornou conhecida como *Blitzkrieg*, embora, na verdade, isso seja pouco para demonstrar que suas opiniões tiveram grande influência sobre os soldados práticos da época¹³⁹.

Enquanto a tentativa de Liddell Hart de descobrir maneiras mais baratas – leiam-se, mais eficientes – de guerrear teve pelo menos o mérito de poupar a parte civil da triade, não se pode dizer o mesmo de seu colega teórico italiano, o general Giulio Douhet. Ex-oficial do exército, Douhet tivera muitas oportunidades de observar a futilidade dos ataques de infantaria contra defesas fortificadas – entre 1915 e 1917 houve nada menos que onze ofensivas no Isonzo, todas as quais fracassaram com baixas horrendas. *Tinha* de existir uma maneira melhor, e, quando a guerra terminou, ele acreditava tê-la encontrado no avião. Usado pela primeira vez com fins militares durante a guerra ítalo-turca de 1911 e, depois, em escala muitíssimo maior, em 1914-18¹⁴⁰, as qua-

138. O trabalho mais recente sobre a evolução intelectual de Liddell Hart é de A. Gat, "The Hidden Sources of Liddell Hart's Ideas", *War in History*, 3, 3 de julho de 1996, pp. 293-308.

139. Ver B. Bond, *Liddell Hart: A Study of His Military Thought* (Londres: Cassell, 1976), principalmente pp. 215 ss.

140. Ver L. Kennett, *The First Air War 1914-1918* (Nova York: Free Press, 1991).

lidades excepcionais do avião eram sua velocidade e sua flexibilidade, que lhe permitiam mudar de um alvo para outro a despeito do terreno interveniente e (quase) também da distância entre eles. Já que não era possível proteger todos os pontos ao mesmo tempo, isso fazia do avião uma arma de ataque *par excellence*. Em vez de desperdiçar poderio aéreo em ataques ao setor mais forte do inimigo, isto é, suas forças armadas, Douhet queria que fosse usado primeiro contra as bases aéreas do inimigo para conquistar o comando do ar (termo que ele tomou da guerra naval e definiu como a capacidade de voar ao mesmo tempo em que se nega tal capacidade ao inimigo) e, depois, seus centros de população civil¹⁴¹. Baseando-se nos ataques alemães a Londres durante a Primeira Guerra Mundial, que levaram a um punhado de baixas e também a considerável pânico, Douhet esperava confiante que tal bombardeio "estratégico" deixasse qualquer país de joelhos em poucos dias, a ponto de tornar desnecessário e inútil o combate em terra.

Essas e outras visões de futuras guerras estavam fadadas a ser superadas, ou talvez se deva dizer incorporadas, pela obra de outro pensador, se não maior, pelo menos mais experiente, o alemão Erich Ludendorff. General-intendente em tempo de guerra do exército alemão e governante *de facto* da Alemanha, Ludendorff teve uma oportunidade sem igual de ver a guerra de cima. Depois de passar dois anos no comando do mais potente efetivo militar já visto, não concordava com a convicção de que uma grande potência moderna pudesse ser derrotada com poucas operações, por mais que indiretas, ou mesmo por esquadrilhas de aviões bombardeando tudo o que houvesse para bombardear. Ambas as táticas, na verdade, deviam ser empregadas com o máximo empenho; além de especialista operacional inigualá-

141. G. Douhet, *Command of the Air* (Londres: Faber & Faber, 1943), principalmente capítulo 1. Um bom relato dos debates sobre o poderio aéreo no período entre guerras é E. Warner, "Douhet, Mitchell, Seversky: Theories of Air Warfare", em E. M. Earle (org.), *Makers of Modern Strategy* (Princeton: Princeton University Press, 1943), pp. 485-503.

vel – qualidade que demonstrou com uma série de vitórias brilhantes sobre os russos em 1914-16 –, Ludendorff também não se intimidava em sua resolução de usar quaisquer métodos necessários para vencer. Só se poderia vencer na guerra moderna, porém, com a mobilização total de todos os recursos demográficos, econômicos e industriais do Estado sob o governo de um ditador militar. Já que essa mobilização "profunda" era demorada, era preciso que começasse em tempos de paz, o que, por sua vez, significava que a ditadura, provavelmente sob a chefia de ninguém mais senão o próprio *Feldherr* Ludendorff, devia tornar-se permanente¹⁴².

Quando eclodiu a Segunda Guerra Mundial em 1939, a princípio pareciam confirmar-se as idéias de Liddell Hart e Fuller. É questão de debate se foram indiretas as operações que primeiro acabaram com a Polônia e, depois, com a Noruega, os Países Baixos, a França, a Iugoslávia, a Grécia, as possessões do império britânico no Oriente Médio e (quase) a Rússia; o indiscutível é que foram encabeçadas por forças blindadas compostas de dezenas e, mais tarde, centenas de milhares de máquinas, desde veículos leves de reconhecimento (jipes) até viaturas para transporte de pessoal, artilharia motorizada ou autopropulsada, e tanques. Fosse qual fosse a manobra, essas forças tinham o apoio de esquadrões de aviões, embora pouco devessem a Douhet e, pelo menos inicialmente, se concentrassem em alvos militares, não civis¹⁴³.

Não obstante, as primeiras vitórias foram enganosas. Se um punhado de divisões Panzer e as formações aéreas que as acompanhavam e lhes davam cobertura podiam varrer do mapa as potências pequenas e médias, não conseguiam fazê-lo com as continentais como a União Soviética e a própria Alemanha. Primeiro a Wehrmacht, depois o Exército Ver-

142. E. Ludendorff, *The Nation at War* (Londres: Hutchinson, 1938), pp. 11-85.

143. Ver M. van Creveld, *Airpower and Maneuver Warfare* (Maxwell AFB: Air University Press, 1994), cap. 2.

melho e, por fim, os exércitos dos Aliados ocidentais descobriram que seu alcance era limitado. As exigências das ofensivas mecanizadas modernas eram tais que, quando ultrapassavam a marca dos 300 quilômetros, costumavam curvar-se ao próprio peso, mesmo quando, como na Rússia, no verão de 1941, ou na França, no outono de 1944, a resistência inimiga era fraca ou inexistente¹⁴⁴. Em consequência disso, embora as movimentações operacionais fossem muito mais ousadas e avançassem muito mais do que na Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial, assim como sua predecessora, tornou-se uma vasta luta de atrito.

Quando os beligerantes resolveram mobilizar completamente suas economias para essa luta, também recorreram aos bombardeios como meio de destruir a mobilização do outro lado – demolindo, assim, a diferença entre governo, exército e povo que fora elaborada de maneira tão árdua a partir de 1648. Os primeiros a tentar fazer com que países inteiros caíssem de joelhos por meio de bombardeios aéreos foram os alemães em Varsóvia e Roterdã (embora o ataque a Roterdã possa ter sido consequência de uma falha de comunicação). Em seguida, lançaram o que chamavam de *Blitz* contra a Inglaterra; mas a força aérea alemã, montada com outro estilo de guerra em mente, não tinha o avião nem a resistência necessários para tal fim. Assim, a honra de serem os primeiros – e, até hoje, praticamente os únicos – a aplicar o bombardeio “estratégico” em escala realmente larga pertence à Inglaterra e aos Estados Unidos. Não se sabe se esses comandantes da aeronáutica tinham ou não lido Douhet – e é provável que não –, mas a verdade é que não relutaram em propor que poderosas frotas de aviões, cada um com a propulsão de quatro motores e transportando de 3 a 5 toneladas de explosivos, poderiam vencer a guerra contra o Eixo quase sem auxílio. Nessa ocasião, suas pretensões mostraram-se exageradas; depois que adotaram o radar, os

144. K. L. Privatsky, “Mobility Versus Sustainability”, *Military Review*, 67, 1, 1987, pp. 48-61.

aviões provaram que podiam voar com tanta eficiência na defesa quanto no ataque. Ainda hoje se discute se, considerando as realidades tecnológicas da Segunda Guerra Mundial, teria sido possível encontrar uma maneira melhor de derrotar a Alemanha e o Japão do que bombardear suas cidades¹⁴⁵. O fato indiscutível é que a US Air Force e a Royal Air Force juntas lançaram cerca de 2,5 milhões de toneladas de bombas. Quando os soldados aliados entraram nas cidades alemãs em 1945, encontraram-nas abandonadas até pelos pássaros.

Enquanto isso, na tentativa de descobrir meios ainda mais eficientes de demolir uns aos outros, os Estados começaram a mobilizar a ciência para tal fim; em vez de continuar nas mãos da iniciativa privada, como em geral acontecia antes de 1914, o próprio processo de invenções científico-tecnológicas foi recrutado e posto à disposição do Estado¹⁴⁶. Durante a Segunda Guerra Mundial, ampliou-se o âmbito desse trabalho, a ponto de dezenas de milhares de cientistas serem obrigados a trabalhar em tempo integral para criar melhores armas e, incidentalmente, descobrir o que o inimigo poderia ter na manga. O progresso tecnológico militar, que se podia medir em décadas até meados do século XIX, acelerou-se até levar apenas alguns anos ou mesmo meses para criar um novo sistema de armas e torná-lo operante. Por exemplo, o caça Messerschmidt 109 alemão e o Spitfire inglês foram ambos lançados em 1938-39. Por volta de 1944-45, o primeiro já passara por nove modificações no modelo e o segundo, quatorze; nesse ponto ambos foram substituídos por tipos novos e ainda mais potentes¹⁴⁷. Foi uma experiência bem típica. Os tanques da safra de 1940 não teriam

145. A mais recente contribuição para o debate é de R. Overy, “World War II: The Bombing of Germany”, em A. Stephens (org.), *The War in the Air 1941-1945* (Fairbairn: Air Power Studies Centre, 1995), pp. 113-40.

146. Ver W. H. McNeill, *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force and Society Since AD 1000* (Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1982), pp. 170-4.

147. Detalhes em E. Angelucci, *The Rand McNally Encyclopaedia of Military Aircraft, 1914 to the Present* (Nova York: Gallery Books, 1990), pp. 185-6.

a menor chance contra os produzidos apenas dois ou três anos depois, ao passo que os porta-aviões com os quais a marinha dos Estados Unidos, por exemplo, terminou a guerra eram aproximadamente duas vezes maiores que aqueles com os quais entrara na guerra.

O maior triunfo do Estado, porém, ainda estava por vir. Entre 1939 e 1945, foram mortas entre 40 e 60 milhões de pessoas com o auxílio de armas convencionais; ainda não satisfeitos, os Estados continuaram a procurar armas mais potentes. Em locais secretos nos desertos, protegidos por quilômetros e mais quilômetros de arame farpado, as melhores cabeças se reuniram, com verbas ilimitadas, para trabalhar. Em 1938, Otto Hahn, em Berlim, foi o primeiro a dividir o átomo. A importância da descoberta lhe fora explicada por sua ex-assistente, Lise Meitner: em dois anos os artigos sobre física nuclear tinham desaparecido da literatura científica internacional – sinal claro de que as instituições de defesa dos Estados mais poderosos haviam assumido o controle e que nem mesmo os segredos mais elementares do universo estavam a salvo de suas garras¹⁴⁸. Tãmanha era a magnitude da tarefa, que só poderia ser realizada pelo Estado, e pelo maior e mais potente de todos. Por outro lado, a velocidade em que foi realizada é espantosa, o que fornece mais uma prova do que o Estado era capaz de fazer quando estava decidido. Desde a nomeação do general Leslie Groves – excelente organizador até então conhecido principalmente por sua mania de sigilo – para dirigir o Projeto Manhattan até que se detonasse a primeira bomba em Los Alamos, passaram-se apenas três anos¹⁴⁹. Em 6 de agosto de 1945, belo dia de verão, um só bombardeiro pesado sobrevoou Hiroshima e lançou uma única bomba. Minutos depois, o céu se rasgou. Brilharam mil sóis, 75 mil pessoas caí-

148. F. Rhodes, *The Making of the Atomic Bomb* (Nova York: Simon & Schuster, 1988) é o melhor relato acerca do Projeto Manhattan.

149. Ver seu relato de primeira mão em *Now It Can Be Told* (Nova York: Harper & Row, 1962).

ram mortas ou agonizantes, e a guerra total, que os Estados do mundo tinham passado três séculos aperfeiçoando, aboliu a si mesma.

A apoteose do Estado

Nascido em pecado, rebento bastardo da autocracia em declínio e da burocracia em frenesi, o Estado é um gigante manejado por pigmeus¹⁵⁰. Enquanto indivíduos, os burocratas, mesmo os dos cargos mais elevados, podem ser pessoas bondosas, inofensivas, e um tanto modestas; mas, coletivamente, criaram um monstro cujo poder supera em muito o dos mais poderosos impérios de outrora. Um dos motivos disso é que, ao contrário de todos os grupos governantes anteriores, não têm de pagar as despesas do governo de seu próprio bolso. Pelo contrário, tiram dele seu sustento; as salas onde se reúnem, as mesas às quais se sentam e os computadores com os quais (hoje em dia) trabalham, tudo é fornecido pelo governo. Outro motivo é que, também ao contrário da maioria dos grupos governantes anteriores, obedecem a regulamentos e diretrizes fixas, sem ira nem paixão – embora, é claro, favoreçam seus próprios interesses acima de tudo. Porém, o motivo mais importante é que eles, ao contrário de Calígula ou Gêngis Khan, por exemplo, têm uma personalidade coletiva que os torna imortais. Simplesmente esperando, o Estado sobrevive a quaisquer “pessoas físicas” que se atrevam a cruzar seu caminho. Por conseguinte, o ideal é que seja capaz de governar os súditos de braços cruzados, em vez de apelar para a força – não que tenha relutado muito em recorrer também à força.

Quando viu a luz do dia pela primeira vez, o Estado era relativamente pequeno e fraco, a ponto de alguns governantes megalomaníacos o olharem de cima e afirmar que era

150. A frase é de H. de Balzac, *Bureaucracy* (Boston: Roberts, 1898; tradução inglesa de *Les employés*, 1836), p. 84.

idêntico à sua própria pessoa. De então em diante, foi crescendo incessantemente. A cada estágio, destacava-se da sociedade civil e se elevava acima dela. Ao fazê-lo, encomendava mapas e usava-os para fazer declarações políticas sobre si mesmo; construiu uma infra-estrutura de dados "estatísticos"; aumentou os impostos e, o que talvez seja o mais importante, concentrou-os em suas próprias mãos. Para completar seu predomínio, criou forças policiais e de segurança, prisões, forças armadas e órgãos especializados, responsáveis pela supervisão da educação e do bem-estar social – tudo isso, conforme salientou Max Weber, eram instituições burocráticas *par excellence* e, de certa maneira, simples reflexo do mecanismo ao qual serviam.

A começar pela Inglaterra durante os últimos anos do século XVIII, um Estado após outro também se sentiu forte o bastante para abrir as asas sobre a mais importante mercadoria de todas, isto é, o dinheiro. De fato, as primeiras tentativas foram hesitantes e levaram a pelo menos uma falência espetacular; porém, depois de 1800, a troca das barras de ouro pelo dinheiro em papel emitido pelo Estado e com a efígie do soberano foi definitiva. Durante o século XIX, a maioria dos Estados ainda mantinha o elo entre o dinheiro e os metais preciosos. Quando, porém, as duas guerras mundiais romperam tal elo e o dinheiro se tornou simples papel, os Estados usaram a necessidade de brigar com outros Estados como desculpa para exercer o controle direto sobre a economia por meio de leis, regulamentos e decretos. Via de regra, o processo por meio do qual o significado do dinheiro se transformou não aconteceu apenas neste ou naquele Estado, mas foi parte integrante da evolução do próprio Estado. De Washington, passando por Londres e Paris, Roma e Berlim, até chegar a Moscou e Tóquio, os princípios eram os mesmos. A principal diferença entre os Estados "livres" e os totalitaristas consistia no fato de que aqueles escolhiam seus governantes por meio de eleições democráticas (embora, conforme assinalou Hitler, a julgar por sua própria popularidade, o regime nazista talvez tenha sido o mais de-

mocrático da história)¹⁵¹. Por conseguinte, não precisavam empregar os instrumentos de repressão de que dispunham de maneira tão cruel, ou tão ampla, quanto os totalitaristas.

Inicialmente o Estado foi idealizado como mero instrumento para impor a lei e a ordem: um órgão composto de instituições, leis e pessoas que serviam a essas instituições e impunham o cumprimento dessas leis, funcionando como uma máquina ao realizar suas tarefas. Todavia, quase exatamente no meio de sua evolução, entre 1648 e 1945, deparou-se com as forças do nacionalismo que, até então, tinham se desenvolvido quase independentemente dele e, às vezes, contra ele. O Estado dos séculos XVII e XVIII não exigira afeto especial da parte dos súditos, contanto apenas que obedecessem a seus decretos e suas exigências de dinheiro e mão-de-obra; mas agora poderia recorrer ao nacionalismo para preencher seu vazio com um teor ético. Conforme concebido por Rousseau, Herder e outros, o nacionalismo – caso seja essa a palavra apropriada – era uma preferência inofensiva pelo país natal, por sua língua, seus costumes, seus trajes e suas festividades; depois de adotado pelo Estado, tornou-se agressivo e belicoso. Digerindo as mercadorias espirituais roubadas, o Estado transformou-se de meio em fim e de fim em deus. Na paz ou na guerra, esse deus geralmente estava disposto a respeitar os direitos de outros deuses semelhantes de terem uma existência soberana – basta observar todas a medidas que governantes e diplomatas, e, não raro, até soldados, faziam uns aos outros, mesmo em época de guerra (quando Napoleão III foi capturado em Sedan em 1870, além de não sofrer nenhuma injúria, teve permissão para partir em liberdade). Dos súditos, porém, exigia lealdade absoluta, mesmo até a morte, infligindo-lhes castigos ferozes se ousassem desobedecer ou fugir do serviço à pátria, um padrão dúbio que demonstrava o que o Estado *realmente* achava deles.

Protegidas e, não raro, incentivadas pelo Estado, a ciência e a tecnologia modernas conseguiram prosperar como

151. Speer, *Errinerungen*, p. 79.

nunca. Conforme observamos acima, não fosse a burocracia, de um lado, e a pólvora, de outro, o Estado talvez jamais tivesse visto a luz do dia. Mais tarde, tanto Hobbes, a pessoa que de fato inventou o Estado, como seu colega, o cientista político inglês James Harrington, interessaram-se profundamente pela ciência e recorreram a modelos científicos para fundamentar os construtos políticos que tinham em mente¹⁵². Francis Bacon, em *Nova Atlântida* (1637), abordou o problema da direção oposta e descreveu um Estado imaginário que incentivava as ciências sistematicamente para aumentar seu próprio poder. Embora guardasse com zelo seus próprios segredos, o Estado despachava investigadores para esmiuçar novas descobertas no mundo inteiro; um dos resultados disso foram os canhões, capazes de atirar as balas mais longe, e com mais força, do que qualquer outra arma que os precedera. As idéias de Bacon disseminaram-se rapidamente, conforme demonstra o fato de que menos de quarenta anos após sua morte os mais importantes monarcas europeus já tinham fundado academias de ciências que tinham como uma de suas principais funções investigar problemas e apresentar invenções úteis para o Estado¹⁵³. No início do século XVIII, a idéia de que se poderia usar a ciência para aumentar o poder do Estado chegara até à atrasada Rússia, na pessoa de Pedro, o Grande¹⁵⁴.

Isso, porém, foi só o começo. Além de usar as ciências e a tecnologia para aprimorar sua capacidade militar no combate a outros Estados, esses mesmos recursos também fortaleceram o domínio do Estado sobre cada centímetro do ter-

152. Sobre Harrington, ver B. I. Cohen, "Harrington and Harvey: A Theory of the State Based on the New Physiology", *Journal of the History of Ideas*, 55, 2, 1994, pp. 187-210.

153. Ver R. Briggs, "The Académie royale des sciences and the Pursuit of Utility", *Past and Present*, 131, 1991, pp. 38-88; e, em geral, P. Carroll, "Science Power, Bodies: The Mobilization of Nature as State Formation", *Journal of Historical Sociology*, 9, 2, 1996, pp. 139-67.

154. A. J. Rieber, "Politics and Technology in Eighteenth-Century Russia", *Science in Context*, 8, 2, 1995, pp. 341-68.

ritório e sobre a vida de cada cidadão. Assim, mais ou menos de 1850 em diante, os governos da França, Prússia (mais tarde, Alemanha), Piemonte (mais tarde, Itália) e Canadá promoveram sistematicamente a construção de ferrovias com o objetivo de ligar suas diversas províncias entre si e mantê-las sob controle centralizado¹⁵⁵. Nos Estados Unidos, foram principalmente ponderações de cunho político que levaram à construção das linhas norte-sul que ligavam o meio-oeste com o Golfo do México, bem como a malha leste-oeste; em consequência disso, foi preciso esperar mais de uma geração para que a ferrovia transcontinental pusesse em circulação mais de um trem por semana e começasse a dar lucro. Na Rússia, relativamente recém-chegada ao mundo dos Estados¹⁵⁶, o vínculo entre as ferrovias e o governo que as financiava era tão íntimo que, para citar Lênin, "quando os trens pararem, será o fim"¹⁵⁷. Limitando-nos aos países que foram alvo de pesquisas minuciosas, a França, a Rússia, o Japão, a Argentina e a Austrália, todos esses países exploraram o telégrafo com o mesmo fim – mesmo que, conforme aconteceu no primeiro país mencionado, o preço a ser pago pela imposição de um monopólio estatal no campo das telecomunicações fosse o atraso tecnológico¹⁵⁸.

Por fim, a transformação do Estado em deus na terra tanto pressupunha a existência da imprensa popular quanto a ajudava a concentrar seus interesses. Não é nosso fim

155. M. Merger, "Les chemins de fer italiens: leur construction et leurs effets", *Histoire, Economie et Société*, 11, 1, 1992, pp. 109-20; B. Mazlish (org.), *The Railroad and the Space Program: An Exploration in Historical Analogy* (Cambridge: MIT Press, 1965), pp. 29-30.

156. Ver, cap. 5, "Rumo ao leste europeu", pp. 378-403.

157. Sobre a história das ferrovias russas, ver V. Y. Larechev, "The Trend Towards State Monopoly in Pre-Revolutionary Russia's Railways", *Journal of Transport History*, 6, 2, 1985, pp. 37-47; as palavras de Lênin foram extraídas de J. N. Westwood, *A History of Russian Railways* (Londres: Allen & Unwin, 1964), p. 7.

158. P. Grisset, "L'état et les télécommunications internationales au début du XX^e siècle en France: un monopole stérile", *Histoire, Economie et Société*, 6, 2, 1987, pp. 181-207.

investigar o aumento do número de leitores que foi propiciado pela combinação de tecnologia aprimorada com maior número de alfabetizados. Basta dizer que, só na Inglaterra, o número anual de jornais vendidos aumentou de 7, 5 milhões em 1753 para 25 milhões em 1826¹⁵⁹; e isso aconteceu antes que o progresso de fins do século XIX elevasse a circulação a milhões *por dia*. Na Inglaterra, assim como na maioria dos outros países, os jornais nacionais existentes tinham sede, invariavelmente, na capital. Mesmo nos países onde o governo não procurava mantê-los em suas próprias mãos, como fazia a Rússia¹⁶⁰, a consequência foi a criação de uma categoria de assuntos "públicos" – ou seja, relativos ao Estado e que antes só interessavam a uma minoria – e a imposição deles à consciência das massas. O papel da imprensa na divulgação, por exemplo, da Guerra da Criméia, da renhida disputa pela África e da corrida naval anglo-alemã foi amplamente documentado. Além disso, a imprensa era capaz de fabricar fatos onde não existiam, como quando o assassinato do presidente Garfield fez com que "toda a raça inglesa" chorasse a morte de uma pessoa de cuja existência talvez nem tivessem ciência¹⁶¹. À época da Primeira Guerra Mundial, outro presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, reunia-se com a imprensa duas vezes por semana – uma boa indicação da capacidade da imprensa de fazer com que a vida pública girasse em torno do Estado.

Em troca do patrocínio do desenvolvimento tecnológico que viabilizou grande melhoria no padrão de vida, o Estado extorquia dinheiro a título de proteção. Em essência, isso consistia em sacrifício e dinheiro ilimitados, e chegou ao apogeu na primeira metade do século XX. Deleitando-se

159. Os números são de G. A. Cranfield, *The Press and Society: From Caxton to Northcliffe* (Londres: Longman, 1978), p. 139.

160. L. Reynolds, "Autocratic Journalism: The Case of the St. Petersburg Telegraphic Agency", *Slavic Review*, 49, 1, 1990, pp. 48-57.

161. M. Sewell, "All the English Race is in Mourning: The Assassination of President Garfield and Anglo-American Relations", *Historical Journal*, 34, 3, 1991, pp. 665-86.

na guerra total, o Estado exigia e obtinha sacrifícios em escala que faria empalidecer até os velhos deuses astecas, tivessem eles imaginado tal coisa. Nem eram tão grandes as diferenças entre os países "totalitaristas" e "democráticos", como se costumava crer na época. No fim das contas, os Estados cujos regimes eram mais eficientes na extorsão da última gota de sangue dos cidadãos conquistavam a vitória, ao passo que os Estados menores, ou que tinham menos êxito na realização dessa empreitada digna de louvor, acabavam derrotados. Como sempre, o preço era pago pelos cidadãos, e não pelo Estado *per se*. Nos países derrotados alguns líderes foram decapitados, com ou sem julgamento; eram, enfim, dispensáveis, como prova o fato de que, sem exceção, os Estados em questão haviam renascido das cinzas e estavam novamente de pé menos de cinco anos após a maior guerra da história. Estava pronto o cenário para o verão indiano do Estado – uma última ascensão brilhante de seu poder antes do declínio inevitável. Antes de passar a essa história, porém, é necessário explicar como o Estado se propagou da Europa, onde se originou, para as outras áreas do globo.